

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

DISSERTAÇÃO

**“Às favas os escrúpulos de consciência”:
a trajetória e a ação política de Jarbas Passarinho e da intelectualidade
militar na ditadura, 1964 – 1968**

Claudio José Brito

2023



CLAUDIO JOSÉ BRITO

“Às favas os escrúpulos de consciência”:
a trajetória e a ação política de Jarbas Passarinho e da intelectualidade
militar na ditadura na ditadura, 1964 – 1968

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – PPHR, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Sob a Orientação do Professor Dr.
Pedro Henrique Pedreira Campos

SEROPÉDICA
2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B862? Brito, Claudio José, 1978-
"Às favas os escrúpulos de consciência": a trajetória
e a ação política de Jarbas Passarinho e da
intelectualidade militar na ditadura, 1964 - 1968. /
Claudio José Brito. - Rio de Janeiro, 2023.
125 f.

Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História
- PPHR, 2023.

1. Jarbas Passarinho. 2. Ditadura. 3.
Intelectualidade militar. I. Campos, Pedro Henrique
Pedreira, 1983-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
História - PPHR III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 879 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.050699/2023-86

Seropédica-RJ, 03 de agosto de 2023.

Nome do(a) discente: CLAUDIO JOSÉ BRITO

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 28 de julho de 2023

Banca Examinadora:

Dr. CLAUDIO BESERRA DE VASCONCELOS, SEE Examinador Externo à Instituição

Dra. ADRIANA BARRETO DE SOUZA, UFRRJ Examinadora Interna

Dr. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 04/08/2023 21:28)
ADRIANA BARRETO DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1487325

(Assinado digitalmente em 03/08/2023 17:37)
PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1570625

(Assinado digitalmente em 03/08/2023 14:59)
CLÁUDIO BESERRA DE VASCONCELOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 012.399.827-12

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **879**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/08/2023** e o código de verificação: **fbd8307073**

A Deus, pelo dom da vida e pelo auxílio na superação das dificuldades encontradas no decorrer do curso. À mulher da minha vida, minha esposa Ronilda, e a aos meus amados filhos, Yasmin e Álvaro, pelo incentivo nas horas difíceis e pela compreensão enquanto eu me ausentava na elaboração deste trabalho. E, claro, ao *Mestre* Pedro Campos, pelos preciosos ensinamentos!

Agradecimentos

Mais uma etapa vencida!

Inicialmente, gostaria de agradecer aos professores Cláudio Beserra de Vasconcelos e Adriana Barreto de Souza pelas valiosas recomendações, por ocasião de minha qualificação e, especialmente agora, por integrarem a composição desta banca.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ – Luis Guilherme Assis Kalil, Jean Rodrigues Sales, Mônica da Silva Ribeiro, Mônica de Souza Nunes Martins, Carlos Eduardo Coutinho da Costa e Pedro Parga Rodrigues cujas considerações, realizadas durante as disciplinas cursadas no programa, foram de fundamental importância, no que concerne à base teórica e metodológica para o desenvolvimento de questões fundamentais deste trabalho.

Gostaria de agradecer também aos professores da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI – Newton de Figueiredo Filho, Fabrício Augusto Barone Rangel e Danilo Roque Huanca. Ao primeiro pelo empréstimo de importante material bibliográfico para a pesquisa, ao segundo por dividir comigo suas impressões sobre a classe militar e a ditadura civil-militar brasileira e ao terceiro pelas conversas sobre tantos assuntos, dentre alguns, sua visão sobre ditaduras na América Latina. À diretora do Instituto em que estou lotado, professora Geise Ribeiro, pela compreensão e paciência com minhas ausências e atrasos, durante o desenvolvimento de minha pesquisa.

Um agradecimento todo especial aos funcionários das bibliotecas dos municípios de Cristina, Maria da Fé e Itajubá que sempre foram tão gentis comigo e, da mesma forma, os colegas da BIM – Biblioteca Mauá, da Universidade Federal de Itajubá.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, em especial ao sr. Paulo Longarini, sempre dedicado em nos informar e nos ajudar no que fosse preciso.

À minha amada mãe, Ana Lúcia, que, além de saudades, deixou sua luz e inspiração em minha vida. Ao meu amado pai, Pedro, que me legou sua retidão e seus bons exemplos. Aos amores da minha vida, Ronilda, Álvaro e Yasmin. Ela, Ronilda, pelo companheirismo de sempre e aos pequenos Alvinho e Zami por me ajudarem a dosar o equilíbrio entre vida interior e exterior, ou seja, entre silêncio e barulho.

E, finalmente, o meu particular agradecimento ao meu querido professor e mestre Pedro Campos pela orientação neste trabalho. Ele, mesmo atarefado entre tantas coisas, encontrava tempo para minhas dúvidas. Sempre paciente com as ideias “excêntricas”, que volta e meia eu lhe apresentava, e, também, com os meus atrasos na entrega dos textos. Nunca deixou de me apontar um caminho seguro para trilhar. Divido com ele todos os méritos apresentados. No entanto, o isento de qualquer responsabilidade por deficiências e limitações que seguramente existem.

Gostaria ainda de fazer uma consideração relativa à forma como redigi o texto. Como o leitor irá perceber, procurei, desde o início do trabalho, escrever na primeira pessoa do plural, contendo essa busca não apenas para dar aspecto neutro e impessoal à redação, mas, fundamentalmente, por entender que um trabalho intelectual – sobretudo uma pesquisa acadêmica – possui, em sua essência, muito mais dos outros do que de nós mesmos. E, mais ainda. Tenho em mente que o aparar das arestas, decorrente das recomendações do professor Pedro, reforçou ainda mais minha opinião de que a comunhão intelectual é o que sustenta e proporciona densidade a um trabalho como este. Apropriadamente, o gênio de Pascal evidenciava essa questão da seguinte forma: “Certos autores, ao falar de suas obras, dizem: ‘meu livro, meu comentário, minha história’, etc. São como os burgueses que construíram casa própria

e a todo instante falam de ‘minha casa’. Faria [*sic*] melhor se dissessem ‘nosso livro, nosso comentário, nossa história’, etc., pois em geral há nessas coisas muito mais bens alheios do que próprios.”¹ Rendo aqui meu sincero e profundo agradecimento a todos aqueles que em maior ou menor grau se integraram ao meu espírito investigativo contribuindo na materialização do conteúdo aqui apresentado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

¹ PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. Texto integral. Coleção A obra-prima de cada autor. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003, p. 55.

RESUMO

BRITO, Claudio José. **“Às favas os escrúpulos de consciência”**: A trajetória e a ação política de Jarbas Passarinho e da intelectualidade militar na ditadura, 1964 – 1968. 2023. 125 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

A presente dissertação versa sobre o papel de Jarbas Passarinho no processo de consolidação da ditadura, com ênfase no período entre 1964 e 1968. Analisa, especificamente, a influência do pensamento militar na prática política de Jarbas Passarinho, enquanto intelectual orgânico do regime, no sentido gramsciano do termo. Ou seja, com uma atuação não reduzida apenas a um discurso em defesa do *status quo*, mas, como alguém que participou ativamente da dinâmica política ditatorial. Parte do pressuposto de que a ideologia militar predominante nas forças armadas, no período pré-1964, não foi a única influência intelectual em Jarbas Passarinho e, conseqüentemente, no impacto de suas ações durante o período da ditadura. Nesse sentido, constitui como eixo articulador da investigação a análise do papel das forças armadas e suas relações de poder no Estado brasileiro, por meio da intelectualidade militar, da qual Jarbas Passarinho era parte. E, dessa forma, este trabalho advoga a hipótese de que, apesar de o pensamento militar tradicional ter exercido forte influência em Jarbas Passarinho, este intelectual orgânico do regime militar organizava suas ideias por meio de uma congruência de valores heterogêneos que tiveram impacto substancial em suas ações durante a ditadura.

Palavras-chave: Intelectualidade militar; Jarbas Passarinho; ditadura.

ABSTRACT

BRITO, Claudio José. “‘I ignore the scruples of conscience’: The trajectory and political action of Jarbas Passarinho and the military intelligentsia in the dictatorship, 1964 – 1968”. 2023. 125 p. Thesis (MA in History). Institute of Humanities and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

The present research deals with the role of the Jarbas Passarinho in the process of consolidation of the dictatorship, with emphasis on the period between 1964 and 1968. It specifically analyzes the influence of military thought on Jarbas Passarinho's political practice, as an organic intellectual of the regime, in the gramscian sense of the term. That is, with an action not reduced to just a speech in defense of the status quo, but as someone who actively participated in the dictatorial political dynamics. It starts from the assumption that the predominant military ideology in the armed forces, in the pre-1964 period, was not the only intellectual influence on Jarbas Passarinho and, consequently, on the impact of his actions during the dictatorship period. In this sense, the analysis of the role of the armed forces and their power relations in the Brazilian State, through the military intelligentsia, of which Jarbas Passarinho was a part, constitutes as an articulating axis of the investigation. And, this way, this work advocates the hypothesis that, although traditional military thought had a strong influence on Jarbas Passarinho, this organic intellectual of the military regime organized his ideas through a congruence of heterogeneous values that had a substantial impact on his actions during the dictatorship.

Keywords: Military intellectuality; Jarbas Passarinho; dictatorship.

Sumário

Introdução	12
Capítulo I	
A intelectualidade militar brasileira	20
1.1- A formação histórica do pensamento militar brasileiro.	20
1.2- A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional.	32
1.3- Intelectuais que impactaram o pensamento militar.	45
Capítulo II	
Jarbas Passarinho: um intelectual orgânico da ditadura	56
2.1- A formação intelectual de Jarbas Passarinho	57
2.2- Germes de política no soldado.	67
2.3- De coronel a governador biônico: a adesão ao golpe	78
Capítulo III	
A atuação de Jarbas Passarinho na ditadura até 1968	89
3.1- A conspiração e suas contradições e incertezas	89
3.2- Jarbas Passarinho: o homem e suas circunstâncias	98
3.3- O AI-5 e os escrúpulos de consciência.	103
Conclusão	114
“Às favas os escrúpulos de consciência”	114
Fontes e bibliografia	119

“Se compreender é impossível, conhecer é necessário, porque o que aconteceu pode retornar, a consciência pode ser novamente enganada e obscurecida: mesmo a nossa.”

- Primo Levi, *Se isto é um Homem*

“[...] poderão derrubar-nos, mas não se detêm os processos sociais nem com o crime nem com a força. A História é nossa e são os povos que a fazem. [...] Muito mais cedo do que se espera, vão abrir-se de novo as grandes alamedas por onde passará o homem livre que construirá uma sociedade melhor. ”

Salvador Allende, *Última alocução*
(Discurso retransmitido pela Radio Magallanes, em 11 de setembro de 1973)

Introdução

Recentemente, o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp revogou o título de *Doutor Honoris Causa* de Jarbas Gonçalves Passarinho que, à época de sua concessão, figurava no alto escalão da ditadura como ministro da Educação do governo Médici. Através de um abaixo-assinado com 400 assinaturas de pesquisadores, docentes, técnicos-administrativos, discentes e representantes de agremiações externas, foi proposto um grupo de trabalho incumbido de elaborar um dossiê sobre a questão. Após a preparação do documento, tiveram destaque as indicações das Comissões da Verdade, tanto a nível nacional, quanto a nível institucional, da própria Unicamp, no sentido de anular as homenagens àqueles que defenderam o regime de exceção, durante a ditadura civil-militar brasileira.² Quando a relação de documentos, que deu respaldo às alegações dos proponentes da ação, ficou pronta, o Conselho Universitário da Unicamp deliberou a questão, decidindo pela revogação do título concedido a Jarbas Passarinho. Para a comunidade acadêmica, houve um acerto de contas com o passado, na medida em que a Unicamp demonstrou a preocupação necessária quanto aos valores democráticos nela preconizados.

A mesma situação ocorreu, anteriormente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cujo Conselho Universitário, em sessão extraordinária, revogou o título de *Doutor Honoris Causa* de Jarbas Passarinho.³ Tais episódios ilustram bem como alguns setores de nossa sociedade, no caso em tela o meio acadêmico, procura trabalhar a questão da memória, da justiça e da verdade no que diz respeito ao período da ditadura civil-militar brasileira. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo analisar o papel de Jarbas Passarinho e da

² OLIVEIRA, Celso. **Conselho Universitário revoga título de Doutor Honoris Causa concedido a Jarbas Passarinho**. Publicado por Manchete Unicamp, em 28/09/2021, acessado em: 04/04/2023, disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/09/28/conselho-universitario-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa-concedido-jarbas>

³ A esse respeito, verificar FRANÇA, Victor. **UFRJ revoga título de doutor honoris causa de Jarbas Passarinho**, publicado por Conexão UFRJ, em 20/04/2021, acessado em 06/04/2023, disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2021/04/ufrj-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa-de-jarbas-passarinho/>

intelectualidade militar no processo de consolidação da ditadura, fundamentalmente, no recorte que vai de 1964 até a instauração do quinto ato institucional, em 13 de dezembro de 1968. Assim, no intuito de atingirmos maior clareza sobre sua atuação nesse período consultamos fontes como documentos oficiais, testemunhos, memórias e material da imprensa da época, dentre outras.

Como pudemos verificar nos casos ocorridos na Unicamp e na UFRJ, ilustrativos de como nossa sociedade atual busca compreender e retificar certas medidas levadas a efeito, durante o período autoritário, temos em mente que nossa pesquisa apresenta como ponto de partida demandas formuladas no presente. Marc Bloch, em sua *Apologia da História*, chamava a atenção para a urgência da história-problema, partindo do pressuposto de que a história não é um mero estudo sobre o passado, mas sim uma ciência que parte de problematizações inseridas no presente. Para ele, “[...] o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.”⁴ Nossa questão gira em torno justamente da influência do pensamento militar e de sua visão de mundo na ocupação do espaço político brasileiro. Nesse sentido, a temática se delimita no papel da intelectualidade militar e de Jarbas Passarinho na ditadura, na qual procuramos identificar dados relevantes sobre a complexidade do pensamento desse agente da ditadura, recorrendo, quando necessário, a fundamentados trabalhos de alguns poucos pesquisadores.⁵

Para que nosso conhecimento sobre Jarbas Passarinho não ficasse restrito a vagas impressões, adotamos uma metodologia que para nós foi a mais adequada, em que buscamos nos mover dentro de uma escala reduzida, por meio da microanálise do nosso objeto, apoiando-nos em contornos temporais e espaciais mais localizados e restritos. A recomendação de Julio Aróstegui sobre método é bem acolhida:

Método de uma determinada forma de conhecimento será, pois, o conjunto de prescrições que devem ser observadas e de decisões que devem ser tomadas em certa disciplina para garantir, na medida do possível, um conhecimento adequado de seu objeto.⁶

⁴ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 75.

⁵ Sobre as implicações da ditadura civil-militar e de Jarbas Passarinho especificamente no estado do Pará, verificar as pesquisas de Edilza Joana Fontes. No que diz respeito à relação de Jarbas Passarinho com o regime ditatorial, de modo mais amplo, examinar os trabalhos de Amarílio Ferreira Junior, Marisa Bittar e Fernanda Teixeira Moreira.

⁶ ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006, p. 92.

Ademais, conforme aponta Burke, “o emprego do microscópio social pode ter várias justificativas. A escolha de um exemplo individual a ser estudado em profundidade pode ser motivada pelo fato de representar a miniatura de uma situação que o historiador [...] já sabe (por outras razões) ser predominante.”⁷ Portanto, ao fazermos uso da observação microlocalizada de Jarbas Passarinho, tivemos a possibilidade de nos situar como observadores em um local privilegiado, fixando nossa atenção nas incoerências, nas brechas e na estrutura que compunha o regime ditatorial. Isso demandou um esforço maior de nossa parte, na medida em que essa abordagem exigiu a necessária meticulosidade no acidental, nos detalhes e no que parecia ser aparentemente insignificante, mas que, no entanto, pôde compor, juntamente a outros elementos, a chave para a compreensão das relações examinadas em nossa pesquisa. Cumpre destacar que, ainda dentro da abordagem alusiva à metodologia empregada em nossa pesquisa, Barros nos indica que o objeto de estudo do micro-historiador poderá ser a trajetória de determinados atores sociais, assim como qualquer outra questão que o pesquisador considere reveladora, no tocante aos problemas sociais que se dispôs a investigar. “Se ele elabora a biografia de um indivíduo [...] o que está interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim **os aspectos que poderá perceber através do exame microlocalizado desta vida** [...]”⁸ Assim, embora não se trate de uma biografia, este trabalho utilizou a trajetória política de Jarbas Passarinho como um elemento de alcance para um entendimento mais amplo do recorte temporal determinado. Na medida em que examinamos seu itinerário político pela abordagem da microanálise, o que se apresentou foi mais do que sua trajetória individual e o objeto em si mesmo, pois podemos afirmar que a prática dessa abordagem não se define propriamente pelo que observamos, mas pela maneira como se observa.

Desse modo, partimos do entendimento, baseado em Martins Filho, de que o regime estabelecido a partir de 1964 não era meramente uma divisão entre moderados e radicais, mas sim um sistema político resultante de uma dinâmica própria, estruturado por perspectivas ideológicas conflitantes no cenário da disputa pelo poder, o que foi de grande auxílio na análise da atuação de Passarinho como intelectual orgânico da classe militar. Da mesma forma, podemos afirmar que sua trajetória política se ajusta dentro de uma complexa

⁷ BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. - 2.ed.ampl. - São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 71.

⁸ BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 153, grifo nosso.

estrutura, dentro da qual esse personagem figurou como uma das engrenagens. Precisamente na observação de seu papel no período de 1964 a 1968, buscamos perpassar os arranjos e os procedimentos mais intrínsecos do envolvimento dessa figura política com o regime autoritário. Portanto, partimos do pressuposto de que havia, naquele contexto, “[...] um modo militar de fazer política.”⁹ Trata-se, no entanto, de um modo de fazer política que singrava as relações de hierarquia, as questões de liderança, como também a observância de regulamentos.

Nossos cuidados primordiais nesse trabalho residem, portanto, na compreensão do pensamento desta figura política que integrou o alto escalão do regime militar brasileiro agregando novos subsídios para o conhecimento do período da ditadura. Nesse sentido, um dos objetivos do nosso trabalho foi identificar o papel das forças armadas e suas relações no estado brasileiro, por meio da vida e trajetória política de Jarbas Passarinho durante o regime de exceção e como ele se adaptou aos variados contextos, como também às lógicas que norteavam a intrincada dinâmica do jogo político no estado ditatorial.

Não obstante a análise de seu papel como político durante a ditadura, um dos nossos pontos centrais, na análise, se deu em torno da discussão de sua função como intelectual orgânico do estado militarizado.¹⁰ A respeito da relação entre Passarinho e o panorama ditatorial, estamos de acordo que ele apresentou uma notável plasticidade, dentro do campo estratégico de suas correlações políticas, mas não podemos nos furtar da constatação de que ocorreram também tensões e divergências ideológicas, de ordem tática, entre Jarbas Passarinho e alguns grupos que constituíam o governo militar. Nossa questão principal reside na verificação do pensamento militar tradicional como única influência intelectual a persuadir o pensamento de Jarbas Passarinho e, conseqüentemente, na predominância de suas ações durante o período ditatorial.

Nossa hipótese consiste precisamente na ideia de que o pensamento militar tradicional indubitavelmente exerceu forte influência em Jarbas Passarinho, mas que, além desse importante fator, Passarinho estruturava suas ideias por meio de uma congruência de valores heterogêneos que tiveram impacto substancial em suas ações no período e, por conseguinte,

⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. 2. Ed. – São Paulo: Alameda, 2019, p. 16.

¹⁰ Uma análise apropriada de Jarbas Passarinho, fundamental para a compreensão de sua atuação como intelectual orgânico da ditadura civil-militar, pode ser verificada em FERREIRA JR, Amarildo e BITTAR, Marisa. “O Coronel Passarinho e o Regime Militar: O último intelectual orgânico?” In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: Novas perspectivas**. São Carlos: Edufscar, 2003.

no próprio contexto ditatorial. É justamente esse pressuposto que buscamos validar em nosso trabalho. Baseando-nos dentro da concepção que reconhece Jarbas Passarinho como intelectual orgânico do regime, no sentido gramsciano do termo, ou seja, não apenas restrito a uma retórica subjetiva em defesa do *status quo*, mas, efetivamente, como alguém que participou e exerceu importantes funções de mando, nesse período da história brasileira, nos apoiamos na perspectiva de Antonio Gramsci que afirma em seus *Cadernos do cárcere*:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”.¹¹

Através do conceito de intelectual orgânico de Gramsci, tornou-se mais compreensível a participação de Jarbas Passarinho e de outros intelectuais na dinâmica do regime militar, na medida em que se constata que ele era parte inerente daquele processo, justamente com a função de representar os interesses da classe que estava no poder. Isso é significativo, tendo em vista as disputas pela memória, como também a própria interpretação histórica sobre o período da ditadura.

Sobre o período analisado, destacamos que o foco do trabalho recai sobre os dois primeiros governos da ditadura (1964-68)¹², ou seja, no período do estabelecimento e solidificação do autoritarismo. Em vista disso, ao analisarmos o envolvimento de Jarbas Passarinho e da intelectualidade militar na crise política que conflagrou o golpe civil-militar de 1964, fizemos alguns recuos, em termos temporais, para melhor compreender a dinâmica específica da correlação dessa classe com o regime político instaurado com o golpe. De fato, o espaço para um trabalho de dissertação de mestrado não é suficiente para abarcar todo o largo processo de origem do golpe, como também o que encerra o emaranhado desenvolvimento da crise do regime ditatorial. Assim, direcionamos nosso olhar para a figura de Jarbas

¹¹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, caderno 12, p. 21.

¹² A respeito dos embates internos nas forças armadas, durante o mesmo período, verificar MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit.

Passarinho, dentro da progressiva medição de forças entre os grupos que compunham o regime ditatorial, após sua instauração, até a edição do AI-5.

Tendo como objeto privilegiado a análise da trajetória política de Jarbas Passarinho na ditadura, propomos, em certa medida, suscitar reflexões no que diz respeito às disputas, em nossa sociedade, pela memória da ditadura civil-militar brasileira. Notamos nos estudos vigentes sobre a temática que a experiência humana vai se esculpindo gradualmente no convívio social e, nesse sentido, são os grupos humanos que nos trazem as lembranças de determinados fatos. Dessa forma, foi que Maurice Halbwachs elaborou o conceito de memória coletiva. Para ele, ninguém nasce com um repertório prévio de imagens, pois estas estariam localizadas dentro da sociedade e, nessa concepção, para que a lembrança pudesse de alguma forma ocorrer, haveria a necessidade de dois elementos fundamentais: o grupo e o tempo.¹³

A reboque de Halbwachs, existe uma quantidade razoável de historiadores que analisou os problemas provenientes das denominadas memórias sociais e coletivas. No ensaio intitulado *Memória, esquecimento e silêncio*¹⁴, são observadas as questões de memória com vítimas de tragédias sociais, onde chega-se a conclusão de que o problema não é pertinente à memória individual somente, mas algo inerentemente vinculado ao desaparecimento do discurso público coletivo, ligado às reminiscências reprimidas, não apenas pela dor que carregavam, mas porque era algo que tinha se tornado inconveniente, do ponto de vista político, a alusão a essas memórias.¹⁵

Por conseguinte, observamos que nossa análise sobre a participação de Jarbas Passarinho na ditadura contribui no resgate e elucidação de algumas questões levantadas sobre essa fase da nossa história. As disputas pela memória e as controvérsias sobre o período do regime militar são significativas e, por consequência, procuramos salientar a existência de elementos padronizados nas narrativas sobre o assunto e que, muitas vezes, estão relacionadas mais com a memória do que propriamente com a história e, dessa forma, tivemos toda a cautela na verificação das memórias dos protagonistas da fase ditatorial. Assim, a revalorização de fontes antigas como também o surgimento de novas, favoreceu a análise documental sobre o nosso objeto de pesquisa. Diante disso, julgamos de suma importância a abertura dos acervos dos órgãos de repressão política que se deu nos últimos anos, somada a

¹³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

¹⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 3-15, 1989.

¹⁵ BURKE, Peter. **História e teoria social**. op. cit.

apresentação de documentos e relatos daqueles que atuaram na luta contra a repressão e que fizeram emergir novos materiais para a pesquisa, resgatando variadas representações sobre o período da ditadura.

Dessa forma, o plano de redação de nossa dissertação foi dividido em três capítulos. No capítulo inicial abordamos a formação histórica do pensamento militar brasileiro, analisando as diferentes fases e concepções doutrinárias das forças armadas, fundamentalmente do exército brasileiro. Em seguida, observamos aquela que foi, durante certo tempo, um dos mais importantes centros de consolidação, desenvolvimento e difusão de ideias no meio militar, a Escola Superior de Guerra. As doutrinas que de lá emergiram – com destaque para a doutrina de segurança nacional - as ideias convergentes, as análises de conjuntura político-social foram objeto de estudo, nessa parte do trabalho. Depois, tratamos de algumas personalidades da intelectualidade militar brasileira, com destaque para a figura de Jarbas Passarinho, tido como um intelectual orgânico do regime de 1964, no sentido gramsciano da expressão, onde analisamos algumas facetas da personalidade deste híbrido de militar e político, assim como algumas de suas ações no regime.

Feita essa análise inicial, avançamos no segundo capítulo em direção à sua formação intelectual procurando resgatar elementos que lhe motivaram a aderir a este ou aquele espectro político e ideológico, verificando uma característica de sua personalidade: a de convergir distintos ângulos e pontos de vista na elaboração de seu pensamento. O contato com a literatura, seus primeiros textos, sua visão da política enquanto jovem, foram analisadas nessa seção. Em seguida, verificamos sua atuação política no período em que permaneceu no exército. Seu envolvimento em alguns eventos de cunho político foi objeto de observação, o que nos auxiliou na compreensão dos valores autoritários concebidos no seio da classe militar. Após isso, observamos seu envolvimento no arranjo cívico-militar que destituiu o presidente João Goulart, em 1964. Nessa parte de nossa investigação, tratamos do seu apoio ao golpe civil-militar, que ocasionou seu desvio para a política partidária.

E assim, chegamos ao terceiro capítulo, com a análise do papel de Jarbas Passarinho na ditadura até 1968. É a parte reservada ao Jarbas Passarinho propriamente político, desde a sua participação na conspiração que destituiu Jango, à sua atuação como governador biônico do estado do Pará, nomeado por Castelo Branco, como também à sua gestão no Ministério do Trabalho, durante o governo de Costa e Silva, culminando com a sua participação no AI-5. Nessa parte da dissertação, focalizamos suas contradições e incertezas, quando de sua

participação na conspiração, como também durante os dois primeiros governos militares. Assim, tentamos verificar suas convicções ideológicas e doutrinárias, o perfil que adotou dentro da evolução dos acontecimentos políticos e as vicissitudes decorrentes a essa fase.

Em seguida, analisamos as circunstâncias que o levaram a participar do golpe de estado, sua relação com os grupos de pressão, as causas e aspirações semelhantes e sua submissão às diretrizes emanadas do governo de exceção, assim como seus conflitos com a “linha dura” e outros grupos. Enfim, tratamos especificamente, nessa parte, de sua relação nos arranjos de poder que se davam dentro do aparelho de estado. Logo após, apresentamos Jarbas Passarinho atuando diretamente no meio político, como governador e ministro, abordando as incongruências da intelectualidade militar, durante esse período. Por fim, analisamos sua efetiva participação no Ato Institucional n. 5, momento em que manda “às favas os escrúpulos de consciência”, marco fundamental para a compreensão do recrudescimento do regime.

Na conclusão, procuramos realizar uma análise resumida da atuação de Jarbas Passarinho na ditadura, retomando conclusões parciais que foram sendo delimitadas ao longo do trabalho, de forma a elaborar reflexões mais abrangentes, relacionadas ao seu protagonismo durante essa fase da ditadura. Por consequência, buscamos extrair, de modo mais completo, as implicações deste intelectual orgânico na dinâmica ditatorial, como também tentamos compreender melhor suas ideias e ações políticas que repercutiram nos governos militares analisados, por meio do encadeamento dos acontecimentos que fomos levantando durante nossa investigação.

Capítulo 1

A intelectualidade militar brasileira

Neste capítulo inicial, direcionamos o nosso olhar para o processo histórico que delineou o pensamento militar brasileiro, especialmente no período que vai de 1930 até o golpe civil-militar de 1964. Não por acaso, o subcapítulo primeiro intitula-se “A formação histórica do pensamento militar brasileiro”, justamente por examinar a evolução dos princípios doutrinários dentro das forças armadas, na medida em que buscamos interpretar a ingerência do pensamento militar na vida política brasileira, como também os propósitos que levariam os militares a intervir na ordem institucional do país. Em seguida, no subcapítulo segundo, percorremos os caminhos que conduziram às primeiras ideias que formularam as bases estratégicas de ação dentro das forças armadas, como também as diretrizes gerais para o desenvolvimento do país, que ali seriam formuladas, enfatizando a ESG e a doutrina de segurança nacional. Por fim, o subcapítulo terceiro tem a finalidade de averiguar personalidades de relevo no campo intelectual militar e que viriam contribuir para a concretização da tomada de poder, em 1964, na tentativa de compreender seus motivos e suas justificativas na conspiração que derrubou o presidente João Goulart. Enfim, este capítulo inicial procura apresentar ao leitor as bases intelectuais do meio militar que iriam interferir de modo significativo na política brasileira. Dessa corrente de pensamento fazia parte Jarbas Gonçalves Passarinho, personalidade do regime militar e objeto de nosso estudo.

1.1- A formação histórica do pensamento militar brasileiro

Podemos dizer que não apenas tropas, artefatos bélicos e armamentos ultrapassam os portões de guarda dos quartéis. De lá, muitas vezes, emergem ideias que impactam

profundamente a vida de uma nação, urge compreendê-las. Ao olharmos para nossa história, veremos que, não raras vezes, essas ideias, originadas no meio castrense, influenciaram de modo profundo nossa vida política, econômica e social. Devemos buscar as origens desse ideário e entender sua evolução ao longo dos tempos. Assim, de forma sucinta, mas bem delineada podemos dizer que o pensamento militar brasileiro inspira-se na evolução do próprio pensamento militar do Ocidente que, de modo curioso, origina-se no Oriente, especificamente na China do século VI a.C., com Sun Tzu e sua *Arte da Guerra*. Esse filósofo da guerra procurou analisar todos os aspectos pertinentes ao conflito bélico identificando-o como uma das vertentes que resultam das próprias ações governamentais. Mais à frente, no período medieval, a guerra irá refletir o mundo feudal, com destaque para o cavaleiro armado em detrimento da guerra coletiva. No Renascimento, a guerra voltou a ser repensada, porém, somente com os feitos de Napoleão Bonaparte e todo o impacto decorrente dos seus conflitos no continente europeu, é que a guerra alcançará uma nova concepção, mais propriamente com o oficial prussiano Carl von Clausewitz e seu livro *Da Guerra*, de 1832.¹⁶ A retomada do caráter político da condução da guerra apresentada por Clausewitz influenciará outras nações do globo, dentre elas o Brasil.

Em nosso contexto, após a Guerra do Paraguai, o relacionamento do Império com o exército modificou-se de modo radical, com a ingerência deste último nos assuntos governamentais. Mesmo antes desse conflito, o Império já vinha dando mostras de querer barrar, ou ao menos conter, os ímpetus políticos dos militares. Controlar o exército era eminentemente necessário para o poder imperial, como também para as oligarquias que comandavam o país nos primeiros anos da República. No início do século XX, no entanto, com a modernização da instituição, através do envio de oficiais brasileiros para estagiar na Alemanha e também por meio da vinda de oficiais franceses ao Brasil, o exército pôde implantar uma nova estrutura organizacional, dando destaque para a criação de um estado-maior que pudesse coordenar, de modo mais eficaz, as atividades militares, ampliar seus efetivos, renovar o armamento, otimizar suas instalações, renovar seu ensino e adotar novas regras de promoção hierárquica. Nesse sentido, todas essas medidas levadas a efeito neste reduzido espaço de tempo fizeram com que surgisse uma nova instituição. O exército do final

¹⁶ TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. Cadernos de educação política: Série o pensamento político; 6^o. – São Paulo: Editora Global, 1985.

da década de 1920 não se parecia nem um pouco com a corporação que, em 15 de novembro de 1889, proclamou a República.¹⁷

Nesse sentido, cumpre analisarmos concisamente como se deu a dinâmica de aproximação dos militares, fundamentalmente a partir dos anos trinta, com o centro do poder, caracterizada por eventos sucessivos que terão desfecho em 1964. Importante ressaltar que, no seio das forças armadas, havia sabidamente esferas adversárias fomentadas, nem mais nem menos, por diferenças políticas que irrompiam no meio civil. Poderíamos encontrar nessas frações quem fosse adepto do desenvolvimentismo, do nacionalismo ou mesmo aqueles que comungavam de puro oportunismo. Mas, certo é que, o regime que iria se impor, a partir de 1964, não percebeu seus limites, desfazendo-se, após vinte e um anos, por puro desgaste e pelo difícil exercício do poder político, poder este, que na visão militar, tinha, antes do golpe de 31 de março, a conotação de “moderador”. Essa tentativa de aproximação das forças armadas com o poder político esteve presente nos variados reveses de nossa história, conforme bem retrata Rouquié:

Foi o velho Exército de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto que instaurou a República em 1889, antes de entregar a direção da coisa pública aos civis. E foi ele também que deu fim à República oligárquica, em 1930. Foi ele igualmente que permitiu em 1937 a instauração, pela força da ditadura centralizadora, do Estado Novo de Getúlio Vargas. E o Exército, que sustentou essa experiência autoritária, chegado o momento, em 1945, depôs Vargas e estabeleceu um sistema democrático. Vigilantes, mas aparentemente inseqüentes [*sic*], os fiadores da “ordem e do progresso” se opuseram em 1945 e 1961 às autoridades legitimamente eleitas, mas em 1955 voaram em socorro da Constituição. Enfim, em 1964 os militares abandonaram o seu papel “moderador” tradicional para assumir a direção do sistema político.¹⁸

Em vista disso, verifica-se que, no transcurso de nossa história nacional, os militares deixavam de pensar apenas institucionalmente, direcionando o eixo de suas ponderações para a reflexão política, com vistas a demonstrar, em certos momentos, um peso determinante nas horas de instabilidade. Concordamos que tais circunstâncias históricas só vieram contribuir para uma diminuição progressiva da distância entre o palácio e a caserna¹⁹, conforme

¹⁷ NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 43-70.

¹⁸ ROUQUIÉ, Alain. Os processos políticos nos partidos militares do Brasil. In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 11.

¹⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit.

nomenclatura do professor João Roberto Martins Filho, dando ensejo a conseqüente tomada de poder pelas forças armadas em 1964.

Dentro dessas circunstâncias, existia também a mensagem nítida para o Brasil, difundida pelos tenentes, nos anos de 1920, que podia ser consubstanciada no seguinte termo: desenvolvimento. Mas, para que o Brasil pudesse alcançar um nível de desenvolvimento compatível ao de outros países, havia, na concepção militar, a necessidade de um Estado forte e centralizador. Por outro lado, dentro dessa perspectiva, alguns teóricos irão interpretar o Brasil com vistas a justificar a existência de um governo desse tipo, como Oliveira Viana²⁰ e Alberto Torres, por exemplo, o que, objetivamente, carecia da utilização dos militares no jogo político. Como consequência, nas forças armadas, tais ideias alcançariam muitos adeptos o que faria desembocar, dentre outros fatores, no regime do Estado Novo varguista. Stepan dirá que “em 1937, por exemplo, um elemento-chave na vitoriosa instituição do Estado Novo por Vargas foi o apoio ativo dos militares; o Estado Novo concedeu-lhe maiores poderes que lhe permitiram introduzir muitas reformas sociais e econômicas e prolongar sua permanência no cargo”.²¹ Nesse período, destaca-se, no meio militar, a figura do general Goes Monteiro que concebia em um Estado centralizador apenas um meio para atingir objetivos específicos para sua classe. Goes Monteiro pretendia aplicar, de modo sistematizado, “[...] uma política coerente, praticada em etapas, visando primeiramente à disciplina do corpo social que provocaria desenvolvimento econômico. A consequência [sic] natural do desenvolvimento econômico seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional”.²² Essa perspectiva, com as devidas reformulações, será adotada, anos mais tarde, pela Escola Superior de Guerra - ESG, como veremos mais adiante. Conseqüentemente, podemos afirmar que a utilização dos militares pelos grupos políticos foi uma ação frequente no Brasil republicano. No entanto, cabe ressaltar que, a partir da década de 1930, a relação entre as forças armadas e o meio

²⁰ José Francisco Oliveira Viana foi um importante ideólogo do autoritarismo estadonovista. Para esse autor, a democracia no Brasil deveria ser estruturada de cima para baixo, por meio de uma administração esclarecida e fundamentalmente pragmática. O Estado tecnicista concebido por Oliveira Viana seria inspirado nos ideais fascistas. No entanto, de acordo com José Murilo de Carvalho, “pode-se dizer que todos os principais pensadores do Brasil, entre 1920 e 1950, e mesmo depois, dialogaram com Oliveira Viana, seja para incorporar suas ideias, seja para combatê-las, seja para fazer as duas coisas ao mesmo tempo” conforme pode ser verificado em CARVALHO, José Murilo de. *As duas cabeças de Oliveira Vianna*. In: AXT, Gunter; SCHULER, Fernando Luis (org.). **Intérpretes do Brasil: Cultura e identidade**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2004, p. 155.

²¹ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. São Paulo: Editora Artenova, 1975, p. 54.

²² TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. op. cit., p. 41.

político se acentuava gradativamente, fazendo com que os militares fossem tomando, cada vez mais, o gosto pelo poder.

Mas, ainda que o Estado Novo tivesse uma aparência de regime civil, o que de fato estava em curso era a aplicação prática da política das forças armadas. Era essencialmente a política do Estado forte caracterizada na doutrina do general Goes Monteiro, que preconizava o desenvolvimento nacional por meio de um estado centralizador.

O Estado Novo veio coroar a levar às últimas conseqüências [*sic*] o modelo visualizado por Góes Monteiro. Ao eliminar totalmente a política partidária na sociedade, permitiu aos chefes da facção hegemônica militar eliminá-la também nas Forças Armadas.

Com o acordo em torno do Estado Novo, Vargas e as Forças Armadas atingiram o ponto máximo de sua influência, derrotando os adversários e eliminando sua capacidade de reação pelo fechamento dos mecanismos de participação. Os militares se consolidaram como atores políticos assumindo, pelo lado político, a garantia da base social das elites tradicionais e, pelo lado econômico, a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente. A ênfase posta no controle político, na integração nacional, na industrialização, reforçava a emergência do capitalismo industrial, contrariando apenas os interesses políticos das oligarquias.²³

O quadro que Carvalho nos apresenta define bem a tentativa do Estado Novo em tentar equilibrar uma visão nacionalista com uma perspectiva desenvolvimentista, própria do modelo concebido por Goes Monteiro. Se fizermos uma breve comparação do Estado Novo com a ditadura civil-militar, instaurada em 1964, certamente verificaremos pontos convergentes entre esses dois momentos da história: regimes centralizadores, que exaltavam o nacionalismo, mas que suprimiram a liberdade de expressão, por meio da censura. Ambos tiveram como traço marcante a perseguição política aos seus opositores, principalmente aqueles que eram oriundos da esquerda. Nesse compasso, podemos assegurar que, nas duas ditaduras, buscou-se desenvolver o Brasil nos moldes conservadores, conforme bem exemplificou Carvalho em sua análise sobre o Estado Novo, tendo em vista que a recomposição das forças que dominaram o país em ambas ocasiões, por meio do Estado e das forças armadas, se dava sem ampliação, dentro do sistema político, da participação de outros setores. Era evidente o caráter autoritário e antidemocrático desses regimes.

²³ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 110.

Assim, nessas circunstâncias, é possível afirmar que a participação dos militares na administração do Estado se acentuou, sobremaneira, a partir de 1937. Com o impulso da industrialização no país, o Estado Novo propiciou a disseminação do discurso nacionalista nas forças armadas. Isso decorreu de uma lógica na qual, diante das crescentes reações das classes subalternas, da criação da Aliança Nacional Libertadora, como também do levante de 1935, levado a efeito pelos comunistas, e de vários outros fatores, a burguesia industrial se deu conta da necessidade do apoio dos militares, como também da proteção de um governo forte e centralizado. Nesse sentido, é muito esclarecedora a assertiva de Dreifuss ao mencionar que:

O Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês, concentrando as energias nacionais e mobilizando recursos legitimados por noções militares de ordem nacional e de progresso [...]. Contudo, a convergência de interesses não se dissolveu em identidade de interesses. Conflitos e tensões marcaram o seu relacionamento, e foi esse elemento de competição mútua que tornou possível, e até mesmo necessário, que o aparelho burocrático-militar do Estado Novo tivesse um papel de intermediário, o que favoreceu uma interferência contínua das Forças Armadas na vida política da nação. A intervenção do aparelho burocrático-militar na vida política assegurava a coesão do sistema, ao mesmo tempo em que se tornava um fator de perturbação nas tentativas de institucionalização política a longo prazo.²⁴

Obviamente, na busca desse estado forte, o discurso nacionalista tinha uma posição de destaque, até como um meio de angariar apoio frente às massas. Ocorre que esse discurso ressoava principalmente nos quartéis, visto se tratar de uma expressão cativante para a solução dos problemas do país. E, paulatinamente, a classe política foi entrevedo os militares como um fator de peso no jogo político, pelo menos, Getúlio Vargas assim os percebia. E é justamente no contexto estadonovista que se dá o início da formação militar de Jarbas Gonçalves Passarinho, primeiramente na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e, logo em seguida, na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro.

Jarbas Passarinho, figura política que deu ensejo à nossa pesquisa, teve uma atuação destacada no meio intelectual militar e um protagonismo decisivo no regime implantado, a partir de 1964. Acreano de nascimento, mas paraense por atuação política, Passarinho tinha origem militar, conforme mencionado acima. Reconhecido como um político de amplo lastro cultural e de acessível diálogo, até mesmo por seus opositores, Jarbas Passarinho ocupou

²⁴ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 22-23.

vários cargos durante o regime autoritário, como também, durante o regime democrático, tendo participação efetiva na política nacional. Fez parte da conspiração que derrubou o presidente João Goulart, sendo cooptado para a política partidária, a partir da efetivação do novo regime. Foi signatário do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e, posteriormente, como Geisel e Golbery, por exemplo, um defensor de medidas que favorecessem a distensão política. Teve atuação no processo de anistia e de redemocratização do país, mantendo boa interlocução com a oposição, compondo, inclusive, da Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição de 1988, já no regime democrático. A seu respeito, diria Tancredo Neves, em 1982:

O senador Jarbas Passarinho [...] é a maior revelação de homem público da Revolução de 1964. [...] E estou certo de que não deixará de colocar, como tem feito até agora, o seu talento, a sua cultura, a sua inteligência, o seu civismo a serviço do nosso povo [...].²⁵

Por se tratar de um personagem intrigante da história política recente de nosso país, Jarbas Passarinho, juntamente com sua trajetória militar, intelectual e política são objetos de análise desta pesquisa, que visa de alguma forma, buscar respostas, como também problematizar as múltiplas transformações sociopolíticas operadas no Brasil, a partir do golpe civil-militar de 1964.

Ao discorrermos sobre sua vida, cumpre salientar que, ao tentar ser cooptado pelo integralismo e pelo marxismo, em sua juventude, Passarinho optou pela recusa de ambos. Um lhe remetia às lembranças do fanatismo de Hitler, ao passo que o outro tinha sua fundamentação no materialismo da história. Influenciado fortemente pela tradição católica de sua família, procurou conhecer o pensamento de autores como, por exemplo, Tomás de Aquino e Blaise Pascal, a fim de encontrar respostas às suas dúvidas existenciais:

Nessa altura de minha vida, influenciada [*sic*] pela irmã militante da Ação Católica, eu era católico praticante, com veleidade, então inviável para o meu estágio cultural, de penetrar no pensamento de Tomás de Aquino e na humildade de Pascal. Havia um hábito estranho dos homens que freqüentavam [*sic*] a minha igreja. Durante o sermão, eles se afastavam para a porta do templo e apenas as mulheres ficavam na nave, ouvindo a homilia. Eu, ao contrário deles, queria abeberar-me sempre mais no que era fundamental para a minha crença: a interpretação do Evangelho, a História Sagrada, a vida maravilhosa de Jesus. Foi, pois, inevitável o meu choque com os militantes comunistas divulgadores do pensamento de Marx. Afastei-me

²⁵ NEVES, Tancredo *apud* PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um Híbrido Fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, contracapa.

definitivamente deles. Reforçou-se minha crença na democracia, tanto mais a serviço do homem quanto este mais se aperfeiçoa nos mandamentos da lei de Deus.²⁶

Por essa lógica, nota-se que Jarbas Passarinho, por forte influência familiar, que professava o cristianismo católico, buscou afastar-se da militância de direita e de esquerda que o circundavam, à época de jovem. Ao observarmos com certa recorrência em seus escritos, nos parece que Jarbas Passarinho identificou-se com a doutrina social da igreja, uma espécie de meio termo entre o revolucionarismo, próprio da luta de classes, e o imobilismo liberal. Surgida em fins do século XIX, tal doutrina, resumida inicialmente na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, voltava sua atenção para os operários, mas em uma abordagem baseada na piedade cristã e não na transformação da sociedade por meio da violência. De fato, isso é um aspecto que nos leva a crer que a religião católica teve forte impacto no pensamento de Jarbas Passarinho.

E é durante os seus primeiros anos no exército que se dá o declínio do Estado Novo, momento no qual, conforme verificado, Vargas, forças armadas e burguesia industrial procuraram trilhar o mesmo caminho. Na medida em que o getulismo foi redefinindo a sua forma de governar, buscando ampliar o apoio vindo das massas, de modo a dá-las um lugar de destaque em sua ação política, Vargas foi perdendo o apoio dos militares e dos poderosos do setor industrial. À vista disso, afirma o historiador José Murilo de Carvalho:

Encerrou-se o ciclo de Vargas com a vitória de seus inimigos, sobretudo militares. O feitiço voltara-se contra o feiticeiro. De 1930 a 1964, mudaram as Forças Armadas, mudou Vargas, mudou o Brasil. Politicamente, mudou o Brasil em boa medida em função das relações entre Vargas e as Forças Armadas. Para ocupar o espaço aberto pela crise oligárquica e engendrar um novo esquema de dominação política, Vargas aliou-se à facção militar que o levava ao poder e permitiu que ela fizesse das Forças Armadas um ator com recursos suficientes para influenciar os rumos da nação e com uma ideologia abertamente interventora.²⁷

No entanto, com a consagração dos princípios democráticos, ao término da Segunda Guerra, os militares retornaram à caserna. O espírito dessa época deu ensejo às eleições de 1945 e à formação de uma Constituinte no ano seguinte. Mas, o fato de que não estivessem mais no

²⁶ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 34-35.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. op. cit. p. 116.

governo, não significou que os militares haviam deixado de lado suas aspirações pelo poder político nacional. Solidários em grande parte ao pensamento centralizador e salvacionista, consubstanciado na doutrina do general Goes Monteiro, os militares iriam, nos anos subsequentes, reformular alguns princípios e divulgá-los, buscando com isso um amplo apoio do segmento civil.²⁸ Se, em 1937, as forças armadas tiveram participação ativa na construção de um Estado forte e centralizador, em 1945, com a vitória das democracias liberais sobre os Estados totalitários do eixo, os militares cuidaram logo de desmanchar a obra que eles mesmos ajudaram a sobrelevar. Essa característica dúbia de revolucionarismo e legalismo, no seio do pensamento militar, ora tendendo para a conspiração ora para a legalidade, se repetirá até a ditadura implantada a partir de 1964, quando o autoritarismo finalmente se estabelece de modo patente e ostensivo. Constituir-se-á, a partir daí, numa “ditadura escancarada”²⁹, conforme a célebre enunciação de Gaspari.

Assim, um dos fatores determinantes para a queda de Getúlio Vargas e conseqüentemente do regime do Estado Novo foi a vitória das nações aliadas contra os países do eixo, durante a Segunda Guerra Mundial. A ideia de um Estado centralizador não era mais vista com bons olhos, no mundo que emergia do pós-guerra. Aqui no Brasil, os militares, em sua maioria adeptos das ideias do general Goes Monteiro, tiveram que restringir suas convicções ao ambiente da caserna. Ao derrubarem Vargas, as forças armadas não saíram de cena, na medida em que foi eleito para a presidência da República, por meio do voto, o general Eurico Gaspar Dutra. Tal situação acarretou nos dizeres de Trevisan “o refluir do poder absoluto ostensivo dos militares; não o seu desaparecimento e sim um refluxo”.³⁰ Passarinho, então primeiro-tenente, narra em suas memórias a sua participação nesse evento:

Transferido para o Rio de Janeiro, classificado no 1º Grupo de Obuses, vivi a primeira experiência da intervenção militar na política. O dr. Getúlio Vargas, que se tornara ditador em 1937, com apoio das Forças Armadas, agora premido pelas pressões em favor da redemocratização, nas quais o regresso da FEB desempenhava papel de relevo, marcara eleições para a sua sucessão. Anistiado Carlos Prestes, os comunistas se associaram a lideranças sindicais e desencadearam uma campanha, que se chamou “queremismo”, visando à continuidade do ditador, que convocaria constituinte. A nomeação de seu irmão Benjamim, de péssima reputação, foi entendida nos quartéis como uma provocação insuportável. Era o que eu ouvia, jovem primeiro-tenente. Coube-me cumprir a missão, sem conhecimento preciso da

²⁸ TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. op. cit.

²⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁰ TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. op. cit., p. 46.

decisão da cúpula militar. Fui comandar, apesar de artilheiro, uma guarnição de ninho de metralhadora. Felizmente, não precisei atuar em força. Participei da deposição do dr. Getúlio, em nome do princípio de obediência à hierarquia. A ditadura caíra sem nenhuma reação armada.³¹

A perspectiva do jovem oficial Jarbas Passarinho, a respeito da deposição de Vargas, se coaduna com a visão historiográfica corrente, a respeito do descontentamento das forças armadas com Getúlio, ao término da Segunda Guerra. Nesse enquadramento, vários setores que se opunham a Vargas procuravam enfatizar as contradições que existiam na associação do Brasil com os países aliados - ditos do “mundo livre e democrático” - e a continuidade do regime estado-novista, antidemocrático por sua própria essência. No entanto, há de se ressaltar que, com a queda do Estado Novo, sobrevieram elementos de continuidade da ditadura varguista como, por exemplo, a eleição de Dutra, que tinha o apoio de Vargas, a vinculação do sindicalismo ao Estado, a estrutura de repressão que colocou o PCB, em 1947, na ilegalidade, dentre outros aspectos. Sendo assim, é importante considerarmos o fim do Estado Novo e a decorrente redemocratização, como condições de ruptura que merecem certa relativização, na medida em que, mais adiante, darão ensejo ao retorno de Vargas à presidência.

Consequentemente, a partir dos anos de 1950, o nacionalismo ganha ímpeto na sociedade civil brasileira, como também no meio militar. Um traço emblemático desse período foi a campanha "o petróleo é nosso", em favor do monopólio do governo brasileiro na produção de petróleo e que teria sido uma das poucas coisas em que o nacionalismo obteve algum resultado.³² A intervenção dos militares, ao longo de todo o período republicano brasileiro, foi algo constante nos momentos de crises políticas e esses episódios turbulentos se, por vezes, não eram resolvidos de forma plena pela ação do exército, no mínimo, e de modo mais aprofundado e encoberto, eram assinalados pela intromissão dos militares nesses acontecimentos.³³ Assim, anteriormente a 1964, a ingerência dos militares na vida política brasileira limitava-se a soluções para crises esporádicas nos governos de presidentes civis. Nenhum projeto político, nem de tomada de poder ostensivo foi elaborado no meio militar, até então. Com o advento da Guerra Fria e de seus desdobramentos como, por exemplo, a

³¹ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 54-55.

³² FRANCO, Maria Sylvia Carvalho; CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Cedec - Paz e Terra, 1978.

³³ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Revolução em Cuba, em fins de 1950, um novo delineamento de ideias entre os nossos militares passou a ser construído, principalmente pelo temor do comunismo.

Nesse sentido, a questão do nacionalismo, principalmente econômico, dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, pode ser visto como um fenômeno que era caracterizado essencialmente como uma espécie de ideologia alusiva à participação das classes populares regidas por governos populistas tratando-se, desse modo, de algo que será relacionado como uma política de aclamação do Estado.³⁴ Skidmore amplia nosso entendimento sobre o assunto:

O desenlace do governo Vargas de 1951-54 criou o contexto político e as linhas de ação para a década seguinte. Havia, em primeiro lugar, a questão do nacionalismo econômico. Como o Brasil deveria tratar os investidores estrangeiros? Que áreas (como petróleo, minérios etc.) deveriam ser reservadas para o capital nacional, público ou privado? Como poderia o país maximizar seus ganhos com o comércio exterior?³⁵

Cumpra aí uma breve reflexão sobre o nacionalismo dos anos de 1950. Com o término da Segunda Grande Guerra, período de grande destruição, de genocídios e horrores, o ser humano busca se reerguer das cinzas da catástrofe, procurando, dessa forma, meios para o desenvolvimento e reconstrução de seu mundo. Acreditamos fortemente, baseados no contexto político da época, que a sociedade brasileira estava inserida nesse *Zeitgeist*. Para os que estavam no poder era o momento de buscar o desenvolvimento. E, como visto anteriormente, os militares brasileiros, desde o início do século XX, traziam à tona, nos debates públicos, a questão do crescimento e do desenvolvimento do país. Se antes, essa era uma demanda reclamada principalmente pela jovem oficialidade militar, agora era uma questão fundamental para toda a sociedade do pós-guerra. A questão era, ou melhor, as questões eram: Como atingiremos o progresso? Que caminhos nós devemos seguir? Qual área devemos priorizar para alcançarmos o desenvolvimento? Para os militares, havia dois setores estratégicos que deveriam ser priorizados: o setor siderúrgico e o setor petrolífero.³⁶ No entanto, para muitos autores, o que existia nesse período era um mito, segundo o qual o

³⁴ WEFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

³⁵ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castello a Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 26.

³⁶ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castello Branco, 1930-1964**. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa e tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

desenvolvimento do capital no país se daria de forma autônoma. E isso era uma crença de vários setores da sociedade brasileira, incluindo aí os militares.

Tais crenças iriam influenciar profundamente o pensamento militar brasileiro, pois, dentro dessa conjuntura, os militares desempenhariam um protagonismo maior e mais atuante, tendo por escopo a eliminação do inimigo, o desenvolvimento e a segurança do país.³⁷ Cumpre destacar que foi decisiva para a formação do pensamento militar brasileiro a participação do país na Segunda Guerra Mundial, em que a aproximação com os militares norte-americanos resultaria numa significativa influência, a partir da qual novas convicções seriam consolidadas entre a oficialidade brasileira. Uma vez encontradas as razões e a natureza dos problemas do país, o que se originou, a partir disso, foi a doutrina de segurança nacional criada na Escola Superior de Guerra com o auxílio de conselheiros, principalmente norte-americanos, cuja missão conjunta permaneceria aqui até 1960. De acordo com a legislação que deu origem a essa instituição, sua função precípua seria propiciar uma formação de “alto nível” a seus alunos, de modo que pudessem exercer funções de mando e de planejamento relacionados com a segurança interna do país. Com o passar do tempo, seus objetivos foram sendo ampliados, de maneira que se passou à estruturação de uma metodologia de interpretação e análise das questões militares, políticas e econômicas, de tal forma que o conceito estratégico pudesse ser projetado.³⁸ Destaca-se na estruturação dessa instituição as figuras dos generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora e, posteriormente, como um de seus organizadores técnicos, ganha relevo a figura de Golbery do Couto e Silva.

Dessa forma, ao analisarmos o pensamento militar brasileiro, constatamos que a singular perspectiva de mundo própria dessa classe provém, entre outros fatores, da interação da instituição forças armadas com outras instituições e com o restante da sociedade. Do exército brasileiro que lutou contra o Paraguai, no século XIX, ao exército brasileiro que se alinhou ideologicamente aos Estados Unidos, no século XX, para combater o comunismo, nota-se uma mudança expressiva em seu corpo doutrinário, mas com alguns elementos de permanência. O desprestígio dos militares no período do Império e início da República, as experiências doutrinárias apreendidas em exércitos estrangeiros, assim como a criação de um estado-maior foram elementos decisivos para o desenvolvimento de uma matriz teórica para o

³⁷ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. op. cit.

³⁸ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

exército. E mais, não podemos nos esquecer de momentos de nossa história em que os militares tiveram uma atuação decisiva como, por exemplo, a Revolução de 1930, a participação na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Estados Unidos, como também uma forte adesão ao fenômeno do nacionalismo, na década de 1950, fatos esses que contribuíram da mesma forma para a evolução do pensamento militar que inspirou a tomada de poder em 1964.

1.2 - A Escola Superior de Guerra e a doutrina de segurança nacional

A Escola Superior de Guerra - ESG foi fundada em 1949, durante o governo Dutra, em meio a uma parceria bilateral entre Brasil e Estados Unidos, e implementada por um governo intensamente inserido na Guerra Fria, de perfil anticomunista e altamente alinhado com a política daquele país. A criação da ESG relacionava-se diretamente com a atuação do Brasil na Segunda Grande Guerra. Tendo em vista que, nesse período que vai de 1939 a 1945, as três forças armadas, marinha, exército e aeronáutica, encontravam-se fragilmente desarticuladas e estrategicamente descoordenadas, a ideia da necessidade de estruturação de um estado-maior que atuasse em conjunto foi ganhando ímpeto, como também a formação de um conselho que abordasse temas pertinentes à segurança nacional. Com o fim da guerra, figuras de destaque da Força Expedicionária Brasileira (FEB) como, por exemplo, os generais Cordeiro de Farias e César Obino, defendiam explicitamente que fosse criada uma instituição capaz de formular os fundamentos do desenvolvimento e da segurança do país.³⁹ Desse conjunto de fatores relativos à criação da nova escola, compreende-se melhor a influência norte-americana na formação do pensamento militar brasileiro. A atuação de nossos militares, ao lado de tropas norte-americanas, durante a Segunda Guerra, criou uma relação de proximidade entre os governos de ambos os países, de modo que uma missão conselheira enviada pelos Estados Unidos ao Brasil orientaria nossos chefes militares na organização da futura escola. Tomaram como modelo a Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, obviamente com as indispensáveis atualizações, dadas as nossas singularidades, como, por exemplo, a que agregava civis e militares em seus cursos.

³⁹ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. op. cit.

Essencialmente, a proposta da nova escola estava consignada em um documento denominado de *Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra*.⁴⁰ Nesse registro, ficava estabelecida a ampliação do conceito de segurança nacional baseado na ideia de inseparabilidade entre desenvolvimento e segurança, o que se tornaria, a partir de então, o alicerce dogmático da ESG. Tal documento, de iniciativa do coronel Idálio Sardenberg, procurava identificar os empecilhos ao desenvolvimento nacional passíveis de serem removidos, por meio de uma elite, que atuaria na administração dos mais variados setores, ocupando cargos de direção importantes dentro dessa proposta de construção de um novo modelo para o desenvolvimento do país:

Observa-se que já nesse momento inicial havia a intenção declarada de a ESG atuar não apenas no segmento militar, mas também no âmbito civil, pois entendia que ambos poderiam fornecer a “matéria-prima para a constituição dessa elite”. Para alcançar a meta da aceleração do “ritmo de desenvolvimento”, os criadores da ESG propuseram-se a elaborar, por meio dela, um método de solução dos “problemas nacionais”, bem como a contribuir para a formação de “um ambiente de ampla compreensão” entre os segmentos envolvidos nas questões atinentes à segurança nacional. Essas duas grandes metas somavam-se à proposição de que a escola deveria estabelecer “um conceito amplo e objetivo de segurança nacional” que fundamentasse o trabalho “de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do país”.⁴¹

Foi dessa maneira que a ESG obteve um significativo destaque e inserção da nova instituição no meio político brasileiro. Podemos dizer que, a despeito de sua influência no meio militar, político e empresarial em seus anos iniciais, é a partir do golpe civil-militar de 1964 que a ESG terá um protagonismo maior, difundindo suas propostas nem um pouco desprezíveis.

Dentro do processo educacional que formaria essa nova elite capaz de resolver os problemas de segurança e de desenvolvimento brasileiros, incluía-se a ESG, como também, de modo cooperativo, os recorrentes acordos firmados com os Estados Unidos. Por meio desses canais, a formação técnica esperada coadunava-se com o doutrinamento ideológico e político, de modo a harmonizar a mentalidade militar de todo o continente americano com o meio militar predominante e hegemônico no mundo, como também, da mesma forma, subjugando as propostas de reformas dos governos desses países, no tocante ao desenvolvimento econômico e social. Não à toa, que oficiais americanos permaneceram nos

⁴⁰ MANSAN, Jaime Valim. *A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988)*. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 70, jul.-set. 2017.

⁴¹ MANSAN, Jaime Valim. *A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988)*. op. cit., p. 832.

grupos regulares de trabalho da ESG até 1960 e ainda, por mais uma década, um oficial daquele país era mantido dentro da escola como um elo de ligação com o corpo docente.⁴² De fato, oficiais de ambos os países buscavam disseminar uma ideologia que preconizava a parceria entre brasileiros e americanos no combate às ideias comunistas, em que os militares norte-americanos reforçavam tal prescrição. É provável que na perspectiva militar, diante da contínua influência dos Estados Unidos nos países latino-americanos, uma divisão pudesse ter surgido entre a oficialidade. Não podemos deixar de observar que, se naquele contexto os esguianos apoiavam-se de modo mais fiel nas ideias anticomunistas, fomentadas pelos norte-americanos, por outro lado, havia entre os oficiais, um grupo que não via com bons olhos essa ingerência constante e incisiva, os quais ansiavam por uma política mais independente e nacionalista no campo das relações internacionais.

Algo que cabe destaque, no contexto de criação da ESG, é o fato de que havia por parte de determinados segmentos políticos uma espécie de política dignificante e aclamatória que fazia dos militares objetos de suas pretensões. Edmundo Campos Coelho irá definir esse fenômeno como “política laudatória”.⁴³ Tal política iria conferir um prestígio maior à oficialidade militar dando plenas condições a esse grupo de formular questões pertinentes à segurança nacional, justificando, dessa forma, sua interferência na política brasileira. A formulação desses conceitos e doutrinas teve um papel crucial na articulação que culminou no golpe de 1964 e a ESG deteve um papel determinante em sua concretização. É importante lembrar que, não somente à ESG coube esse papel, mas também a outras agências articuladoras do golpe, como as que provinham do meio civil: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que teriam, identicamente, participação ativa nas conexões que culminaram no golpe civil-militar de 1964. Nessas instituições, um forte vínculo entre a alta oficialidade militar e o grande empresariado seria estabelecido, o que acabou dando ensejo para um direcionamento de ideias e de práticas na estruturação da derrubada do governo de João Goulart. Nesse sentido, Gorender afirma que “o golpe não veio de Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o imperialismo norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras”.⁴⁴

⁴² DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. op. cit.

⁴³ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. op.cit.

⁴⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. – [5. Ed.], ver. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014, p. 59.

Vale evidenciar que até a concretização do golpe de estado, além da ESG e das entidades oriundas do meio civil citadas acima, uma instituição de significativo destaque no debate sobre o desenvolvimento nacional, foi o Clube Militar. De caráter recreativo, utilizado pela oficialidade do exército, essa associação não ficava atrelada aos inconvenientes da hierarquia, pois gozava de certa autonomia, ficando livre da ingerência direta do ministério da Guerra. Apesar disso, a oficialidade de alta patente recomendava a obediência às regulamentações inerentes à disciplina para os afiliados do Clube. Não obstante, ocorriam discussões polêmicas alusivas às questões políticas que, por vezes, poderiam confrontar os posicionamentos das lideranças da instituição.

Nesse sentido, podemos entender o Clube Militar como um espaço entre a oficialidade que favorecia as discussões relativas aos problemas nacionais.⁴⁵ Mas, devemos considerar que o debate ali promovido, por vezes, ia além do ambiente da própria instituição, como também ultrapassava a tradicional cadeia de comando. Podemos dizer que o Clube Militar era o *locus* ideal para o embate entre as variadas correntes de pensamento dentro do exército. Conforme aponta Gaio, a influência das correntes militares na política nacional, como também nas recomendações de paradigmas econômicos para o Brasil, se dava por meio do Clube Militar.⁴⁶ Consequentemente, essa associação exerceu um protagonismo substancial no debate político de então, como um meio de representação – ainda que não oficial – das ideias que permeavam a caserna e que, certamente, influenciaram muitas pretensões conspiratórias. Podemos inferir que o Clube Militar foi uma espécie de ponto de convergência entre o pensamento proveniente das forças armadas, com as suas variadas correntes, e a classe política, na medida em que refletia as diversas posições oriundas do segmento militar concernentes às questões políticas do momento, como também aos problemas que afetavam as próprias forças armadas.⁴⁷

Mas, a partir de 1964, a ditadura vitoriosa procurou promover reformas nas forças armadas que, em certa medida, remontavam à perspectiva do general Goes Monteiro, na qual tornava-se imperativo debelar as cisões políticas no meio militar, cisões essas que muitas vezes ficavam explícitas no ambiente do Clube Militar. Para tal intento, o regime expurgou

⁴⁵ FERRAZ, Francisco César Alves. **À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955)**. Londrina: Eduel, 1994.

⁴⁶ GAIO, André Moysés. **Em busca da remissão: a mobilização militar pela democracia**. Londrina: Eduel, 1997, p. 56-57.

⁴⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 71-113.

opositores internos, expandiu os serviços de informações, intensificou o controle sobre a oficialidade, por meio ideológico e hierárquico, além de modificar a forma adotada nas promoções e nas reformas, de modo a restringir a permanência acentuada de militares no mesmo posto e no serviço ativo, dentre várias outras ações.⁴⁸ Assim sendo, podemos dizer que muitas das ações repressivas que vieram na esteira do golpe de 1964 não alcançaram apenas a sociedade civil, mas também os próprios integrantes das forças armadas que não se adequaram à nova ordem instituída.

Como capitão, no início da década de 1950, Jarbas Passarinho julgava que o conflito ideológico que vinha ocorrendo entre os civis iria repercutir inexoravelmente nas forças armadas. Em sua perspectiva, a prevenção contra a falta de coesão no exército residia no fato de que tal situação daria ensejo a uma tendência de desordem interna. Ademais, tal ameaça iria expor a vulnerabilidade do poder militar e, conseqüentemente, acarretar a intimidação do poder político. A esse respeito ele declara em suas memórias:

Na Escola de Aperfeiçoamento de oficiais, que éramos obrigados a cursar, como capitães, tivemos em 1950 o que hoje eu chamaria de embrião de 1964. Apesar de intensa atividade profissional, que nos absorvia, nossa atenção voltou-se para o Clube Militar, cuja direção havia sido conquistada em eleições pouco disputadas. Venceram os que se diziam nacionalistas, como se os outros menos o fossem. Mas entre eles havia oficiais que, assumindo a direção do departamento cultural, usavam a Revista do Clube como veículo de pregação mais que simplesmente nacionalista. Tangenciavam, com o cuidado que a matéria impunha, a defesa das teses marxistas, sob certos mascaramentos.⁴⁹

A preocupação na identificação de ideias marxistas no meio da intelectualidade militar caracterizava-se, fundamentalmente, no receio de que uma ideologia vinda de fora, alienígena, em consonância estrita com a política de outras nações, poderia se constituir em uma séria ameaça à segurança nacional. Passarinho enxergava nessa situação um agravamento da politização de quadros no meio militar, especificamente no exército, algo que, para ele, era parte intrínseca das pretensões das esquerdas no país, impelido pelo temor da instalação de um Estado proletário no Brasil, pensamento corrente nas forças armadas daquela época.

⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. op. cit.

⁴⁹ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 72.

É importante considerarmos que os temores de Passarinho, como também de muitos de seus companheiros, se dava em um contexto de Guerra Fria, na qual as ideias anticomunistas foram demasiadamente fomentadas pelos norte-americanos em nosso país. Nessas circunstâncias, lembremos que, com relação à influência norte-americana na criação da ESG, destaca-se que nos Estados Unidos havia a Escola Industrial das Forças Armadas, voltada para a mobilização dos recursos para a guerra, como também a Escola Nacional de Guerra, destinada aos assuntos da política externa. No projeto brasileiro, a nova escola – ESG - deveria ter essas duas funções combinadas, devido ao fato do Brasil ser um país em desenvolvimento que carecia de uma poderosa força militar e de soluções para problemas econômicos e de segurança nacional. Nesse sentido, a versão brasileira dava ênfase maior nas características da segurança e do desenvolvimento⁵⁰. Ademais, os militares tornaram-se adeptos das ideias fundamentalmente associadas ao anticomunismo, em decorrência de concepções formuladas no interior da escola recém-inaugurada, segundo o modelo norte-americano do *National War College*. Aqui, a ESG passaria a ser um centro de grande influência nos estudos sobre política, por meio de seus cursos de um ano que eram frequentados por militares e civis que logravam destaque em seus campos de atuação:

Da doutrina ali ensinada constava a teoria da “guerra interna” introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários.⁵¹

Na perspectiva esguiana, essas categorias representavam uma séria ameaça à segurança do país, de modo que era imperativa a sua neutralização ou eliminação por meio de intervenções efetivas.

Devido ao “alto nível” de ensino ministrado nos cursos da ESG, a escola recebeu o epíteto de *Sorbonne*, como uma forma de supostamente equipará-la à renomada universidade da França:

Conhecida também pelo pernóstico apelido de *Sorbonne*, a Escola Superior de Guerra era produto de um sincero interesse da cúpula militar pelo aprimoramento intelectual dos oficiais superiores, mas também o desejo dos ministros de manter longe dos comandos da tropa e de posições importantes no Estado-maior os oficiais

⁵⁰ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. op. cit.

⁵¹ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castello a Tancredo, 1964-1985**. op. cit. p. 22.

de muita capacidade e pouca confiança. Enquanto se puniam com transferências para a circunscrições de recrutamento os coronéis chucros ou extremados, a oposição militar bem-educada ganhava escritaninhas na ESG, cuja primeira virtude era a localização: no Rio de Janeiro, debruçada sobre a praia da Urca. Em 1953, somando-se os estagiários ao seu quadro de pessoal, a ESG dava o que fazer a doze generais, três almirantes, dois brigadeiros, 33 coronéis e onze capitães-de-mar-e-guerra, efetivo equivalente a mais que o dobro dos coronéis e generais que foram para guerra.⁵²

Além de militares, frequentavam também os seus cursos os civis, que gradativamente foram aumentando sua participação. Tal abertura foi de fundamental importância para o estabelecimento de laços entre o segmento civil e militar, cuja perspectiva que preponderava na ESG era compartilhada por ambos os grupos.⁵³ Dessa maneira, o envolvimento de civis na formação da ESG influenciou, consideravelmente, áreas como educação e indústria, por exemplo. Isto, no futuro, traria grandes benefícios aos sucessivos governos instaurados, a partir do golpe civil-militar de 1964, como também à classe empresarial brasileira, ávida por tomar parte na modernização capitalista que o regime iria propiciar. Um ano após a sua fundação, a ESG já contava aproximadamente com setenta militares e civis matriculados em um curso, em cuja duração de um ano, eram ministradas palestras e estudos sobre os problemas brasileiros. Tal aproximação entre oficialidade militar, parlamentares e burocratas configurava-se em algo inédito.

No entanto, é preciso pontuar que é exagerado dizer que nos seus primórdios a ESG agrupava um segmento da elite intelectual brasileira.⁵⁴ Por outro lado, desde a sua fundação, várias personalidades ilustres, tanto civis quanto militares, passaram pela ESG como, por exemplo, Tancredo Neves, Castello Branco e Ernesto Geisel:

Essa convivência de oficiais, burocratas e parlamentares era experiência inédita [...]. O número de estagiários sem ligação funcional com o Estado dificilmente alcançava um terço das turmas. A seleção dos 483 militares que fizeram qualquer tipo de curso na ESG entre 1950 e 1959 deu-se sem dúvida no estrato superior da oficialidade. Dois chegaram à Presidência da República (Geisel e Castello Branco), 23 ao ministério, e, deles, seis chefiaram o Exército. Com os 335 civis que passaram pela escola no mesmo período, o resultado foi outro. Só quatro chegaram ao ministério. Um deles, Tancredo Neves, pode ser computado como se tivesse chegado à Presidência.⁵⁵

⁵² GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 121.

⁵³ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. op. cit.

⁵⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. op. cit.

⁵⁵ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. op. cit., p. 122.

Embora não tenha sido um dos fundadores da ESG, Golbery do Couto e Silva é uma figura de destaque da escola, tendo trabalhado meticulosamente na estruturação do conceito de segurança nacional. É importante destacarmos que, mesmo antes da fundação da escola, já havia intelectuais preocupados em interpretar o Brasil, como, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior. O legado desses três homens, como de muitos outros intelectuais da época, é de fundamental importância para quem deseja compreender o país e sua história, na medida em que essas pessoas pensaram o Brasil criticamente, refletindo sobre a formação do nosso povo e de nossa nação. O empenho intelectual desses pensadores se assentava em uma abordagem que ia além das atividades desenvolvidas na academia. Para eles, refletir sobre nossa história era algo essencial para a estruturação de nosso futuro. No entanto, o advento da Guerra Fria estimulou novas reflexões e interpretações para o Brasil daqueles tempos e, em meio a esse contexto, é que seria criada a ESG, procurando participar da política e propondo novos rumos para o desenvolvimento nacional, sob a ótica do pensamento militar.

Todavia, o amplo apoio do empresariado às diretrizes políticas relacionadas ao desenvolvimento nacional, sobretudo no período de Juscelino Kubitschek, favoreceu a inserção de civis nos debates e nas palestras proferidas na ESG. Aglutinados em torno dessas discussões, a oficialidade militar e os tecno-empresários participavam de *think-tanks* nos quais permeavam a costumeira visão de ordem e progresso, somada à necessidade de crescimento de nossa indústria, atrelada a interesses transnacionais, de forma que todo processo fosse direcionado pelo Estado, em que as forças armadas iriam atuar dentro dos critérios de eficiência e legitimação exigidos pela doutrina de segurança nacional.⁵⁶ Nesse sentido, Pedro Campos nos chama a atenção para o crescimento do que denomina de "formas organizativas da classe dominante"⁵⁷, no seio das conexões entre militares e burguesia:

A aproximação entre militares e empresários, e os da construção em particular, antecede o golpe de 1964, apesar de ter atingido níveis inéditos sob a ditadura. Vários eram os canais para isso, tendo a Escola Superior de Guerra (ESG) uma função importante. Projetada para ser um centro de aproximação entre "civis" e "militares" - divisão da sociedade formulada a partir das Forças Armadas e sua doutrina -, a escola era um ambiente de entrosamento de altos oficiais das forças militares, sobretudo o Exército, com políticos e empresários de destaque, em especial os ligados ao grande capital e aparelhos privados de hegemonia, sendo intensa, por exemplo, a interlocução entre a ESG e o Clube de Engenharia. Apesar

⁵⁶ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. op.cit.

⁵⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**. Niterói: Eduff, 2013, p. 135.

do predomínio do anticomunismo e da defesa do livre-comércio como princípios, além da defesa do binômio segurança e desenvolvimento, havia certa variedade na orientação teórica e programática dentro da ESG. Assim, mesmo com a presença do capital associado e a defesa das teses de interdependência, grupos do CE [Clube de Engenharia] mais propensos à defesa da indústria nacional, em detrimento da estrangeira e multinacional, também frequentavam a escola.⁵⁸

No que tange à participação de civis como fator peculiar na constituição da ESG, tal medida possibilitou um contato maior entre lideranças empresariais, políticas e militares, de modo a influenciar profundamente os fundamentos do pensamento militar, especialmente no tocante à segurança nacional e ao desenvolvimento do país, como mencionado anteriormente. Assim, é importante destacar o fato dessa dessemelhança entre a ESG e a National War College, que era restrita somente a militares, ao passo que a instituição brasileira absorveu elementos oriundos da sociedade civil também. Sendo assim, era frequente que ideias e instrumentos de especulação, oriundos tanto do meio militar quanto civil, se mesclassem, e não raras vezes, adquirissem o estatuto de dogma. Portanto, tal conjunto doutrinário, desenvolvido e formulado no seio de ESG, convertia-se no sistema de racionalização por meio do qual se teria articulado o golpe de 1964.⁵⁹

Como consequência, foram adicionados em nossa sociedade, através da ESG, um ideário e uma disposição para entrever os fatos por meio de um ponto de vista dualista, característico do cenário internacional de Guerra Fria. E, além disso, essa nova instituição de ensino buscou inspirar psicologicamente os militares a adotarem no seio das forças armadas uma postura inspirada em valores corporativos, própria do empresariado, o que, a partir de 1964, guiaria e justificaria a atuação do Estado por meio de alegações técnicas e não através de princípios políticos. No entanto, há de se atentar para o fato de que “este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de ‘construção nacional’ foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrina empresarial.”⁶⁰ Dessa maneira, a ESG projetou uma concepção imobilista caracterizada num modelo de sociedade e de alegações políticas e econômicas próprias de um quadro social segmentado rigidamente entre a população e as classes dominantes. Esse modo de pensar afastava-se de qualquer possibilidade de reformas

⁵⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**. op. cit. p. 283.

⁵⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁶⁰ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. op. cit., p. 79.

estruturais em nossa sociedade, na medida em que procurava aproximar-se de inovações e progressos nos moldes conservadores e tradicionais.

Nos primeiros anos da ESG, o país passava por um intenso processo de industrialização e muitos economistas, naquele momento, pensavam que, em determinada fase desse processo, as importações poderiam ser substituídas pelo o que estava sendo produzido internamente. A criação da Petrobras se tornou em um episódio de grande euforia no país, tendo se tornado um marco fundamental no ajuste entre as classes sociais - resultado do nacionalismo de então - para que o petróleo fosse nacionalizado.⁶¹ É importante ressaltar que a ESG teve atuação controvertida, desde o seu início, chegando, inclusive, em meados dos anos 1950, a ter sua existência comprometida por ser acusada de colaborar para um ambiente de instabilidade política que havia se instituído no país.⁶² Ou seja, pode-se afirmar que a partir da ESG, como também do IPES e do IBAD, nos quais intelectuais e empresários procuravam atuar em defesa de um conjunto de ideias liberais e anticomunistas, é que nasceram as diretrizes de um sistema político que seria apto para impedir um provável quadro “subversivo” da ordem, como também o que traçaria as “linhas definidoras” que garantiriam o desenvolvimento econômico do país. Em vista disso, conforme ia se acentuando a instabilidade política, se estabelecia nesses círculos de discussão a convicção da necessidade de um movimento armado para dar cabo daquilo que consideravam como um estado de anarquia, barrando, dessa forma, o avanço dos comunistas. E assim, encontramos a ESG como sustentáculo ideológico do golpe civil-militar de 1964, pensamento este densamente embasado na doutrina de segurança nacional, que ali foi formulada.⁶³

Dessa forma, podemos afirmar que a doutrina de segurança nacional se alicerçava a partir do fato de que o ocidente capitalista estava em conflito permanente com o comunismo. Dentro dessa visão, uma agressão poderia ser oriunda tanto do exterior, vinda dos países comunistas, como internamente, ou seja, proveniente das próprias sociedades que compunham os países ditos do “mundo livre”, ocidentais. Nesse último caso, caracterizava-se a figura do inimigo interno, relativo ao cidadão do próprio país que seguia ideias comunistas. Sob o enfoque da doutrina de segurança nacional, eles, de cidadãos, passavam a ser considerados inimigos do Estado. Mas, vale ressaltar que, até o golpe civil-militar de 1964, as forças

⁶¹ GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro. Relume-Damará, 1994.

⁶² MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Willians da Silva. **A política externa brasileira e o regime militar**. Campinas: Caderno Premissas nº 10, Ago de 1995.

⁶³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.

armadas brasileiras estavam submetidas à Constituição democrática de 1946. Foi somente após o golpe que a ESG procurou suprimir dois fundamentos do regime democrático: a obediência das forças armadas ao poder civil constituído, como também o respeito à legalidade própria das democracias. Visto que, em um regime democrático cabe às forças armadas a defesa contra uma agressão externa, com a doutrina de segurança nacional, os militares ficaram incumbidos também de garantir a segurança interna. Tais mudanças, implementadas pela ESG, após 1964, foram fortemente influenciadas pelo contexto internacional da Guerra Fria. Nesse cenário, somente países detentores de alta tecnologia e arsenais nucleares poderiam enfrentar a URSS, como os EUA, por exemplo. Nossas forças armadas não teriam como fazer frente a um poderio militar como o da URSS e assim a doutrina de segurança nacional procurava justificar a ação de nossos militares da seguinte forma: se não há meios de se combater o inimigo externo, extrafronteiras, que, então, se enfrente o inimigo que se encontra dentro do próprio território, que, sob a perspectiva esguiana, eram os comunistas. Tal concepção fez com que o Brasil se alinhasse ao anticomunismo norte-americano apoiando os Estados Unidos em conflitos como, por exemplo, a Guerra da Coreia (1950-1953), cujo engajamento brasileiro acabou por não se concretizar, mas que detinha o apoio substancial de quadros de nossas forças armadas que, mais adiante, na ditadura, acabariam por se tornar ideologicamente preponderantes.⁶⁴

Dentro desse quadro, segundo Rodrigo Patto Sá Motta⁶⁵, alguns pesquisadores têm uma tendência a considerar o anticomunismo pré-1964 como sendo algo que emergiu dentro daquela conjuntura, como uma espécie de manobra para omitir as maquinacões golpistas. Por essa ótica, o anticomunismo seria um simulacro para tornar legítimo o processo autoritário. No entanto, para esse autor é um exagero supor que o terror comunista fosse apenas um artifício utilizado pelos conspiradores, visando guiar as massas em direção ao golpe. Havia sim, dentro da ESG um núcleo conceitual que buscava elaborar os tópicos fundamentais para a segurança interna do país como, por exemplo, o combate ao comunismo, não apenas como uma dissimulação com fins conspiratórios, mas efetivamente como um fator de alinhamento dos países latino-americanos com os EUA, através da estruturação de um rígido sistema de segurança nacional, de um possível emprego de nosso potencial demográfico em operações

⁶⁴ SODRÉ, Nelson Werneck apud LEMOS, Renato (org.). **Justiça fardada: o general Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)**. Colaboração de Fátima Bevilaqua Contursi. - Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPEESP, 2002.

extrafronteiras, no fornecimento de material bélico, com apoio logístico e geográfico aos transportes marítimos e aéreos, como também às discussões e deliberações no âmbito das Nações Unidas. Todos esses tópicos, dentre vários outros, eram partes indissociáveis da referida doutrina.⁶⁶

Dessa forma, não foi apenas a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos norte-americanos, o único motivo para a criação da ESG. O debate político em torno do nacionalismo e da exploração do petróleo também esteve associado à criação dessa instituição, pois as forças armadas buscavam uma inserção maior no aparelho estatal. Dentro desse panorama, o surgimento da ESG significava não somente a salvaguarda de interesses políticos de certos grupos, mas, sobretudo, o fortalecimento da coesão entre eles.⁶⁷ Gaspari, da mesma forma, leva em consideração, no contexto de criação da ESG, a conjuntura pela qual o mundo estava inserido naquele momento: A Guerra Fria.⁶⁸ Para esse autor, a ESG foi:

Fundada na premissa de que o subdesenvolvimento brasileiro era produto da falta de articulação e competência de sua elite [...] e se propunha a sistematizar o debate dos problemas do país. Oferecia-se também como centro de estudos para uma crise universal muito mais ameaçadora e urgente. Em maio de 1949 a escola ainda não estava legalmente organizada, mas seu comandante, o general Oswaldo Cordeiro de Farias, advertia: “Precisamos preparar-nos para a eventualidade da terceira guerra mundial, o que é uma conseqüência [*sic*] do panorama internacional, uma política de autodefesa, um imperativo de nossa soberania e do nosso espírito de sobrevivência. Viver despreocupado deste problema, num mundo que não se entende, é ter mentalidade suicida.”
Esse mundo vivia sob a influência de duas expressões: Cortina de Ferro e Guerra Fria.⁶⁹

Assim, como abordado previamente, princípios anticomunistas vinham sendo gerados no interior da ESG, de modo a entrever o comunismo como algo que iria subverter a ordem, desagregar a sociedade e acarretar a inversão dos valores vigentes. Não somente no Brasil, mas em várias partes do mundo, intelectuais e organizações conservadoras procuraram formular ideias ameaçadoras e aterrorizantes a respeito do comunismo. Interpretações negativas a respeito de ideias socialistas eram divulgadas por organizações conservadoras como, por exemplo, o fim da propriedade privada no Brasil. Dentre as várias linhas de pensamento anticomunista, interpunham-se as ideias que eram formuladas na ESG,

⁶⁶ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁶⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. op. cit.

⁶⁸ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. op. cit.

⁶⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. op. cit., p. 123.

fundamentalmente as que defendiam a economia de mercado e a propriedade privada, como também as que rejeitavam o igualitarismo social, dentre várias outras.⁷⁰

Cumprir destacar que, embora Jarbas Passarinho não tivesse uma forte ligação com a ESG, não da forma como a observamos em Golbery ou Geisel, ele também participou, ainda que eventualmente, na instrução de seus alunos-estagiários quando oficial no Comando Militar da Amazônia, em 1957:

Pouco depois de desincumbir-me da missão junto ao ministro Lott, o general Silveira deu-me outro encargo, o de representá-lo junto à Escola Superior de Guerra (ESG), que, como habitual em seus trabalhos, visitava a Amazônia. Era seu comandante o major-brigadeiro Alves Secco, dos raros oficiais generais da FAB em vínculos com a conspiração contra JK.

Em setembro a ESG programara uma viagem de estudos na Amazônia. Um navio da *frota branca* dos SNAPP, confortável e veloz, fora afretado para descer o rio Amazonas, vindo de Manaus, devendo fazer escalas em Nova Olinda, no Estado do Amazonas, e na capital do Amapá, concluindo a rota em Belém. Previam-se uma série de palestras ao longo da viagem, percutindo-se toda a temática amazônica. [...] À nossa Região Militar caberia discorrer sobre a experiência em curso, de instalação de colônias militares na fronteira. Outra vez, o general Silveira me escalou para o cumprimento da missão.⁷¹

Passarinho não somente era adepto dos princípios que estruturaram e nortearam a ESG, como também era um elemento – ainda que não frequente – que compunha o seu corpo de doutrinadores. Dessa forma, era necessário planejamento, preparação e uma base ideológica que formasse quadros capazes de atuar nos mais altos postos do poder, caso esse fosse conquistado, em decorrência da ineficiência dos políticos civis. Propagar tais conceitos entre seus pares era algo extremamente necessário e aceito pelos chefes, adestrando o máximo possível de integrantes que pudessem acreditar nesses princípios, conforme a experiência de Passarinho acima nos mostra. Nesse sentido, ele também era adepto desta concepção que fundaria a ESG, em que se materializou um *locus* para refletir e redefinir o Brasil, mas, sobretudo, conspirar e decidir sobre os rumos do país.

Diante dos aspectos observados sobre a ESG e sobre a doutrina de segurança nacional, podemos verificar mais amplamente a dinâmica do pensamento militar brasileiro, através desses dois componentes indissociáveis que estavam mutuamente ligados, e que impactaram

⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. op. cit.

⁷¹ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 105.

sobremaneira nosso quadro político, econômico e social no período proposto em nossa análise. Falamos sobre o contexto do surgimento da ESG, após a Segunda Guerra Mundial com a aproximação de nossas forças armadas com as forças armadas dos Estados Unidos e o panorama internacional da época, caracterizado pela Guerra Fria. Examinamos os princípios norteadores e fundamentais da ESG estabelecidos através da ampliação do conceito de segurança nacional, baseado na ideia de inseparabilidade entre segurança e desenvolvimento, base dogmática da ESG, como também procuramos entender seu processo educacional e a forma como fora compelida a ideologia anticomunista e os valores da burguesia empresarial nos seus quadros de ensino.

Dentro desse conjunto de valores lá disseminado, mergulhamos no conceito da doutrina de segurança nacional, que tinha como ponto de partida o fato de que o ocidente estava alinhado ao bloco capitalista e em luta contra o bloco socialista caracterizando a figura do inimigo interno, que eram os cidadãos do próprio país que aderiam a ideias comunistas, segundo a visão militar. Como Jarbas Passarinho é a figura central desse trabalho, buscamos examinar sua ligação com a ESG e com a ideologia que de lá era propagada, verificando juntamente com a análise de outros autores e por meio da confrontação de suas interpretações críticas, todos os aspectos que influenciaram o pensamento militar brasileiro e resultaram no golpe de 1964. Assim, julgamos compreender, de modo mais estrito, no bojo do pensamento militar brasileiro, as bases “científicas” imprescindíveis à doutrinação que legitimaria as ações das forças armadas no Estado autoritário implantado a partir de 1964.

1.3 – Intelectuais que impactaram o pensamento militar

A partir do século XX, a formação do pensamento militar brasileiro recebeu diversas influências exógenas, passando pelo período de influência europeia, tanto germânica quanto francesa, culminando, a partir da Segunda Guerra Mundial, no influxo de ideias vindas dos Estados Unidos. Não obstante, havia ainda o fenômeno político-ideológico do pós-guerra no qual o mundo estava mergulhado, denominado Guerra Fria, que influenciou de modo profundo essa concepção. No plano interno, o exército, desde o início da república, cultivou um pensamento intervencionista e, em certa medida, autoritário.⁷² Foi assim, particularmente,

⁷² CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. op. cit., p. 133-137.

na proclamação da República, na implantação e dissolução do Estado Novo, no suicídio de Getúlio Vargas, na tentativa de barrar a posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, como também na do Presidente João Goulart, em 1961, este último em decorrência da renúncia de Jânio Quadros.

Enfim, os militares vinham de longa data cultivando a ideia de que a sociedade civil brasileira não tinha condições efetivas para se autogovernar, pois era algo habitual no pensamento militar brasileiro a compreensão de que nossa sociedade era incapaz de resolver seus próprios problemas.⁷³ Inclusive, a burguesia industrial compartilhavam de tal visão, segundo a qual as classes populares não teriam a capacidade necessária, mesmo por meio da representação política e partidária, para escolher governantes capazes de direcionar o Estado no caminho do desenvolvimento nacional. Para as demandas das classes empresariais e militares, “o povo brasileiro, cheio de ‘aglomerados sub-raciais e indefinidos, nos quais predominam influências atávicas bem inferiores’, caracterizado sempre por sua ‘índole pacífica’ [...] significará sempre [...] um obstáculo na marcha inexorável da Nação”.⁷⁴

Tal pensamento contribuiu profundamente para o controle completo do Estado, a partir de 1964, pois até então, os militares haviam se limitado a intervir de forma eventual no cenário político do país. Portanto, é importante lembrarmos que figuras como Goes Monteiro, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e tantos outros contribuíram de modo significativo para concepção intervencionista das forças armadas. Mas, gostaríamos de nos deter brevemente em quatro figuras importantes que tiveram influência direta no golpe de 1964, como também nos anos subsequentes à instauração do regime: Humberto de Alencar Castello Branco, Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e Jarbas Gonçalves Passarinho. Estes quatro personagens foram homens que representaram de modo explícito o pensamento peculiar dos militares brasileiros, ora de modo mais direto, ora de uma forma mais arrevesada.

De modo sinóptico, podemos dizer que o primeiro, Castello Branco, viria a ser o presidente que inauguraria o ciclo de presidentes gerais. O segundo, Ernesto Geisel, seria o quarto presidente do regime militar que contribuiu para sua efetivação e para sua posterior derrocada. Golbery do Couto e Silva foi um dos principais mentores da doutrina de segurança nacional e primeiro chefe do Serviço Nacional de Informações - SNI. Quanto a Jarbas

⁷³ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. op. cit.

⁷⁴ BRETAS, Marcos Luiz. O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o exército. **Militares e Política**, n. 2 (jan.-jun. 2008), pp. 31-61, p. 35.

Passarinho, personagem principal de nossa análise, tornar-se-ia além de um pluriministro, ocupando diversas pastas em variados governos, uma espécie de intelectual orgânico do regime⁷⁵, ou melhor, da classe que estava no poder, no sentido gramsciano do termo, não apenas restrito a uma retórica subjetiva em defesa do *status quo*, mas, efetivamente, participando e exercendo importantes funções de mando, nesse período da história brasileira.

Humberto de Alencar Castello Branco era cearense e filho de militar, tendo herdado do pai a vocação para a carreira das armas. Cadete aplicado, Castello, ao galgar os postos mais elevados do exército brasileiro, passaria a fazer parte de uma ala que era considerada como a mais ilustrada da instituição.⁷⁶ Ao fazer seus estudos de aperfeiçoamento na França, Castello pôde perceber, de forma mais nítida, que o cenário político mundial após a Primeira Guerra estava agitado, e que as nações daquele continente estavam prestes a mergulhar novamente em outro conflito.⁷⁷ Participou como oficial da Força Expedicionária Brasileira (FEB), no teatro de operações da Itália e, ao término da guerra, tendo os Estados Unidos saído como um dos grandes vencedores bélicos e também, como tropas brasileiras haviam atuado diretamente ao lado das tropas daquela nação, a influência francesa daria lugar à norte-americana junto à oficialidade brasileira. E esse novo influxo de doutrina resultaria em um desejo de modernização da instituição: “Servindo pela quarta vez na Escola de Estado-maior, Castello Branco representou papel extremamente importante na transição da doutrina francesa para doutrina norte-americana, por sua dupla vivência, junto a Missão Militar Francesa e junto à FEB.”⁷⁸ Sobre sua atuação como primeiro presidente do período ditatorial, Armando Falcão, ex-líder parlamentar e ex-ministro da Justiça dos governos Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel, mencionaria Castello em artigo publicado no jornal *O Globo*, de 18 de julho de 1986:

[...] Entretanto, no conjunto de suas iniciativas, executou reformas profundas e abrangentes, que ofereceram resultados duradouros no espaço e no tempo e que jamais serão minimizados pela consciência brasileira viva.

Castello Branco, repudiando os figurinos da esquerda e da direita, repelindo a demagogia, sempre à vontade na volúpia da responsabilidade, foi um condutor na democracia que defendeu e revigorou as instituições republicanas básicas.

⁷⁵ FERREIRA JR, Amarildo e BITTAR, Marisa. “O Coronel Passarinho e o Regime Militar: O último intelectual orgânico?” In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: Novas perspectivas**. São Carlos: Edufscar, 2003.

⁷⁶ SANTOS, Francisco Ruas (org.). **Marechal Castello Branco: seu pensamento militar**. Rio de Janeiro: Bibliex Ed., 2004, p. 5-7.

⁷⁷ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Castello Branco e a Revolução: depoimentos de seus contemporâneos**. op. cit. passim.

⁷⁸ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Castello Branco e a Revolução: depoimentos de seus contemporâneos**. op. cit. p. 50.

Restaurou o princípio da autoridade e era forte sem ser déspota, severo sem ser tirano. Cedia, quando se convencia, mas a pressão ilegítima lhe despertava resistência vigorosa e veto definitivo.

Hoje e toda vida, convém recordar Castello. É importante que ele nunca seja esquecido, para ser imitado, se possível, nas horas essenciais e decisivas.⁷⁹

No entanto, há de se destacar que Castello, tido por muitos como legalista, a exemplo do discurso laudatório de Armando Falcão, contribuiu, profundamente, para alicerçar a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, participando como uma das principais lideranças na conspiração para a tomada de poder e na consequente instauração do regime autoritário.

Gaúcho de Bento Gonçalves, Ernesto Geisel teve participação concreta no movimento civil-militar que derrubou o Presidente João Goulart. Assim que o Congresso Nacional elegeu Castello Branco como Presidente da República, em 11 de abril de 1964, Geisel foi nomeado chefe do gabinete militar de Castello. Anos mais tarde, Geisel fora convidado por Médici para dirigir a Petrobrás e, posteriormente, seria indicado, por este, para ser seu sucessor na Presidência da República. Em sua gestão como Presidente, procurou se distanciar do governo anterior, mas preservando sua autoridade.⁸⁰ Quando ocorreu a transição do governo Médici para o seu, já se delineava uma proposta para modificação da estrutura do regime. Entre alguns setores, havia quem postulava a passagem do governo para os políticos civis. Dentre algumas figuras que defendiam a volta de um governo civil, tínhamos, por exemplo, Jarbas Passarinho e Ernesto Geisel. Segundo Passarinho, a transição do governo Médici para o de Ernesto Geisel era o momento precisamente adequado para a passagem ao estado democrático: “Estávamos em lua-de-mel com o ‘milagre’”.⁸¹ Mas, foi Geisel, juntamente com setores aliados, que criou propriamente as condições necessárias para o retorno gradual e seguro do poder aos civis.

A título de ilustração, em 1974, ele criaria eleições livres para senadores, deputados e vereadores. Já era um indício de que o regime, através do legislativo, ansiava por uma participação civil mais acentuada, mas mantendo os cargos do executivo por meio de eleições indiretas, a fim de que o governo ainda detivesse as rédeas do jogo político. A abertura que

⁷⁹ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Castello Branco e a Revolução: depoimentos de seus contemporâneos**. op. cit. p. 170.

⁸⁰ COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. Verbete Ernesto Geisel. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível no endereço: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>> s/p. Acesso em: 02 abr. 2022.

⁸¹ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 421.

Geisel propôs, lenta, gradual e segura, era necessária, na perspectiva do regime, para que não houvesse uma guinada à esquerda, daí o fato dessa passagem ser caracterizada como “segura”.⁸² As esquerdas, na concepção militar, constituíam-se essencialmente pelo temor do comunismo, o receio de que o país caísse em mãos “erradas”. Quanto ao fato da abertura ser lenta e gradual, indicava claramente que o retorno à democracia se daria de forma gradativa. As eleições de 1974 estavam inseridas na implantação dessas novas medidas.

No entanto, mesmo com a liberação para eleições diretas no legislativo – nas quais houve uma perda significativa para a oposição –, ainda havia a restrição da propaganda eleitoral consignada na “Lei Falcão”. Em 1977, com o “Pacote de Abril”, Geisel nomearia senadores biônicos, que constituíam um terço das cadeiras do Senado, no intuito de dar sustentação ao governo.⁸³ Dessa forma, Geisel procurou fazer a abertura política, dentro do chamado pragmatismo responsável, para enfrentar as crises políticas e econômicas de sua gestão. Buscou estimular as indústrias de bens de produção nacionais com grandes investimentos de recursos do governo, como também priorizou novas matrizes energéticas, dada a crise do petróleo.⁸⁴ Em certa medida, Ernesto Geisel tentou deixar de lado as ideologias, buscando meios práticos para escapar de crises como, por exemplo, por meio de uma aproximação maior com a China e com a União Soviética.

Por outro lado, é importante considerar que com Geisel os castelistas e esguianos estavam novamente no poder e todo o esforço político, como também todo o entendimento do que era efetivamente o poder foram realinhados nele, conforme as fragmentações ideológicas da ocasião.⁸⁵ Consoante a esse fato, há de se ressaltar que as esquerdas vinham se destacando sobremaneira no campo intelectual. Assim, a esquerda “tinha os melhores autógrafos da cultura nacional. Romance? Graciliano Ramos e Jorge Amado. Poesia? Carlos Drummond de Andrade e Vinicius de Moraes. Pintura? Candido Portinari e Di Cavalcanti. Eram comunistas compositores consagrados como Mário Lago e artistas populares como o humorista Jararaca”.⁸⁶ Mas também fazia parte da concepção castelista a percepção do comunismo como um inimigo interno a ser combatido, de tal forma que era significativa a parcela de militares

⁸² SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 322-338.

⁸³ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁸⁴ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. op. cit., p. 401-408.

⁸⁵ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 114-153.

⁸⁶ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. op. cit., p. 62-63.

que se alinhavam aos conceitos que eram formulados na ESG. Geisel, assim como Passarinho, também se incluía entre aqueles militares que procuravam compreender os conceitos marxistas para melhor combatê-los:

O coronel Geisel estudara o marxismo. Copiou em 26 páginas de caderno as principais passagens do manual de *Materialismo dialético* da Academia de Ciências da URSS, bíblia dos comunistas de todo o mundo. Com sua caligrafia impecável, anotava: “Materialismo histórico é a ciência das leis que regem o desenvolvimento da sociedade”, ou: “A contradição fundamental do capitalismo é a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada, capitalista, da apropriação”.⁸⁷

Ao observarmos Ernesto Geisel, é fundamental termos a compreensão de que o pensamento que norteava o seu governo ligava-se intimamente à tentativa de restabelecer a coesão entre os militares, com o propósito de revigorar o regime, fazendo algumas concessões, mas agindo sempre com autoritarismo, fundamentalmente no que dizia respeito ao embate ideológico, de modo a não contradizer sua matriz intelectual.

Com relação a Golbery do Couto e Silva, cabe mencionar que foi um dos intelectuais militares brasileiros que, durante sua formação, foi enviado aos Estados Unidos, tendo, posteriormente, servido na FEB, mas sem entrar efetivamente em combate. Posteriormente, em 1952, como tenente-coronel, foi transferido para a ESG dando seguimento à sua carreira.⁸⁸ Segundo Mundim, figuras como Golbery e Juarez Távora, por exemplo, podem ser compreendidos como ideólogos de destaque que desempenharam, no contexto da ESG, um protagonismo muito significativo na estrutura e elaboração de conceitos que viriam nortear a doutrina dessa instituição.⁸⁹ Golbery procurou, mais tarde, durante o regime militar, articular várias entidades e lideranças políticas em prol dos sucessivos governos, embasado num projeto econômico, político e social, pautado na segurança e desenvolvimento do país. Buscava regulamentar constitucionalmente pontos que considerava cruciais dentro de sua crença acerca da doutrina de segurança nacional como, por exemplo, a competência para fiscalização e autorização de atividades privadas na faixa de fronteira. Para Golbery, o Brasil

⁸⁷ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. op. cit., p. 63.

⁸⁸ CARVALHO, Thiago Bonfada. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 14- 15.

⁸⁹ MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. **Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2007.

deveria ter uma posição de destaque no hemisfério ocidental, na defesa do continente sul-americano contra a “ameaça comunista”.⁹⁰

Golbery atuava nos bastidores das grandes decisões, chegando a chefiar, inclusive, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual ajudou a criar.

[...] Golbery tornou-se um dos principais personagens do novo regime. E essa própria circunstância já nos fornece uma das chaves a partir das quais ele foi interpretado: como um dos preparadores da legitimação intelectual do regime militar. Esse fato também nos informa que suas ideias não foram discutidas academicamente, mas sim polemizadas politicamente, de maneira que não houve sequer uma tentativa de se buscar a sempre inalcançável “neutralidade” analítica. Golbery, elevado à categoria de “ideólogo do regime militar”, era anátema para a esquerda, e, portanto, para grande parte da intelectualidade acadêmica brasileira, desde 1964 até recentemente.⁹¹

Estudioso da geopolítica brasileira, Golbery, com o passar dos anos, seria favorável à abertura política, entrando em choque frontal com a “linha dura” do regime. Segundo Gaspari, Golbery foi um dos conselheiros principais do general Ernesto Geisel.⁹² Trata-se de um personagem fundamental para a compreensão da ditadura, pois suas ideias tiveram grande impacto nos rumos da política brasileira. No entanto, ao analisarmos a intelectualidade militar, da qual Golbery fazia parte, constatamos que a democracia conquistada não foi uma dádiva proposta pelos intelectuais dos governos militares, mas sim, consequência do reagrupamento e do novo arranjo das forças populares como, por exemplo, as que organizaram as manifestações dos metalúrgicos no ABC paulista, em fins da década de 1970.

Durante o governo de Ernesto Geisel, Golbery defendeu a distensão, o que acarretou o fim das arbitrariedades impostas pelo regime autoritário.⁹³ Em certa medida, Golbery partilhava a ideia de que as manifestações populares, como as organizadas pelos metalúrgicos de São Paulo, a despeito de toda a repressão, pudessem se espalhar por todo o país e, conseqüentemente, ocasionar a perda de controle por parte do governo:

Foram muitas as incompreensões da política de distensão de Geisel no meio militar.
[...]

⁹⁰ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 30-31.

⁹¹ CARVALHO, Thiago Bonfada. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva**. op. cit. p. 12.

⁹² GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. op. cit.

⁹³ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. op. cit.

Em fevereiro de 1975 começou a circular pelos quartéis um panfleto que se autodenominava *Novela da Traição* e viria a se tornar o primeiro de uma série. [...] Os manifestos eram contra Golbery. No terceiro capítulo da *Novela* era considerado o responsável por “uma tal ‘abertura’, ‘distenção’ [sic] – ou que outro nome tome a traição”. Acusavam-no de ter urdido o desastre eleitoral de 1974 para articular uma candidatura a presidente, tramando uma anistia, a formação de um novo partido trabalhista e a abertura de uma CPI contra “nossos bravos Órgãos de Segurança, sentinelas indormidas da Pátria e por isso mesmo alvo do ódio comunista e de seu aliado Golbery”. Isso no campo político. No pessoal, chamavam-no de “Joaquim Silvério desonesto”, diziam que “arrendou-se aos trustes americanos, tornando-se o Presidente para a América do Sul da Dow Chemical Corporation, recebendo em paga trinta mil (dinheiros?) US\$ mensais”.⁹⁴

Apesar daqueles que se opunham à abertura política e de todas as suas inquietações mais íntimas, é bem provável que os receios de Golbery do Couto e Silva talvez nunca se concretizassem de fato, mas cumpre pontuar que dentro das forças armadas já havia um desejo, que não era de um grupo pequeno, de retorno aos quartéis.

Nossa última figura de destaque na intelectualidade militar, da qual sua trajetória política relaciona-se ao tema específico de nossa investigação, é Jarbas Gonçalves Passarinho. Como dito anteriormente, Passarinho desempenhou funções de relevo na ditadura, ocupando vários ministérios e cargos que demandavam certa plasticidade e desdobramento nas funções de liderança ocupou no novo regime. Para Passarinho, a vida moderna, com suas impositivas necessidades de reformulação do pensamento humano, demanda a todos, mas, sobretudo, àqueles que estão incumbidos pela condução de outros homens, um forte senso de observação.⁹⁵ Jarbas Passarinho, como político de destaque da ditadura militar, enfatizava esse aspecto e procurava entrever as possibilidades de cooperação entre comandantes e comandados, entre quem lidera e quem é liderado, tanto no meio militar quanto no ambiente civil. Possivelmente, essa característica pessoal, inclinada à busca da interlocução – ainda que em um regime marcado pelo autoritarismo - o tenha levado a posições de destaque em áreas, notadamente de cunho social, como o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação, por exemplo.

Ao teorizar sobre questões de comando e liderança, anos mais tarde, já no período democrático, Passarinho, em seu livro *Liderança Militar*, faz uma análise detalhada sobre a importância de como os oficiais devem estar atualizados à conjuntura do momento, visão que presumivelmente lhe acompanhou enquanto político, no meio civil. A este respeito, ele dirá

⁹⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. op. cit., p. 67-68.

⁹⁵ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Liderança militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987, Cap. I – Por que se deve estudar liderança, p. 19-28.

que “novos critérios de valores morais, revelações científicas revolucionárias, particularmente no domínio do psíquico, outros conceitos de liberdade e de direitos humanos, mudaram de modo radical a feição dos exércitos, pondo em relevo como nunca a responsabilidade dos chefes, no tocante a obterem integral cooperação de seus soldados”.⁹⁶ É provável que Jarbas Passarinho, dada à sua característica mista de político e militar, já se debruçava, antes mesmo do regime autoritário, sobre questões pertinentes à liderança e de como se desenvolve a arte de conduzir homens numa situação de conflito bélico tradicional e até num contexto caracterizado por antagonismos políticos e ideológicos. Admitimos que tal possibilidade se acolhe, dado o desempenho das múltiplas funções de liderança ocupadas por ele no período da ditadura, o que certamente lhe despertava, antes mesmo dessa fase, ponderações pelas posições nas quais estava situado.

Vale realçar que, até os seus últimos anos, Jarbas Passarinho foi um insuspeito defensor do regime, fiel à sua origem castrense, definindo-se como uma mescla de militar e político, daí o porquê seu livro de memórias ser intitulado *Um híbrido fértil*:

Da formação castrense herdou o anticomunismo que contaminou os militares brasileiros após 1935 e se acentuou a partir de 1947, com o advento da “Guerra Fria”. A sua posição ideológica o levou à conspiração contra a legalidade constitucional instituída pela Carta de 1946 e, como golpista de 1964, confessa que “tinha horror ao marxismo e à ação dos sindicatos”. Como político, governou o Pará (1964-1965), cargo que ocupou após a cassação do mandato de Aurélio do Carmo pelo general-presidente Humberto Castello Branco, e foi senador pelo mesmo Estado em três mandatos (1967-1974; 1975-1982; e 1987-1995). Além disso, foi ministro dos seguintes governos: Trabalho e Previdência Social (Arthur da Costa e Silva); Previdência Social (João Batista Figueiredo); Educação (Emílio Garrastazu Médici); e Justiça (Fernando Collor de Mello).⁹⁷

Após a ditadura, Jarbas Passarinho fazia a defesa do regime abertamente, através dos canais de imprensa e por meio de artigos e entrevistas. É importante frisarmos que as alegações em prol da ditadura civil-militar, principalmente aquelas que comparam o regime autoritário a uma espécie de revolução militar nos moldes democráticos, vêm sendo contestadas através de muitas análises sobre o período.

Com base nesses fatos, podemos dizer que Jarbas Passarinho foi um paladino do regime militar até a sua morte. Ao analisar, anos mais tarde, todos os eventos que

⁹⁶ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Liderança militar**. op. cit., p. 20.

⁹⁷ FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.23, p. 3 –25, set. 2006, p. 4.

antecederam o golpe civil-militar de 1964, Passarinho buscou fazer a defesa do movimento, que depôs o Presidente João Goulart, denominando-o de “contra-revolução”.⁹⁸ Em sua perspectiva, o golpe de 1964 foi uma “contra-revolução”, na medida em que as esquerdas cometeram erros fundamentais ao incitarem a revolta dos marinheiros – em que o governo de Jango dava apoio ostensivamente - ao motim dos sargentos em Brasília, como também ao comício de João Goulart no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Para Passarinho, a hierarquia e a disciplina, pilares fundamentais do militarismo, foram seriamente abalados com esses eventos e aí sim, fazendo com que as forças armadas partissem para a ofensiva, mediante os apelos da opinião pública.

Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, Passarinho diria que “o apoio da sociedade brasileira, da imprensa, praticamente unânime, da maioria esmagadora dos parlamentares no Congresso, da Igreja, maciçamente mobilizada nas manifestações das enormes passeatas, as mulheres rezando o terço e reclamando liberdade [...]”⁹⁹, todos esses fatores contribuíram para a retirada de João Goulart do poder e para o enorme apoio da sociedade aos militares. Dessa forma, o golpe civil-militar defendido e denominado por Jarbas Passarinho como “contra-revolução”, seria concretizado. Mas, o que se verificou foi que, à medida em que o regime foi se estruturando, a parcela de civis que o apoiaram, que, de certa forma, aspiravam por uma ação rápida das forças armadas se depararam com o não retorno dos militares aos quartéis. Se Passarinho faz menção do apoio da sociedade civil às forças armadas, é importante lembrar que a recíproca não era verdadeira, pois os militares, a partir de 1964, passaram a ser os donos do poder, na célebre expressão de Faoro, fazendo com que a exclusão dos civis do centro de comando passasse a ser tido como algo indiscutível e ponto pacificado. E tanto Castello Branco e Ernesto Geisel, quanto Golbery e Passarinho tiveram sua participação nessa nova dinâmica de enquadramento do jogo político.

Enfim, procuramos discutir, nessa seção, o curso histórico do pensamento militar brasileiro, desde a década de 1930¹⁰⁰ até a consumação do regime que instituiu a ditadura no Brasil, a partir de 31 de março de 1964. Acreditamos que a evolução do pensamento militar, o

⁹⁸ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. Reescrevendo a História. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 1997. Caderno A, p. 2.

⁹⁹ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. A batalha perdida. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1999. Caderno A, p. 2.

¹⁰⁰ Conforme indicado no capítulo primeiro, nos restringimos à análise do pensamento militar brasileiro, fundamentalmente, no período que se inicia na década de 1930. Um estudo satisfatório a respeito da perspectiva militar que inclui períodos anteriores a esse encontra-se em CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

planejamento de ações e projetos para o Brasil insere-se dentro de um quadro maior, constituído por relações de dominação. De fato, no que diz respeito às intervenções das forças armadas, não podemos explicá-las sob o enfoque de um único fator, conforme proposto por Gorender.¹⁰¹ No entanto, tais processos explicitavam marcantes traços de discordância. À disputa pelo poder nas forças armadas deu-se o prolongamento na disputa pelo poder do Estado brasileiro. Foi no âmago dessas contradições que emergiram os anseios político-partidários de Jarbas Passarinho.

¹⁰¹ Essa hipótese foi desenvolvida em GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. op. cit., p. 59-61.

Capítulo 2

Jarbas Passarinho: um intelectual orgânico da ditadura

Após termos examinado a evolução do pensamento militar brasileiro, no qual se ajustavam as concepções de Jarbas Passarinho, é chegada a hora de nos determos mais profundamente sobre elas. Este segundo capítulo, direciona o foco para as suas motivações, suas adesões e escolhas políticas e ideológicas. Reiteramos que não se trata obviamente de um trabalho descritivo, nem tampouco biográfico, pois se assim o fosse não seria caracterizado com um trabalho dissertativo. Trata-se sim de um estudo microlocalizado a respeito da vida desta figura política, buscando referências que nos auxiliem no entendimento de parte do período da ditadura.

Primeiramente, no capítulo denominado “A formação intelectual de Jarbas Passarinho”, tentamos encontrar respostas para questões relacionadas à natureza de suas inclinações. É o momento em que nos aprofundamos sob sua formação religiosa e acadêmica, como oficial do exército brasileiro e que, mais adiante iriam impactá-lo como um dos intelectuais orgânicos do regime autoritário. Assim, procuramos observar o modo como suas ideias se desenvolveram e se manifestaram, refletindo a respeito das respostas com que fomos nos deparando. Sua preocupação com a região de origem, o relacionamento dos militares com a sociedade civil, sua percepção a respeito de seus opositores, mais tarde compreendidos por ele como revanchistas e a influência das forças armadas na política atual – um ponto que julgamos importante considerar - são criteriosamente examinados nesta seção. Se não fomos mais adiante é porque a natureza dessas questões se desdobraria de tal forma que não caberia neste trabalho.

Logo após, no subcapítulo intitulado “Germes de política no soldado”, verificamos sua atuação política não apenas na vida civil, mas ainda como oficial do exército. Procuramos, em alguns momentos, relacionar o fato analisado com o fenômeno ditadura, utilizando, inclusive, o recurso e o amparo das filosofias foucaultiana e gramsciana. Tais abordagens foram importantes no esclarecimento de algumas questões. A concepção de Jarbas Passarinho sobre a ditadura, sua relativização para certos períodos do regime, como também a questão da memória são objetos de análise. E na subseção “De coronel a governador biônico: a adesão ao golpe”, examinamos seu envolvimento no arranjo cívico-militar que destituiu Jango e instaurou a ditadura no Brasil. Busca-se averiguar sua fidelidade ao regime, a forma como o golpe se deu no estado do Pará, região de onde era proveniente, e também os seus conflitos ideológicos. A seção é finalizada com uma breve reflexão a respeito da historiografia sobre esse período.

2.1- A formação intelectual de Jarbas Passarinho

Uma característica marcante na análise da vocação intelectual de Jarbas Passarinho, de acordo com o que foi apurado em seus registros¹⁰², foi o fato de que somente frequentou instituições militares, após finalizar o ciclo básico de estudos. Foi, especificamente, no Colégio Paes de Carvalho, em Belém do Pará, e na Escola Preparatória de Cadetes, de Porto Alegre, que se deram os anos iniciais de sua formação estudantil, correspondentes aos atuais ensinos fundamental e médio, respectivamente. Sua formação superior se deu na Escola Militar do Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, todas na cidade do Rio de Janeiro. Nestas duas últimas, Passarinho deu prosseguimento ao seu aperfeiçoamento profissional, como oficial do exército, em nível de pós-graduação.

Todavia, foi em Realengo que Jarbas Passarinho incorporou não apenas os saberes próprios da formação de um oficial do exército brasileiro, mas também todo um conjunto de valores que enfatizavam a diferenciação entre civis e militares. A essas atitudes, crenças e hábitos Celso Castro caracterizará, já no contexto da nova Escola Militar, construída em Resende e posteriormente denominada de Academia Militar das Agulhas Negras, como

¹⁰² PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit.

espírito militar.¹⁰³ No entanto, é importante considerar que, historicamente, Realengo apoiou a revolta do Forte de Copacabana e o movimento tenentista de 1922. Segundo Juarez Távora, sua participação no movimento era uma forma de protesto diante dos atos do presidente Epitácio Pessoa, “que considerava ofensivos à dignidade do Exército”.¹⁰⁴ Para Távora, a instituição que lhe abrisse as portas para os estudos superiores deveria merecer o sacrifício que fosse necessário. E é nesse espírito de insurreição legado pelos tenentes da década de 1920, de “reserva moral” da nação, que Passarinho ingressa em Realengo.

Conforme fizemos alusão no primeiro capítulo, Jarbas Passarinho, durante sua juventude, havia sido circundado por agremiações de comunistas e integralistas e recusado as propostas de ambos, tendo em vista, segundo ele mesmo, a sua formação católica e sua predileção pela doutrina social da Igreja. Tal doutrina, desenvolvida em fins do século XIX, vai de encontro às bases estruturais relativas à produção dos bens de consumo, como também a uma nova visão de sociedade, das novas formas de trabalho, de Estado, de propriedade e de muitos outros arranjos surgidos naquele contexto. Consoante tal concepção,

A Igreja tem rejeitado as ideologias totalitárias e ateias associadas, nos tempos modernos, ao “comunismo” ou ao “socialismo”. Além disso, na prática do “capitalismo”, ela recusou o individualismo e o primado absoluto da lei do mercado sobre o trabalho humano. A regulamentação da economia exclusivamente por meio do planejamento centralizado perverte na base os vínculos sociais; sua regulamentação unicamente pela lei do mercado vai contra a justiça social, “pois há muitas necessidades humanas que não podem ser atendidas pelo mercado”. É preciso preconizar uma regulamentação racional do mercado e das iniciativas econômicas, de acordo com uma justa hierarquia de valores e em vista do bem comum.¹⁰⁵

Nessa assertiva, proveniente da própria doutrina católica, pressupõe-se de que se trata, fundamentalmente, de uma proposta que se situa mais ao centro, frente às perspectivas ideológicas de direita e de esquerda. Presumivelmente, é possível que tal doutrina tenha influenciado fortemente a personalidade de Jarbas Passarinho, como também a elaboração de seu pensamento político, que se manifestava patentemente na esfera centro-reformista. Desde cedo, sua concepção religiosa mesclou-se a um cuidado regionalista, proveniente de sua

¹⁰³ CASTRO, Celso. **Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

¹⁰⁴ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano**. 3. ed. 1. v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 115.

¹⁰⁵ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 626-627; CIC 2425.

vivência amazônica, de “homem da floresta”¹⁰⁶, nos dizeres de Israel Dias Novaes. Até esse momento, as convicções políticas de Jarbas Passarinho não davam mostras de se alinharem a concepções de inspiração burguesa, que mais tarde seriam manifestamente identificadas.

Nesse sentido, a preocupação com a Amazônia, sua região de origem, fez parte de seus escritos por toda a vida. As características peculiares desse local, resultantes da influência de fatores biológicos, físicos e da própria intervenção do ser humano, o faziam perceber tanto as paisagens quanto à sociedade dessa região como algo diferente, com grande potencial de transformação e de impacto econômico. Para Passarinho:

Essa deve ser a nossa posição diante dos problemas amazônicos: melhor conhecê-los que permanecer na ignorância em que vivemos há quatro séculos; melhor revelar-lhes a natureza, ainda que a revelação seja chocante.

Realismo na análise dos dados informativos e realismo na interpretação devem proceder a objetividade que se impõe seja a tônica do planejamento para o desenvolvimento desta área retardada do Brasil. [...]

Ao escrever sobre a Amazônia, terra de nosso berço, pretendemos à fantasia sobrepor a verdade, ao otimismo incoseqüente [*sic*] e ao pessimismo destrutivo impor o realismo da análise e a objetividade da formulação, mesmo que só em debuxo, das soluções possíveis.¹⁰⁷

Aqui, percebe-se, já na maturidade, sua preocupação com essa região do Brasil. O incremento da discussão sobre a Amazônia, vista acima, com os decorrentes impactos sociais e naturais nessa localidade, se deu, singularmente, em um cenário em que Passarinho já ocupava os altos escalões do regime militar. Constatamos que, ao abordar aspectos históricos, sociais e econômicos dessa região, Jarbas Passarinho direcionava sua análise para a questão da segurança nacional, tão cara aos militares daquela época e que, no contexto amazônico, tencionava principalmente a integração daquela região ao todo nacional, de modo viável e célere. Portanto, podemos verificar, no que concerne a elaboração de sua análise sobre a região amazônica, o alinhamento de seu pensamento à perspectiva ideológica sistematizada e estruturada na ESG, que fomentou a elaboração da doutrina de segurança nacional, conceito que, segundo Stepan, preconizava a “maximização racional do produto da economia e da

¹⁰⁶ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves apud NOVAES, Israel Dias. In: **Terra encharcada**. São Paulo: Clube do Livro, 1968.

¹⁰⁷ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Amazônia: o desafio dos trópicos**. Rio de Janeiro: Primor, 1971, p. 5-6.

minimização de todas as fontes de cisão e desunião dentro do país”¹⁰⁸, concepção essa que, a nosso juízo, se compatibiliza com as considerações trazidas nos textos de Jarbas Passarinho.

Ademais, a vivência no ambiente amazônico proporcionou a Jarbas Passarinho investir pelo campo da ficção, notadamente quando publicou *Terra Encharcada*¹⁰⁹. A região norte sempre foi o seu endereço, pois, quando criança, emigrou do Acre para Belém, no Pará, onde cursou o primário e o então ginásio. De lá, foi em busca da carreira militar, na região sul do país. Contudo, verificou-se na pesquisa que a constante de sua vida, seja ela como militar ou como político, foram as letras. Mas, não deixa de ser curioso que, na profusão de seus escritos, Jarbas Passarinho não se arrependa de sua participação no regime ditatorial. Escreveu temas variados, desde política à formulação de análises sobre questões regionais brasileiras, percorrendo inclusive, o caminho da ficção, como em *Terra Encharcada*, dentre várias outras temáticas. Mesmo após sua retirada da vida pública, continuou escrevendo, principalmente sobre a política nacional, mantendo-se fiel às suas preferências ideológicas, no que diz respeito ao período da ditadura.

Evidentemente, suas argumentações sobre o que ocorreu após 1964 eram próprias de um intelectual orgânico, na medida em que seus posicionamentos se enquadravam dentro da definição elaborada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, relativa a essa classificação de intelectual. Nessa direção, afirma Gramsci que para todo agrupamento social, “nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.”¹¹⁰ Por esse ângulo, é possível inferir que Jarbas Passarinho compreendia a história do Brasil e do mundo pela ótica de uma intelectualidade comprometida com sua classe – a dos militares – fortemente cimentada no anticomunismo. Somada a esse fator, coexistia a questão de sua formação religiosa que, em certa medida, recusava a explicação da trajetória humana baseada no materialismo histórico.

Assim, embora não filiado a nenhuma corrente de ativismo religioso, foi possível distinguir, dentro de sua filosofia de vida, uma aproximação maior dentro daquilo que é preconizado na doutrina social da Igreja. Possivelmente, sua natureza religiosa aliada ao seu perfil de político “moderado”, o tenha feito compreender a conspiração, que culminou no

¹⁰⁸ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. op. cit., p. 132.

¹⁰⁹ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Terra encharcada**. São Paulo: Clube do Livro, 1968.

¹¹⁰ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**; op. cit., p. 15.

golpe de 1964, como uma espécie de defesa da democracia ante o “perigo vermelho”, que se afigurava naquele contexto de Guerra Fria. Isso torna-se claro, em diversos registros de sua vida, e mesmo após a ditadura, na medida em que Passarinho manifestamente justificava sua participação e de muitos companheiros seus, no regime autoritário. Essa defesa em prol de sua classe, não obstante os princípios religiosos e democráticos que admitia professar, nos faz alcançar mais nitidamente a assertiva de Gramsci, uma vez que fica muito bem caracterizada a figura de Jarbas Passarinho como intelectual orgânico e defensor do regime militar. O fato de ser católico e ligado afetivamente à região amazônica, não o eximiu de críticas dos religiosos locais. Mas, em determinadas ocasiões, a desaprovação destes, converteu-se em consideração por essa figura política.

Assim, a questão da Amazônia sempre foi uma temática relevante para Jarbas Passarinho, antes, durante e depois da ditadura. Incomum foi o fato de ele ter sido um agente do governo militar, signatário do AI-5, e não obstante, quando o país já respirava ares democráticos, fazer parte, como senador, da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a Constituição de 1988, considerada a Constituição Cidadã. Em vista dessa flexibilidade que lhe era própria, angariou o respeito de seus adversários políticos. Segundo Dom Erwin Kräutler, bispo prelado do Xingu, no estado do Pará, Jarbas Passarinho fora amigo de seu tio e:

Dom Eurico sempre elogiou a intrepidez deste coronel e político. Nunca mudou de partido e jamais se aproveitou de cargos ou funções para enriquecimento pessoal ou para defender os seus próprios interesses ou os de sua família. Tudo isso é verdade. E Jarbas Passarinho, sob esse ângulo, é, sem dúvida, uma raridade, uma exceção, digo mais, um exemplo. Mesmo assim não me considere amigo político desse homem público. Ele pertencia à cúpula do Governo Militar, responsável desde 1964 pela decisão de eliminar progressivamente as liberdades públicas que culminou com o AI-5, decretado pelo Executivo em dezembro de 1968, que transformou o regime político do Brasil numa ditadura. Violência, repressão, tortura, desaparecimento de pessoas e todo tipo de arbitrariedades estavam na ordem do dia até 1974. Não debito na conta de Jarbas Passarinho todas essas agressões à dignidade e aos direitos humanos, pois, do jeito como o conheço, não posso admitir que sofra de esquizofrenia existencial, lutando de modo apaixonado por um Brasil humano, justo e solidário e ao mesmo tempo se deleitando diante dos uivos e gemidos dos torturados, todos eles brasileiros.¹¹¹

¹¹¹ KRÄUTLER, Dom Erwin. **Servo de Cristo Jesus: memórias de luta e esperança**. Paulo Suess (organizador), Coleção Memória. - São Paulo: Paulinas, 2009, p. 89-90.

A relação de Jarbas Passarinho com integrantes da Igreja nos mostra que a atuação política de alguns religiosos não se deu de forma homogênea. Sabemos que a instituição apoiou inicialmente o golpe, mas com o passar dos anos se contrapôs às arbitrariedades do regime. O posicionamento de Dom Erwin, defensor dos povos indígenas do Xingu, no que diz respeito a Jarbas Passarinho, revela-nos o fato de que alguns “bispos tiveram posicionamentos variados naquele período, o que significa que muitas vezes suas opiniões divergiam não apenas das de seus confrades, mas eles próprios mudaram de julgamento sobre os militares com o passar dos anos.”¹¹²

Foi dessa forma que o esforço de Dom Erwin pela defesa dos direitos dos povos indígenas o ligou a Jarbas Passarinho que, por sua vez, partilhava do mesmo anseio: “Só um punhado da população indígena do Brasil não foi ainda visitado, pacificado e protegido contra o que provou ser para ela um mal - a civilização.”¹¹³ Entre um encontro e outro do político com o religioso, deu-se o encaminhamento da causa indígena a curto prazo. De acordo com Dom Erwin, passados alguns dias, o Senador Jarbas Passarinho havia feito um discurso inflamado em favor dos povos indígenas e no dia 1º de junho de 1988, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte viera a aprovar a redação do capítulo pertinente a questão dos direitos indígenas.¹¹⁴ Para o prelado, o Brasil estava sanando uma dívida histórica com os seus primeiros habitantes e Jarbas Passarinho estava sendo uma peça-chave para a quitação desse débito. Assim, no campo político, surgem divergências, mas também concordâncias que dissipam aquelas. Contudo, na visão de Jarbas Passarinho, a maior parte dos opositores do regime, tornaram-se, anos mais tarde, em revanchistas.

A respeito da expressão “revanchismo”, segundo o acadêmico Giorgio Bianchi, consta que foi inicialmente utilizada na guerra franco-prussiana, a fim de definir o estado de ânimo que pairava sobre a política francesa, após o fracasso sofrido naquele conflito. Acrescenta o autor de que se trata, fundamentalmente, de uma conduta utilizada na política, inclinada a suprimir as inconveniências de um infortúnio padecido.¹¹⁵ Este termo, por sua vez, é muito utilizado pelos defensores da ditadura, em referência às alegações provenientes da esquerda, principalmente no que diz respeito às violações dos direitos humanos sofridas durante aquele

¹¹² GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 17.

¹¹³ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Amazônia: o desafio dos trópicos**. op. cit. p. 40.

¹¹⁴ KRÄUTLER, Dom Erwin. **Servo de Cristo Jesus: memórias de luta e esperança**. op. cit.

¹¹⁵ BIANCHI, Giorgio. Verbete “Revanchismo”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

período. Tal postura, simultaneamente defensiva e reativa, é verificada claramente quando Jarbas Passarinho exprime suas convicções. Vale frisar que uma particularidade da ditadura civil-militar era a desarticulação de qualquer possibilidade de mobilização social, característica essa sancionada na prática da tortura. Pode-se dizer que, desde a instalação do regime ditatorial em 1964, isto se apresentou – sem exageros - como o mais explícito fundamento do Estado autoritário brasileiro.¹¹⁶

Passarinho reiteradamente alegava o aspecto constitucional do regime, sem levar em consideração que, desde as suas primeiras ações, em 1964, ficava nítida a impossibilidade de coexistência das normas constitucionais com um Estado repressivo. Para ele, mentiam aqueles que diziam ter lutado contra o regime militar quando apaixonadamente defendiam ditaduras como as de Cuba e União Soviética, por exemplo. Considerava cinismo as alegações vindas da parte desses, na medida em que, simulavam uma luta por direitos humanos violados, concomitantemente à aprovação que davam para a violência das ditaduras de esquerda, mundo afora.¹¹⁷ Na realidade, quando procuramos compreender mais a fundo o período autoritário, por meio da lógica de um dos seus agentes, como Jarbas Passarinho, o que se nos apresenta é a variação explícita da concepção anticomunista, tão estimulada na ESG e, posteriormente, propagada pela própria ditadura, que foi ganhando, no decorrer dos anos, um novo espaço e uma nova aparência.

Na medida em que tal conceito foi sendo direcionado não apenas à figura clássica do “inimigo interno”, mas desferido, gradativamente, a todos aqueles que discordavam do arbítrio¹¹⁸, compreende-se melhor a perspectiva de Jarbas Passarinho e de muitos intelectuais da direita, que passaram a enxergar os opositores de 1964 como ressentidos e revanchistas, visão essa, resultante dos alargamentos do próprio pensamento anticomunista apregoado pela sociedade burguesa no cotidiano. Tal discussão revela um aspecto clássico da relação entre forças armadas e sociedade civil. Para que não haja tensão entre esta e aquelas, faz-se mister que os militares permaneçam apolíticos.

¹¹⁶ MCDONOUGH, Peter. **Power and ideology in Brazil**. New Jersey: Princeton University Press, 1981.

¹¹⁷ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. “O contra-golpe de 1964”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 de março de 2004.

¹¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. op. cit.

Desse modo, nada mais elucidativo do que avaliar essa questão sob o prisma do trajeto político de Jarbas Passarinho, um híbrido de militar e político civil. A ideia corrente a respeito do profissional militar destaca algumas características peculiares de organização que diferenciam civis de militares. Como em nosso país grande parte dos militares é de origem popular - como o próprio Jarbas Passarinho - em comparação com outras classes economicamente favorecidas, formou-se a crença equivocada de que eles seriam o povo propriamente de farda, sem filiações com classes especiais. O general Albuquerque Lima defendia tal crença e afirmava que os militares não tinham ligações com grupos de elite e estavam livres para agir em prol do interesse nacional.¹¹⁹ Para ele, o desenvolvimento e a participação de orientação nacionalista era o que caracterizava a “revolução”.¹²⁰ Essa visão distorcida que identifica povo e exército, em certa medida, acaba por legitimar psicologicamente os pedidos de intervenção militar com que parte da sociedade civil, em momentos de crise política, procura invocar.

No Brasil de hoje, isto não poderia ser mais verdadeiro. Esse equívoco acaba por sancionar a crença de que as forças armadas têm o dever de “socorrer” os civis, caso sejam por eles convocados a intervir.¹²¹ Referendando esse traço marcante entre exército e sociedade civil, podemos citar o próprio Jarbas Passarinho:

O julgamento que os civis fazem dos militares depende das circunstâncias, se me refiro à natureza política desse julgamento. No Brasil, disse bem um intelectual mineiro que as intervenções extra-constitucionais dos militares são julgadas consoante o interesse que elas satisfazem ou prejudicam. [...]
Em 1964 saí dos quartéis para depor um Presidente, eleito vice de Jânio Quadros, que tentou a malograda manobra da renúncia. Despreparado, politicamente volúvel, pecuarista latifundiário que namorava Prestes mas para aproveitar-se do apoio dos comunistas, ensaiou levantar os graduados das Forças Armadas contra seus Oficiais. Sem dar um tiro, os militares serviram ao clamor popular, à Igreja das marchas com Deus e pela Liberdade, aos governadores dos Estados mais importantes da Federação, à maioria do Congresso e da imprensa. Tiveram de vencer guerrilhas desencadeadas pelos comunistas, mas demoraram demais no poder, acabando por perder o enorme apoio popular com que iniciaram um regime que se tornaria autoritário. Pouco antes do golpe de Estado cívico-religioso-militar, preventivo, eram amados. Hoje, são o alvo preferido dos revanchistas no poder.¹²²

¹¹⁹ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. op. cit., p. 27-45.

¹²⁰ **Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional**. O Correio da Manhã, 02/08/1968 - Albuquerque Lima: revolução é desenvolvimento e participação. Acessado em: 02/01/2023, disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1968_23102.pdf

¹²¹ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. op. cit., p. 27-45.

¹²² PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Contradições e incertezas do nosso tempo**. Rio de Janeiro: EdNews, 2005, p. 75-76.

Nessa perspectiva há de se levar em conta que momentos de insatisfação - para determinados segmentos da sociedade - tendem a sufocar, inadvertidamente, em maior ou menor grau, sua própria consciência a respeito do estado de coisas. Isto terá um papel determinante na capacidade de percepção da realidade pela sociedade. Este embate psicológico trazido à tona fundamentalmente desde 1964, expõe, por um lado, o autoritarismo e, conseqüentemente, a impopularidade e, por outro, a clássica imagem das forças armadas como o próprio povo de farda, a que fizemos alusão acima. E é nesta última representação que os militares se revigoram. Cumpre destacar ainda que, dentro desse conflito, indivíduos como Jarbas Passarinho, mesmo após o fim do regime que ele mesmo confessa como autoritário, saíam de seu espaço circunscrito e legitimador, para falar em defesa de sua classe, justificando uma causa que, entre outros fatores, procurava utilizar-se do apelo dos civis aos militares, nos períodos de instabilidade política.

Nesse panorama, ganha sentido refletirmos sobre o momento atual, em que os militares “voltaram a ocupar um papel chave na política brasileira”.¹²³ Nosso exame sobre o regime militar, a partir do itinerário político de Jarbas Passarinho, suscita reflexões relativas à atual conjuntura política do país. Como já observado anteriormente, vimos que a ingerência militar na vida política do Brasil não é algo novo. Os militares, em diversas ocasiões, colocaram em risco o funcionamento de nossas instituições democráticas, inclusive chegando ao poder com o golpe de 1964. Ao darmos um salto histórico, veremos que uma forma de analisarmos o protagonismo das forças armadas no cenário político contemporâneo, é observando os próprios movimentos dentro da caserna e suas interações com o ambiente externo, visto não estarem os militares isolados em nossa sociedade, apesar de um afastamento maior que tiveram, durante alguns períodos, se observarmos e compararmos com outras instituições.

No âmbito dessas interações, ao direcionarmos nosso olhar para o cenário externo, veremos a ascensão da China como potência global e o abalo da hegemonia norte-americana, o que para o contexto latino-americano pode significar uma coerção maior vinda da parte estadunidense. Esse panorama externo vem se mesclar, em maior ou menor grau, com as crises inerentes ao nosso quadro político, econômico e social internos, fragilizando nossa

¹²³ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit., contracapa.

inserção no mundo.¹²⁴ A crise social é algo que nos salta aos olhos, principalmente quando verificamos a inclusão de alguns poucos entre os mais ricos do mundo, comparado ao grande número de pessoas que ainda se encontra em situação de insegurança alimentar. Fora esses fatores, lembremos também da recente crise sanitária que abalou a população de todo o planeta, por meio da epidemia de Covid-19. Nesse sentido, veremos que tais condições irão predispor uma reorganização do partido militar¹²⁵, conforme a terminologia de Alain Rouquié.

Nesse sentido, trata-se essencialmente de um grupo de militares, tanto da ativa quanto da reserva, que procura impor sua visão sobre os demais, buscando de alguma forma se incorporar dentro dos quadros políticos, de modo a disseminar o seu projeto de poder. Conforme nos aponta Peixoto, essa atuação partidária procura se ajustar aos interesses de sua classe, diferentemente de um partido político comum que presta contas ao seu eleitorado. Na dinâmica do partido militar, a questão da hierarquia terá uma atuação decisiva, cujas deliberações partirão dos mais altos escalões permeando, daí por diante, toda a cadeia de comando.¹²⁶ Para compreender o panorama político atual brasileiro, é preciso interpretar as movimentações no seio desses quadros formados por grupos de militares militantes. Isso não é de hoje e ocorre mesmo antes de 1964 e da entrada de Jarbas Passarinho na política partidária. Mas, na atual conjuntura política brasileira, ele vem atuando com maior corporativismo e de forma mais intensa, assim como agia no pré-1964.

Por outro lado, é conveniente entendermos melhor as circunstâncias políticas que antecederam o golpe de estado, por exemplo, O Programa de Metas, implementado durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 a 1961, que legou um alto preço econômico e social ao seu sucessor. Regionalmente, houve um desequilíbrio no estabelecimento de parques industriais, notadamente instalados no sul e sudeste do país. A oferta de emprego estava longe de acompanhar os índices de crescimento populacional, fazendo com que aumentasse ainda mais a concentração de renda no Brasil. Por consequência, a inflação em níveis mais elevados se fez notar, devido ao altíssimo custo das obras assentadas no planejamento governamental trazendo, desta forma, um substancial aumento das contas públicas.¹²⁷

¹²⁴ “**Militares na Política_ Perspectiva Histórica e Crise Atual [RODA DE CONVERSA]**”, publicado por Guilherme Brenner Lucchesi em 15/04/2021, acessado em 29/10/2022, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z6HV3joHTZI&t=431s>

¹²⁵ ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992.

¹²⁶ PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 27-42.

¹²⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica**. Revista Brasileira de História. v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

Nesse contexto, a grande discussão que marcou esse período se dava entre priorizar o desenvolvimento da economia, ou controlar o processo inflacionário. Nessa época, o governo federal financiava um instituto que, nas palavras de Skidmore, “se tornou a Meca da pesquisa e do ensino dos problemas brasileiros, tais como eram conceituados pela posição liberal do nacionalismo desenvolvimentista.”¹²⁸ Tratava-se do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – que publicava uma série de análises em que tentava racionalizar a questão do desenvolvimento e da industrialização atrelando-os às causas e às consequências do subdesenvolvimento econômico e social.

Segundo Skidmore, o entendimento da esquerda não era favorável à aproximação de Juscelino com essa intelectualidade mais tradicionalista e conservadora, mas ressalta que muitos jovens que cursaram o ISEB se sentiam profundamente atraídos por essa espécie de encantamento desenvolvimentista. Assim sendo, no final desse período, se desenvolveu uma crescente movimentação de trabalhadores, como consequência da crise econômica e do custo de vida, notadamente pela organização de greves e de ligas camponesas. Ao final de sua gestão, Juscelino teve muitas dificuldades em indicar algum candidato que pudesse dar continuidade aos programas de desenvolvimento por ele engendrados, durante seu governo.¹²⁹ É dentro desse estado de coisas que os militares procuraram colocar em prática a doutrina de segurança nacional e onde se desenvolveram os germes da política no então coronel Jarbas Passarinho.

2.2- Germes de política no soldado

Em fins da década de 1950, Jarbas Passarinho assumiu uma função de planejamento na Petrobras. Lotado na Superintendência Regional da Amazônia, desempenhou função técnica e de direção, particularmente como superintendente adjunto.¹³⁰ Para seus superiores era uma função de interesse militar. A palestra sobre a temática amazônica ministrada para estagiários da ESG, conforme verificamos no capítulo primeiro, pôde, em certa medida, ter influenciado sua nomeação para superintendente nesta estatal. Em termos de conhecimento de Brasil, podemos dizer que foi um período luminescente para Passarinho, tendo em vista as

¹²⁸ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castello Branco, 1930-1964**. op. cit., p. 211.

¹²⁹ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castello Branco, 1930-1964**. op. cit., p. 203-230.

¹³⁰ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 115-131.

constantes viagens pelos estados brasileiros, supervisionando e cuidando da parte logística que lhe era afeta.

Ainda ligado ao exército, mas no exercício de uma função civil, pôde travar contato com a dinâmica administrativa de uma instituição que não era militar, de modo que sua passagem pela Petrobras pode ser considerada uma espécie de propedêutico para as futuras funções que iria desempenhar na administração pública, tanto na ditadura, quanto no período que a ela se seguiu. Portanto, não deixa de ser curiosa e singular a ingerência das forças armadas neste ponto, nomeando e destituindo militares para os quadros desta empresa. Mais uma vez, devemos nos recordar que a questão da integração nacional, como também o debate sobre o petróleo, eram temáticas discutidas diuturnamente na ESG, sendo consideradas, conseqüentemente, questões de grande preocupação para os militares. É fato evidente que, para eles, o país carecia de um poder terrestre, marítimo e aeroespacial que pudesse atender aos ditames da doutrina de segurança nacional, como também às necessidades de uma política nacional-desenvolvimentista que pudesse estar aliada à tônica da integração nacional. Tal raciocínio foi, gradativamente, se cristalizando no pensamento militar, de modo a compreender as forças armadas como a garantidora e parte indissociável no processo de desenvolvimento desse poder.¹³¹

No que concerne a Jarbas Passarinho, é possível afirmar que seu ponto de vista propugnasse a perspectiva esguiana, que reconhecia na questão petrolífera, por exemplo, uma necessidade para nossa independência tecnológica. Ele mesmo, como superintendente na Petrobras, trabalhou com pesquisa e prospecção na região amazônica. Tal experiência, possivelmente, lhe fez perceber, de modo mais nítido, que temas como esse podem se entrelaçar diretamente com questões sociais, políticas e culturais, tópicos tão caros a alguém que pretende se dedicar à vida pública. Mas, para que possamos compreender esses elementos com maior exatidão em sua vida política, é necessário recuarmos um pouco e observarmos melhor sua formação militar.

Assim, o início da carreira de Jarbas Passarinho no exército se deu na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre, situada no antigo quartel do Colégio Militar daquela cidade. Em seus registros autobiográficos, Passarinho relembra os gracejos recebidos pelo incomum sobrenome que possuía, seu desempenho satisfatório nos exames intelectuais, a

¹³¹ PEREIRA, Potiguara. Tecnologia Militar. In: VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Unesp/Ceeteps, 1994, p. 283-298.

experiência de ter que assistir ao desligamento de um colega de turma, como também a escolha para que fosse diretor da revista *Hiléia*, tradicional publicação daquela instituição.¹³² Levando em consideração que sua atividade de cadete alternava períodos de atividades intensas com outros favorecidos pelos estudos acadêmicos, variação própria da formação do oficial, Passarinho, como diretor do periódico acadêmico *Hiléia*, obteve um pouco mais de tempo para se dedicar às atividades intelectuais. As circunstâncias em que se encontrava, favoreciam essa conexão entre “a pena e a espada”. Como diretor da revista *Hiléia*, empreendeu contato direto como nomes de expressão da nossa intelectualidade:

Na direção da revista, que era editada pela livraria Globo, travei conhecimento com Érico Veríssimo, que, designado pela editora, se encarregava de nos orientar literariamente. Foi-me um impacto conhecê-lo. Eu acabara de ler *Olhai os Lírios do Campo* e cheguei até ele levando os primeiros originais dos artigos da *Hiléia* sob minha direção, tomado de temor reverencial. A sua simplicidade, a sua simpatia, apesar de parcimonioso nas palavras, logo me fizeram admirá-lo mais ainda.¹³³

Na atmosfera intelectual, decorrente de seu envolvimento na direção da revista acadêmica, o cadete Passarinho pôde provar de relativa liberdade de pensamento, na medida em que não precisava se defrontar com autoridades superiores por conta de suas ideias, ainda que a imaginação fosse contida por muitas normas disciplinares, visto que estava circunscrito a um ambiente militar. Dentro desse contexto, depreende-se que a situação caracterizada pelo aquartelamento, pelo estudo e pela atividade intelectual, facilitada por sua atuação na revista *Hiléia*, lhe renovaram a disposição para o cumprimento das militares. Talvez, aí resida a estima reverencial pelo exército, que carregou consigo por toda a vida, não só como oficial da ativa, mas também como político. Essa estima o fará defender a instituição até nos seus momentos mais sombrios. A tomada de posição de Passarinho em prol da ditadura torna-se um componente que nos auxilia no entendimento do que foi esse período.

Nesse sentido, aprofundar o exame acerca do período ditatorial, a partir da visão militar, nos ajuda a compreender o êxito que tiveram na tomada de poder. De fato, dizia Schopenhauer que “nunca podemos chegar à verdadeira natureza das coisas pelo lado de

¹³² PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 41-52.

¹³³ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 49.

fora”¹³⁴. Para nós, é fundamental adentrar nesse período histórico, buscando, no desenvolvimento da análise, inserir também a perspectiva de quem detinha o poder. É procurar ir além da verificação de um projeto ideológico e político, concebido pela ESG, para tentar entender o porquê da efetiva retenção do Estado na mão das forças armadas por longo período. É um esforço em verificar mais solidamente os diversos fatores da crise econômica, social e política dessa fase de nossa história, ou, pelo menos, parte desses elementos que conduziram uma campanha de instabilidade e oscilação, que viriam preestabelecer o cenário para o golpe civil-militar de 1964.

Consequentemente, se torna necessário alcançar a verdadeira essência e os fundamentos que alicerçaram o regime autoritário. Daí a importância de examinarmos a visão de mundo desse intelectual orgânico a serviço da ditadura. Com isso em mente, acreditamos que Jarbas Passarinho, a despeito de sua evidente participação no regime, não pode ser caracterizado ideologicamente como fascista. Aliás, é comum que seja feita uma identificação da ditadura com o fascismo. Após verificação de considerável documentação sobre essa questão, julgamos prudente não comungar dessa tese. Preferimos concordar com a perspectiva de Gorender a respeito do regime político que regeu o país de 1964 a 1985, o qual, segundo este autor, encobria uma questão deveras peculiar que estabelecia o seguinte aspecto:

[...] O comando ostensivo do Estado pelas Forças Armadas (não por um caudilho militar). A direção do Estado não foi monopolizada por um partido fascista - que se torna residual ou desaparece praticamente após a queda do regime fascista - mas pela instituição estatal *permanente* detentora do exercício superior da coerção. Ao invés de *fascistização*, houve a *militarização* do Estado.¹³⁵

Dentro desse raciocínio, consideramos que Jarbas Passarinho foi um agente político desse Estado militarizado, cuja chefia era ocupada pelos generais que compunham o alto comando do exército. Essa militarização, por sua vez, veio atender aos interesses de uma burguesia nacional e foi adquirindo uma feição em que predominavam os estamentos burocráticos na alta administração, segundo a reputada perspectiva de Raymundo Faoro.¹³⁶ Diante dessas considerações de ordem semântica, o que pudemos depreender é que Jarbas Passarinho

¹³⁴ SCHOPENHAUER, Arthur apud DURANT, Will. In: **Os grandes filósofos - A filosofia de Schopenhauer**. Rio de Janeiro: Editora Technoprint, 1994, p.60.

¹³⁵ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. op. cit., p. 81.

¹³⁶ Aqui, fazemos alusão à obra de Raymundo Faoro intitulada **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. – 16ª ed. – São Paulo: Globo, 2004.

contribuiu, em certa medida, não para um regime fascistizado, mas essencialmente para uma variante da dominação burguesa que preponderava dentro de um governo militarizado, marcado substancialmente pela extrema repressão aos seus opositores. Nesse sentido, muito nos auxilia as considerações filosóficas relativas à maneira como o poder opera historicamente.

Consideramos que para a nossa análise sobre a ditadura, um autor que muito agrega às nossas reflexões é Michel Foucault. Em *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*, por exemplo, Foucault analisa a questão das tecnologias de poder e a forma como historicamente foram se moldando, desde o século XVIII, por meio de execuções até propriamente àquelas punições relacionadas ao corpo do condenado, em que o poder busca operar, reformar e manipular:

Durante todo o século XVIII, dentro e fora do sistema judiciário, na prática penal cotidiana como na crítica das instituições, vemos formar-se uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar. E a “reforma” propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias de direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir.¹³⁷

Para que esse poder seja implementado e opere sem que possa ser sentido, há a necessidade de múltiplos artifícios, tanto aqueles pertinentes aos sistemas de punição historicamente consagrados quanto o próprio “olhar panóptico”, relativo à visão total, ao olhar mais amplo, uma espécie de teatro de poder que não é visto, em que a vigilância não requer a presença de um vigia, contribuindo para a formação de um poder em que o indivíduo se submete, mas não sente sua submissão, na medida em que, por toda parte, há um olhar oculto lhe monitorando.¹³⁸ Isto tem grande relevância para o nosso exame, pois durante a ditadura houve uma significativa ampliação de agentes do Estado infiltrados em sindicatos, universidades e partidos políticos, sobretudo a partir da edição do Ato Institucional n. 5, o AI-5, do qual Jarbas Passarinho foi signatário, deixando a sociedade vulnerável a todo um aparato de vigilância. Quando os militares faziam alusão ao SNI como um poder invisível, acabamos por ser remetidos diretamente à análise de Foucault.

¹³⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 69- 70.

¹³⁸ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. op. cit.

Mas é preciso que reconheçamos dentro da análise crítica desse pensador que, naquela época, os sinais de opressão e violência eram mais explícitos e claramente discerníveis. Os liberticidas eram, de modo geral, mais facilmente desvendados e reconhecíveis. E aí reside a grande contribuição do filósofo: na compreensão de que a arbitrariedade e a violência não se limitam aos espaços dos tiranos e aos quartéis apenas. Na realidade, a opressão se espalha e penetra por toda a estrutura social, em todos os seus desmembramentos e níveis.¹³⁹

Sabemos que as forças armadas detêm legalmente o monopólio do uso da força em um Estado soberano e independente. No entanto, é motivo de grande preocupação, no Brasil de hoje, a excessiva participação de militares nos quadros ministeriais, configurando uma forte presença dessa categoria no governo. Como detentores do uso da violência estatal legítima, isto é inquietante. Nesse sentido, uma questão indeclinável que requer cuidado especial, dentro de um regime democrático, é a que se refere à formação política dos oficiais que, ao tempo de Jarbas Passarinho, era notadamente antidemocrática e eivada por idealizações anticomunistas.

Dada a atual conjuntura nacional, não é de se espantar que ainda existam resquícios desta concepção na formação militar. Julgamos que uma alternativa para corrigir tal distorção consiste em fazer uso do instrumental científico presente hoje em nosso meio acadêmico universitário, ressaltando questões fundamentais da história, da filosofia, das ciências políticas, jurídicas e sociológicas, incrementando obrigatoriamente no currículo acadêmico dos oficiais uma abordagem entre a ética corporativa e a ética cidadã. Enfim, buscando caminhos pelos quais os militares atingirão o contorno ideal do militar protagonista de uma nação democrática.¹⁴⁰

A renovação, no entanto, surgirá se as estruturas políticas, econômicas e sociais forem reformuladas, mas principalmente as condições psicológicas da classe militar. O fato de estarmos consignados dentro de um regime democrático estatuído por lei, não é um indicador seguro de que a democracia realmente está presente, ou melhor, “não é porque se *diz* que somos livres, que de fato temos toda a liberdade de que necessitamos e para a qual fomos nascidos.”¹⁴¹ Assim, é imprescindível que, nos dias atuais, não nos aprisionemos unicamente

¹³⁹ PESSANHA, José Américo. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e debates**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 64-73.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. In: MORAES, Reginaldo, et. al. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 272-274.

¹⁴¹ PESSANHA, José Américo. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e debates**. op. cit., p. 64-73.

nas reminiscências do período autoritário, como tão somente no enaltecimento dos que resistiram e lutaram. Não resta dúvidas de que isso é meritório. Mas, a questão fundamental para o historiador deste século, é alargar seu campo de visão, tendo em vista que o autoritarismo e a opressão vêm assumindo novas configurações, aprimoradas e disfarçadas. O cuidado e o discernimento do historiador demandam constante renovação para a ampla análise e entendimento da microfísica do poder, conceito que tentamos alcançar sob a perspectiva de Michel Foucault. Assim nos precavemos de relativizações históricas, tão habitualmente propugnadas pelos entusiastas do autoritarismo.

Afastamos decididamente tais relativizações sobre o período ditatorial, nas quais busca-se intercalar fases autoritárias, com fases amenas de normalidade constitucional. Segundo os que advogam pela causa da ditadura civil-militar, como Jarbas Passarinho o fazia, tutelando-o como um período de “formidável” desenvolvimento econômico e social, o espaço de tempo que antecedeu ao AI-5 foi um momento do regime não muito certo de sua rigidez, caracterizado como uma espécie de “ditabranda”, em que ainda havia o instrumento jurídico do *habeas corpus* e relativa liberdade de pensamento e manifestação. Mas isto não corresponde, de modo algum, a faceta autoritária do regime em seus primeiros anos.¹⁴²

No entanto, uma tendência fortemente presente, em vários setores de nossa sociedade, defende a memória liberal da ditadura, sobretudo em sua fase inicial. Tal predisposição memorialística se coaduna com as narrativas de Jarbas Passarinho e de muitas outras figuras que fizeram parte do regime, como, por exemplo, o diplomata Mário Gibson Barboza. Para Gibson Barboza, que ocupou a chefia do Ministério das Relações Exteriores, durante o período de Garrastazu Médici,

Os primeiros dias do golpe, com suas hesitações e dúvidas, são reveladores, nesse sentido: queriam seus autores preservar a Constituição, mas consideravam necessário ajustá-la à nova forma do exercício do poder; não queriam fechar o Congresso, mas julgavam indispensável afastar os parlamentares reputados como perigosos; a ordem constitucional devia ser apenas “arranhada”, procurando-se restabelecê-la em sua integridade no mais breve prazo possível; [...] E veio a reação. A princípio verbal, depois armada, desencadeando-se a violência dos dois lados. A conspiração contra as autoridades ameaçava, seqüestrava, matava. E recebeu a resposta da repressão, também violenta.¹⁴³

¹⁴² NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

¹⁴³ BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. op. cit, p. 191-192.

O argumento de Gibson procura transmitir a imagem de um equilíbrio político-institucional na fase incipiente da ditadura, e sua consequente implantação dentro dos moldes constitucionais, a despeito de suas “hesitações e dúvidas”, configurando uma crítica implícita à oposição. Tal perspectiva detém semelhanças ao que se expressa no pensamento de Jarbas Passarinho, – lembrando que as trajetórias de ambos estão ligadas diretamente à ditadura – no qual se expressa uma idealização do período, ressaltando que havia a normalidade constitucional no seu início, com raros aspectos negativos em sua fase pós-AI-5.

Ademais, tais narrativas acentuam pesados julgamentos à oposição, sobretudo de esquerda, utilizando para esse fim a justificativa da luta anticomunista. O fato é que intelectuais e ideólogos do regime, desde o começo sabiam da necessidade do respaldo da sociedade civil, principalmente o que provinha da classe média, esta utilizada como massa de manobra na legitimação do golpe necessário, na visão militar, ao restabelecimento da ordem democrática.¹⁴⁴ Para isso, esses intelectuais buscaram reforçar a noção de uma memória positiva sobre a ditadura, da qual fizeram parte, reconstruindo o passado, talvez para se eximirem de erros cometidos, ou possivelmente para servirem a alguma finalidade da fase subsequente ao período autoritário.

Nesse sentido, quando, não raras vezes, é levantada a questão, relativa ao fato da ditadura brasileira ter sido mais branda que as suas congêneres do cone sul, a sensação que nos ocorre conduz, inequivocamente, a um caso óbvio de desinformação sobre os fatos de nossa história ou de puro e simples escárnio. A contradição que carrega tal questionamento reside essencialmente no fato de que um regime que primou pela supressão das liberdades não pode, de modo algum, ser brando. Alguns alegam que tal consideração é pertinente pela comparação do número de vítimas que ocorreram em outros regimes repressivos como o nosso. Mesmo que isso seja verídico, num superficial comparativo com o Chile e a Argentina, por exemplo, avaliar regimes de exceção arbitrários e agressivos, supressores dos direitos políticos de suas populações, unicamente pelo número de óbitos não é conveniente.¹⁴⁵ Muitas pessoas foram vítimas da ditadura, através da espionagem dos órgãos repressivos, como também dos inumeráveis julgamentos feitos pela justiça militar contra civis, acusados de crimes políticos, e isto, sem sombra de dúvida, não pode ser desconsiderado como atos de violência pura.

¹⁴⁴ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. op. cit.

¹⁴⁵ FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Contrariamente ao que Jarbas Passarinho e seus companheiros alegam, de que a ditadura vigorou verdadeiramente, a partir de 1968, com o AI-5¹⁴⁶, o fato é que desde a sua implantação, em 1964, ocorreu violência, tortura e prisões, que não foram poucas. Ilustrativo do que estamos dizendo é o fato de que, desde os primeiros dias, o número de presos políticos foi tão desmedido, que o regime fez uso de navios que rapidamente se tornaram navios-prisões. Efetivamente, conforme aponta Gorender, por volta de 1968, é que irá ocorrer a sistematização da violência, com o aperfeiçoamento da repressão, mais coordenada e melhor informada e equipada:

Em 1964, só a Marinha possuía um centro de informações – o CENIMAR. Em 1967 e 1970, respectivamente, surgem o Centro de Informações do Exército (CIE) e o da Aeronáutica (CISA). Por iniciativa do general Golbery do Couto e Silva, fundou-se, em 1964, o SNI, cérebro do sistema geral de inteligência.¹⁴⁷

Na assertiva de Gorender percebemos a evolução dos dispositivos repressivos. Jarbas Passarinho argumentava em favor próprio, quando relativizava o período que antecedeu ao AI-5. Inquestionavelmente, nos quatro primeiros anos do regime, quando ocupou a chefia do governo do Pará e a pasta do Trabalho, no governo de Costa e Silva, ocorreram muitos embates entre a oposição e o governo militar que, não raras vezes, terminaram em inquéritos policial-militares (IPMs) e, conseqüentemente, em prisões e censuras.¹⁴⁸ Mas, apesar da distância que esse período estava dos chamados “anos de chumbo”, da violência sistemática patrocinada pelo Estado brasileiro, como também pela limitação do espaço público, que veio na esteira dos atos institucionais, não se tratava obviamente de uma ditadura “envergonhada”, consoante a distinta terminologia de Elio Gaspari¹⁴⁹, em que as liberdades de expressão, como também de manifestação eram respeitadas. De modo algum. Crer nesse tipo de argumentação simplista, proveniente substancialmente de concepção direitista, é expor-se ao perigo do ardil da memória, mas, especialmente, a um desacerto e a uma imprecisão histórica.

Nesse sentido, é verdade que no governo de Castello Branco a tortura ainda não havia sido sistematizada, de modo que o novo regime, como forma de concretizar-se de fato, utilizou-se do expediente da cassação, fundamentalmente, direcionada aos integrantes do

¹⁴⁶ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Contradições e incertezas do nosso tempo**. op. cit.

¹⁴⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. op. cit., p. 258.

¹⁴⁸ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. op. cit.

¹⁴⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. op. cit.

poder legislativo. Como forma de complementação a essa drástica medida, os militares empreenderam uma retaliação aos parlamentares da oposição promovendo a suspensão de seus direitos políticos.¹⁵⁰ Os opositores do regime figuravam na lista da repressão. Não havia explicações para a supressão dos direitos constitucionais de defesa dos acusados.¹⁵¹ Jarbas Passarinho sempre defendeu a “feição democrática do regime”, especialmente sob a alegação de que as esquerdas armadas, de modo insensato, é que provocaram o recrudescimento das medidas autoritárias. Para ele:

Desde o início, os generais-presidentes expressavam a intenção de restaurar o estado de direito democrático. A contestação armada, dirigida pelas diversas facções em que se atomizou o movimento comunista, retardou a distensão.

[...] Não foram insinceros os presidentes militares quando, todos eles, dispunham-se, no início de seus mandatos, a restabelecer o Poder Civil. O presidente de quem eu era líder no Senado fizera sua profissão de fé, lembrando o pai, que lutara contra uma ditadura. No seu modo franco e direto, Figueiredo prometeu: “Vou fazer deste país a Democracia que meu pai me ensinou”.¹⁵²

Ao que tudo indica, Jarbas Passarinho empenhava-se em responsabilizar os adversários do regime, pelo que de errado foi praticado por seus agentes. De certa forma, ele justificava a atuação de seus companheiros e a sua própria, dentro do governo ditatorial. A ênfase em aspectos positivos, durante aquele período, é o que basicamente fundamentou sua narrativa, de modo que os elementos negativos do regime militar parecem ser relegados ao esquecimento.

No entanto, como adverte Fernanda Teixeira Moreira em seu trabalho¹⁵³, negar toda a violência do Estado que ocorreu durante a ditadura torna-se cada vez mais inviável, devido ao fato de que, a partir de meados da década de 1980, uma série de dossiês, denúncias e mesmo confissões vieram à tona no espaço público, o que foi algo imprescindível para melhor compreender discursos como o de Jarbas Passarinho. Diante disso, entendemos que a maneira como Passarinho considerava a questão da democracia em suas declarações se ajustava principalmente à pauta anticomunista. Eivada de conservadorismo, sua narrativa pregava o

¹⁵⁰ COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar: Brasil, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

¹⁵¹ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castello a Tancredo, 1964-1985**. op. cit.

¹⁵² PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit. p. 476-477.

¹⁵³ MOREIRA, Fernanda Teixeira. **“Só os Vitoriosos Esqueceram”:** **Intelectuais de Direita e as Disputas pela Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

autoritarismo no combate ao “perigo vermelho”¹⁵⁴, de modo que a democracia para ele deveria ter relação direta ao triunfo sobre o comunismo. Tais narrativas formam o substrato sob o qual se busca estruturar uma memória favorável desse período.

Diante disso, uma das formas de atuação desse grupo de militares é a construção de uma memória positiva sobre o período da ditadura, não importando que, dentro do horizonte histórico discutido, grande parcela de nossa sociedade se esforce por recuperar, como memória oficial, a memória daqueles que resistiram ao regime. No entanto, isso não impediu que, desde a redemocratização até os dias atuais, muitos militares e civis endossassem um discurso em prol do regime militar¹⁵⁵. Jarbas Passarinho, por exemplo, mesmo distante da vida pública, continuou pautando-se por esse discurso em defesa do período autoritário. Portanto, é necessário, antes de tudo, procurar compreender o processo de construção dessas memórias e sua relação com a história.

No caso da recuperação da memória dos que lutaram contra a ditadura, é muito pertinente a perspectiva de Michael Pollak¹⁵⁶ que apresenta uma espécie de tentativa, quase que imperceptível, de subverter a memória coletiva oficial, (em nosso caso, aquela promovida por agentes e simpatizantes do regime militar) por meio de memórias que o autor denomina de subterrâneas. É a partir daí que, para Pollak, a memória entra em disputa. Nessa emulação, o silêncio temporariamente pode ser utilizado, por alguns grupos, como estratégia de adaptação em sociedade, não como sinal de esquecimento, mas como uma forma cuidadosa de transmitir as lembranças divergentes aos amigos e familiares. Pollak faz referência ao caso do holocausto dos judeus, das vítimas do stalinismo, como também o contexto de soldados recrutados de modo forçado para o lado inimigo durante uma guerra, e a maneira como esses grupos trabalharam, durante muito tempo, suas lembranças, traumas e memórias. Dentro desse raciocínio, podemos acrescentar conjuntamente o drama vivido pelos familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura que, no decurso de todo o período de sua vigência, foram praticamente amordaçados pelas mãos do Estado brasileiro.¹⁵⁷

É propriamente nesse aspecto que o autor explora a função do não-dito, do que ficou esquecido pela memória oficial, ressaltando a circunstância de que quando emerge uma

¹⁵⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. op. cit.

¹⁵⁵ MOREIRA, Fernanda Teixeira. “Só os Vitoriosos Esqueceram”: Intelectuais de Direita e as Disputas pela Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira. op. cit.

¹⁵⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 3-15, 1989.

¹⁵⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. op. cit.

memória subterrânea, seja por meio de uma política de reformas feita pelo Estado, por exemplo, o silêncio dos deportados, dos excluídos e das vítimas revela o embaraço e a dificuldade de integrar as lembranças desses grupos à memória coletiva. Pollak destaca que entre o que pode ser dito e não dito, há a espera de um momento propício no qual as memórias subterrâneas e marginalizadas vêm à tona. Assim, trazendo essa reflexão para o nosso caso, podemos afirmar, por exemplo, que a Comissão Nacional da Verdade – CNV, instituída pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011,¹⁵⁸ vem desempenhando um papel fundamental nessas disputas, resgatando e integrando reminiscências de vítimas e de grupos perseguidos pela ditadura civil-militar. Os depoimentos das vítimas do regime tornam-se elementos de grande valia na contraposição daqueles que, como Jarbas Passarinho, expressavam e ainda expressam um parecer positivo da ditadura, como também são de grande relevância na compreensão das diversas fases do período autoritário.

2.3- De coronel a governador biônico: a adesão ao golpe

Dentre as diversas fases pelas quais a ditadura foi sendo progressivamente estabelecida, se constituindo efetivamente em um estado de exceção, interessa-nos primordialmente, nesta seção, a etapa em que Jarbas Passarinho ingressa na política partidária com o golpe de 1964 até o momento da promulgação do AI-5, em 1968. Segundo o sociólogo e ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, “só vale a pena entrar na política se a pessoa tiver um propósito, um objetivo, uma causa ou um interesse a defender.”¹⁵⁹ São várias as motivações que impelem as pessoas a colocarem em prática os seus ideais, mas dificilmente serão bem sucedidas em seu desiderato se não buscarem o auxílio de outrem, principalmente dentro da vida política, em que as alianças são fundamentais e de considerável valor. Jarbas Passarinho, antes mesmo de ingressar na política partidária, como oficial instrutor, dava importância ao apoio e assistência dos demais integrantes de sua classe. Para ele,

O soldado, principalmente o brasileiro, pode simbolizar o indivíduo que tem necessidade dos serviços de seus companheiros. E, talvez devido ao baixo padrão de

¹⁵⁸ Publicada no DOU de 18.11.2011 - Edição extra.

¹⁵⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Cartas a um jovem político**. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 115.

vida do homem médio brasileiro, o soldado sente a importância de “ter vizinho”. Normalmente ele é afetuoso e bom. E o seu companheirismo é uma atitude de todas as horas. Traduz-se no apego ao chefe, por quem oferece de bom grado a vida. Sublima-se na dedicação ao companheirismo nos momentos dramáticos, a nenhum perigo se furtando para lhe ser útil.¹⁶⁰

Passarinho trazia consigo, da profissão militar para a política, valores transmitidos em sua formação em Realengo, como honra e cooperação.¹⁶¹ Como intelectual orgânico da ditadura, procurava dar fôlego e renovação às diretrizes emanadas pelos líderes de sua classe, ainda que tais medidas configurassem situações embaraçosas para quem se autocaracterizava como um democrata. A assinatura do AI-5 é um exemplo representativo do que estamos dizendo. Ao justificar sua assinatura no documento, Passarinho declarou que “quem só pensa na sua biografia, nos momentos mais difíceis, sacrifica, em geral, a lealdade que deve.”¹⁶² E acrescentou, “desertar do Governo, abandonando o chefe que me havia conquistado a confiança, no exato momento em que ele mais precisava de nós?”¹⁶³ Sua fidelidade a Costa e Silva não vacilou diante da assinatura do documento.

Pode-se depreender, a partir de sua participação nesse evento, que a sua fidelidade ao regime ditatorial representava, em grande medida, a sua afinidade ideológica às normas estratégicas preconizadas pela doutrina de segurança nacional, que buscavam solucionar problemas econômicos, políticos e sociais por meio de um Estado inflexível, o qual passou a ditar as regras do jogo, a partir de 1964. Dentro dessa orientação, é possível identificar que Jarbas Passarinho se irmanava ao mesmo ideal de sua classe, tomado, ao que tudo indica, por uma avaliação superficial e estática a respeito do estado de coisas que culminaria no golpe civil-militar de 1964, não levando em consideração o fato de que os conspiradores estavam alinhados às classes dominantes e ao imperialismo, e que, portanto, não poderiam, de forma alguma, ser caracterizados como instrumentos da vontade popular como, não raras vezes, sua narrativa procura demonstrar.

Assim, a partir do prisma dos objetivos estratégicos, pôde-se verificar que, durante a ditadura, os militares estabeleceram conexões com a burguesia empresarial com a finalidade

¹⁶⁰ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Liderança militar**. op. cit., p. 92.

¹⁶¹ A questão da honra na formação militar era tão solene em Realengo que, segundo Fernando da Silva Rodrigues, o regulamento da Escola Militar, a partir da gestão de Washington Luís, exigia do candidato ao concurso um certificado de condição de honorabilidade assinado por autoridade civil ou militar. Sobre essa exigência, verificar o artigo do autor Renovação e revoltas: a Escola Militar do Realengo entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930. **Revista Territórios e Fronteiras** v. 2 n. 2 – Jul./Dez. 2009.

¹⁶² PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit. p. 332.

¹⁶³ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 332.

de efetivar determinados projetos políticos. Tais projetos, materializados em grandes obras, acabaram por se tornar emblemas do regime, como a rodovia Transamazônica, por exemplo, tida como um marco de desenvolvimento do país, o que, a despeito de críticas, tornou-se um elemento de propaganda da ditadura.¹⁶⁴ Na esteira da construção dessas obras faraônicas ou, conforme nomenclatura de Campos, dessas “estranhas catedrais”, o regime, embasado na doutrina esguiana de segurança nacional, fomentava a colonização da região norte que, desde a implementação da rodovia Belém- Brasília, já vinha sendo estimulada.

Dentro desse projeto de integração inseriu-se, obviamente, o estado do Pará, que estaria fadado à intervenção política, ingerência essa que seria planejada e concretizada com a colaboração de Jarbas Passarinho:

O golpe não foi esperado pelos políticos do PSD no Pará. A esquerda não reagiu. O golpe contou com o apoio de grande parte da população paraense e logo foi articulada a substituição do governador e vice-governador do Estado e do prefeito e do vice-prefeito da capital. Toda substituição feita, após a cassação dos mandatos, foi feita com a anuência da classe política, que votou na câmara dos vereadores de Belém e na Assembleia Legislativa do Estado, os novos mandatos para o coronel Jarbas Passarinho para governo e Alacid Nunes para prefeito de Belém.¹⁶⁵

Com a política ditatorial de ocupação da região, vários problemas surgiram, como, por exemplo, o desmatamento florestal, consequência do surto industrial na região, o aumento da violência agrária, ocasionada por disputas de titulações de terra que persistem até os dias atuais, dentre outros. Isto impactou decisivamente a história daquele estado, pautada ainda com seus traumas, ressentimentos e disputas de memória. A Igreja, que inicialmente deu apoio ao golpe no Pará, gradativamente se voltou contra o regime opressor, com uma postura mais crítica de denúncia e apoio aos perseguidos, como também contribuindo para a reorganização dos movimentos sociais e suas decorrentes redes de sociabilidade, enfrentamento e resistência.¹⁶⁶

Dessa forma, embora Jarbas Passarinho, em suas análises e teorizações sobre a problemática da região amazônica, parecesse demonstrar uma genuína preocupação com o “desafio dos trópicos”¹⁶⁷, sucede que, a partir de 1964, como governador do Pará, a ocupação

¹⁶⁴ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**. Niterói: Eduff, 2013.

¹⁶⁵ FONTES, Edilza Joana. **O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e Memórias**. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 340-360 - jan./jun. 2014, p. 347.

¹⁶⁶ “**A ditadura militar no Pará | Edilza Fontes**”, publicado por História da Ditadura em 03/05/2020, acessado em 04/12/2022, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-re_zuI_DU

¹⁶⁷ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Amazônia: o desafio dos trópicos**. op. cit.

da região se deu no contexto geopolítico do regime, em que rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém serviam de porta de entrada para o estado, fomentando profundas desigualdades socioeconômicas regionais e fazendo com que o Pará apresentasse, até o presente, uma vultosa concentração de grandes propriedades, talvez a maior do Brasil, servindo de palco para intermináveis conflitos de terras.¹⁶⁸ De certa forma, isso contraria a supervalorização da presença militar na Amazônia desvigorando “a percepção que os militares têm de si próprios como *agentes do processo civilizatório* na região”.¹⁶⁹

Assim, quando assumiu o governo do Pará, na qualidade de governador biônico nomeado por Castello Branco, Jarbas Passarinho rapidamente procurou impor os propósitos da “revolução” naquele estado. Desde o início do regime, foram implementadas medidas autoritárias no Pará, justificadas por Passarinho dentro daquilo que se ajustava à doutrina de segurança nacional, como também, em alegações fundamentadas no panorama geopolítico global da época, a Guerra Fria. No ato de julgar e punir os inimigos da “revolução”, Passarinho declarou:

Isso seria um prenúncio de que, em matéria de punição revolucionária, a responsabilidade ficaria pesando exclusivamente sobre mim. [...]

Obriguei-me a ler cada processo e, em caso de dúvida, fazer eu mesmo as diligências, ouvir as pessoas e concluir. [...]

No cumprimento de meu dever, ainda que penoso, não podia eu deixar de punir quem, comprovadamente, tivesse comprometimento com a corrupção ou com a subversão, objetivos prioritários da Revolução. Por isso, apliquei o Ato Institucional em todas as suas modalidades: da demissão a bem do serviço público até a simples disponibilidade, depois de analisar as conclusões da Comissão de Investigações Sumárias, que a todos ouviu e a todos deu o direito de defesa, ainda que o rito fosse sumário, como o nome da própria comissão sugeria.

Apesar de todos os precedentes que me atingiram, gerados pelo terrorismo dos comunistas, não me deixei levar pelo ódio. Fui magistrado e não promotor.¹⁷⁰

Pela maneira como lidou com os opositores no Pará, torna-se explícito que, ao assumir a chefia do poder executivo daquele estado, Jarbas Passarinho não se emoldurava propriamente

¹⁶⁸ VEZZALI, Fabiana. **Especial Latifúndio – Concentração de terra na mão de poucos custa caro ao Brasil**, publicado por Repórter Brasil em 11/07/2006, acessado em 04/12/2022, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-carao-brasil/>

¹⁶⁹ MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007, p. 185.

¹⁷⁰ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 206-208.

na ala dita “moderada” do regime. Os fatos falam por si só. Através da supressão de garantias dadas pela Constituição, o governador Passarinho procurou se valer da cassação de mandatos eletivos, da suspensão de direitos políticos de cidadãos, inclusive anulando garantias de funcionários públicos.

Um dado importante sobre o governo ditatorial de Castello, entre os anos de 1964 e 1966, justamente no período em que Jarbas Passarinho foi governador do estado do Pará, nos é fornecido por Gaspari ao mencionar que “[...] cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos.”¹⁷¹ Jarbas Passarinho evidentemente era parte dessa repressão política que atribuía a si própria a incumbência de liquidar a corrupção e a subversão. Nesse sentido, a política do regime de Castello se baseava quase que integralmente em operações de repressão e outras providências que se respaldavam na imposição de normas constantes do Código Penal Militar. Dito de outro modo, dentro da política “saneadora” castelista se estabelecia a base para suprimir os “males” principais de nossa sociedade, que, na visão militar, eram fundamentalmente a corrupção moral e o comunismo.¹⁷²

Enquanto o regime autoritário perdurou, os militares tiveram que lidar com toda a complexidade que envolvia a política repressiva, tendo em vista que ela se revestia também da supressão da liberdade de opinião. Assim sendo, uma interpretação que considere Jarbas Passarinho como uma figura moderada, durante a fase ditatorial, é insuficiente para abarcar todos os enredamentos próprios de seu itinerário político. Conforme verificado no estudo de João Roberto Martins Filho¹⁷³, mesmo com as mais variadas controvérsias políticas e ideológicas, a dinâmica do regime não era pautada meramente pela dualidade de uma disputa entre “moderados” e “duros”. Havia também uma multiplicidade de posições, tomadas conforme a conveniência do momento. Nesse sentido, torna-se indispensável a verificação dos elementos que condicionaram o posicionamento político e ideológico de Jarbas Passarinho.

Arraigado pela efervescência política da época, com 15 anos de idade, Passarinho participava ativamente da política estudantil, como vice-presidente do diretório do Colégio Paes de Carvalho, em Belém. A tentativa de cooptação empreendida por integralistas e

¹⁷¹ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. op. cit., p. 130-131.

¹⁷² GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. op.cit.

¹⁷³ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit.

comunistas se dá nesse período de sua vida. Como não aderiu a nenhum desses grupos, segundo ele mesmo afirma em seus registros autobiográficos, a crítica vinda de ambos os lados destacava sua escolha pela podridão, na interpretação histórica deles, pelo fato de tais grupos sustentarem a ruína da democracia.¹⁷⁴ A influência católica familiar serviu de fio condutor a Jarbas Passarinho no caminho bifurcado rumo à escolha de uma convicção a seguir. É possível que ele tenha sido, de fato, atraído pela doutrina social da Igreja e pelo pensamento de autores dedicados à análise da natureza humana, como Pascal e Bergson, por exemplo, mas não podemos deixar de considerar que, em sua percepção, tenha reconhecido nessas causas - comunismo e integralismo - uma espécie de imposição de pensamento que visava o controle e dissociação do conjunto social. A esse respeito, Passarinho declara:

Os Direitos do Homem são duramente atingidos no conflito ideológico, marcante na vida contemporânea desde os anos 30 do presente século. Num mundo dividido em dois, entre capitalismo e socialismo, de resto um dilema falso, os direitos fundamentais desgastam-se no choque entre liberdade e segurança do Estado. Se este não se instrumenta para defender-se eficiente e prontamente da agressão das minorias revolucionárias, não merece ser classificado senão de suicida. Foi o caso de algumas democracias modernas, que acabaram por ser substituídas por regimes totalitários. Se, ao contrário, o Estado se aparelha para defender-se e se vê obrigado a empregar medidas limitativas das liberdades individuais, corre o risco de sucumbir à pressão autoritária.¹⁷⁵

Ao que tudo indica, Jarbas Passarinho, ao fazer sua opção pelo ideal democrático, como ele mesmo afirmava, admitia, em certa medida, alguma forma de controle social que fosse mais restritiva das liberdades individuais, pois, na defesa da democracia contra grupos revolucionários, acabava por aceitar a intransigência e a inflexibilidade, mesmo sob o risco de se desviar para o autoritarismo. Em sua análise sobre a bipolarização ideológica que marcou o século XX, Passarinho aparenta elaborar, ainda que sutilmente, uma observação comedida do regime autoritário ao qual pertenceu.

Dessa forma, ele não se definia em termos ideológicos como sendo de direita ou de esquerda. Procurava ser identificado como alguém ao centro dessa dicotomia. Tais conceitos de direita e de esquerda, provenientes da Revolução Francesa, embora, não raras vezes, sejam identificados, sob o manto de conservadores e progressistas, respectivamente, tendem a ser revistos e examinados, o que muitas vezes acaba por lhes atribuir a característica de arcaicos.

¹⁷⁴ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Na Planície**. Belém: Cejup - 2ª ed., 1991.

¹⁷⁵ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Contradições e incertezas do nosso tempo**. op. cit. p. 27.

Apesar da discussão que envolve essa questão, entendemos tais representações como atuais e extremamente válidas, fundamentais à complexa análise de nossas estruturas sociais. É possível que a crise da social-democracia, como também o ocaso do regime comunista tenham sido fatores que corroboram para um exame revisionista dessas distinções. Norberto Bobbio, em referência ao debate em torno dessa díade clássica, faz o seguinte comentário:

[...] a maioria não nega que a distinção teve sentido em outros tempos, mas consideram que hoje, em uma sociedade cada vez mais complicada, na qual as múltiplas razões de contraste não mais permitem que os opostos alinhamentos sejam colocados todos de um lado ou todos de outro, a contraposição unívoca entre uma direita e uma esquerda acaba por ser simplificadora. Existem também os que consideram ter sido um evento histórico catastrófico, como a queda do muro de Berlim, o fator que tornou ultrapassada a divisão. Para outros, a obstinação estéril em manter viva a grande divisão depende ainda de um erro metodológico, qual seja, o de desejar aprisionar em duas abstrações conceituais a rica e cambiante [*cangiante*] concretidade da história.¹⁷⁶

Não abraçamos a perspectiva constante na assertiva de Bobbio, nem, tampouco, nos parece adequada. Entendemos que toda questão deve ser examinada em seu devido momento, e ainda que o cenário político atual, não seja o de Jarbas Passarinho, podemos verificar o quão imprescindíveis esses conceitos parecem ser, em seus mais variados aspectos, tanto ontem, quanto hoje. Mas, é importante pontuar que para nós, não se trata de uma “obstinação estéril” o recurso à utilização de tais conceitos, na análise de propostas de sociedade ou de sistemas políticos. Talvez, o que nos falte é observá-los com maior acuidade dentro da grande complexidade que carregam, desvencilhando-nos de um olhar desacautelado e não nos deixando guiar pelo princípio de que se trata de um simples embate entre bem e mal, mas principalmente, de uma visceral discordância dentro da intrincada discussão política.

Nesse sentido, ao observamos o caráter incompatível desses conceitos, conforme o exame de Bobbio, vemos que direita e esquerda, desde há muito, vêm sendo utilizados na caracterização de distinções ideológicas, como também de organizações políticas, fazendo com que um mesmo indivíduo ou determinado grupamento social fique impossibilitado de fazer parte concomitantemente de ambas concepções.¹⁷⁷ E é precisamente na análise do discurso daqueles que defendem o regime militar, a exemplo de Jarbas Passarinho, que se

¹⁷⁶ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 1995, p. 9.

¹⁷⁷ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. op. cit.

nota o emprego depreciativo para a esquerda, na medida em que todos aqueles que se posicionam de modo oposto às suas narrativas são vistos de uma maneira negativa e danosa. Trabalhos como o de Fernanda Teixeira Moreira nos auxiliam melhor na compreensão das fundamentações relativas aos:

Aspectos que confluem e marcam presença nos discursos em defesa da ditadura pautados por esses indivíduos, como especialmente os significantes: nacionalismo, valorização da ordem e da hierarquia, a família tradicional e a religiosidade, o militarismo e a obsessão pela defesa e a segurança nacional, o elogio à tradição e o *conservadorismo*. É importante não esquecer, no que tange à memória da ditadura civil-militar, que essas características aparecem associadas a um forte teor anticomunista que muitas vezes se expressa no anti-intelectualismo que marca esses discursos.¹⁷⁸

Ao nos depararmos com a aprovação de Jarbas Passarinho para o período ditatorial, é possível constatar seu empenho em legitimar sua própria trajetória política, como também o fato de advogar suas escolhas enquanto intelectual do regime, mas, sobretudo, na elaboração da defesa explícita da ditadura, caracterizando-a como benéfica, conveniente e oportuna. Ao classificarmos Jarbas Passarinho como intelectual, deixamos claro que não temos o intento, dentro desse contexto, de o localizar valorativamente. Cabe pontuar que, em nossa pesquisa, procuramos situá-lo como um intelectual incumbido de uma função social - um intelectual orgânico - não relacionando essa característica, de forma alguma, como sendo distintiva e aclamatória. Isto é importante para entendermos sua narrativa positiva sobre o regime e a afinidade com que muitos nutriam por sua pessoa e pelo governo militar, pelo menos em sua fase incipiente.

Assim, paralelo à simpatia com que alguns segmentos da sociedade civil nutriam inicialmente pelo regime como, por exemplo, o apreço com que alguns membros do clero nutriam por Jarbas Passarinho, há de se ressaltar que a CNBB, com o passar do tempo, teve um papel de destaque, durante a ditadura, em denunciar o arbítrio e o autoritarismo, ocupando essa instituição um local de grande visibilidade na oposição. A título de ilustração, Dom Aloísio Lorscheider e dom Ivo Lorscheider estiveram à frente da Conferência, trazendo a público suas insatisfações e suas críticas às arbitrariedades do regime. Como consequência,

¹⁷⁸ MOREIRA, Fernanda Teixeira. “Só os Vitoriosos Esqueceram”: Intelectuais de Direita e as Disputas pela Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira. *op. cit.* p. 24-25.

diariamente recebiam denúncias de violência, tornando-se eles próprios objetos de preocupação da repressão.¹⁷⁹ No regime ditatorial, o que era caracterizado como desumano havia se tornado base para um projeto político de poder.

E como vimos, apesar de Jarbas Passarinho se pautar pela defesa daqueles que faziam parte do alto escalão do governo militar, no intuito de engendrar uma memória otimista sobre o período, o fato é que depoimentos, testemunhos, evidências e provas testificam exatamente o contrário. Não há como negar que a tortura política, por exemplo, foi um indício aterrador da desumanidade do regime¹⁸⁰, significativo da hediondez da luta de classes no Brasil. Dessa forma, diante das narrativas, como a de Passarinho, que procuram expor um lado positivo da ditadura civil-militar, se torna necessário contrapor os fatos, de modo a revelar que houveram aqueles que não temeram na luta pela democracia. Estes, procuraram, dentro de suas possibilidades, se organizar e resistir.

Com efeito, são discutíveis as táticas de luta e a estratégia armada que, não raras vezes, colocavam-se, de modo desassociado da forma como a oposição popular ao regime se mobilizava. Mas, é extremamente necessário descortinar o sentido de grandeza moral, a coragem e a generosidade de colocarem tudo a perder, a fim de resgatar a liberdade sem a qual a vida em sociedade passa a ser massificada e o espírito torna-se indigno.¹⁸¹ Daí o porquê de se conhecer a fundo o caráter conflituoso da construção de narrativas sobre a ditadura. Pollak nos orienta a refletir sobre a memória como um local de emulação entre diferentes protagonistas em inquietação constante.¹⁸² De fato, as apreensões do presente são determinantes no refazimento de fatos ainda obscurecidos, fomentando inapelavelmente questionamentos sobre um período de nossa história marcado por excessos desumanos em nome da linguagem dos dominantes. Diante disso, percebemos que, junto ao compromisso do historiador com o ideal democrático, persistem ainda grandes desafios para a historiografia sobre esse período de nossa história.

Consequentemente, “o historiador tem responsabilidades e deve ‘prestar contas’”.¹⁸³ Nesta afirmação curta e veemente de Jacques Le Goff, feita ao prefaciá-la *Apologia da*

¹⁷⁹ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem.** op. cit.

¹⁸⁰ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais.** op. cit.

¹⁸¹ BOFF, Leonardo. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e debates.** op. cit., p. 9-15.

¹⁸² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos.** op. cit.

¹⁸³ BLOCH, Marc apud LE GOFF, Jacques. In: **Apologia da história, ou, O ofício de historiador.** Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 17.

história de Marc Bloch, cabe-nos uma reflexão a respeito do nosso trabalho e do comprometimento do historiador com o ideal democrático. O compromisso político do historiador e sua subjetividade são características essenciais que dão movimento à história, o que o leva, em seu ofício, a desviar-se das falsas ideias da objetividade, como também dos distanciamentos do objeto. Visto dessa forma, ao se trabalhar com o tempo presente, com o atual, à luz de acontecimentos ocorridos durante a ditadura, observa-se uma ligação direta com o *locus* próprio da articulação do universo social, que em outras palavras, nada mais é do que trabalhar com o campo político.¹⁸⁴

Portanto, torna-se necessária uma análise profunda para além da temporalidade da ditadura, procurando não se limitar à periodicidade estrita desse período, mas sim, buscando relacionar o atual momento àquele recorte histórico. Nos dias atuais, por exemplo, há uma percepção muito clara da incompreensão e do alcance do bolsonarismo por parte de muitos da esquerda democrática e do campo progressista. Figuras de destaque da intelectualidade, ao contrário de se aprofundarem nesse fenômeno e compreendê-lo de modo mais nítido, acabam se perdendo na produção de caricaturas sobre o atual contexto político brasileiro.¹⁸⁵ Ao procederem dessa forma, reduzem a possibilidade de se verificar, por exemplo, que o êxito eleitoral do bolsonarismo, em 2018, não foi meramente atribuído ao acaso ou, tão somente, acidente de percurso. Há sim, a urgente necessidade, por parte de nós historiadores, de se compreender como, hoje, grande parcela de nossa sociedade enxerga o período da ditadura e, a partir daí, analisar a receptividade a discursos saudosistas do autoritarismo, produzido principalmente pelo bolsonarismo.

De modo análogo, podemos perceber discursos que promovem negacionismos referentes à escravidão. Nesse sentido, a assertiva de Le Goff não poderia ser mais verdadeira, pois o comprometimento do historiador com a democracia é sumamente reforçado quando ele busca apresentar algo trágico que não pode ser esquecido. A historiografia sobre o período da ditadura possui alguns desafios como, por exemplo, ter de responder o que torna o conhecimento sobre esse período algo tão necessário à vida do cidadão brasileiro de hoje. Diríamos, sem vacilar, que a importância disso reside no fato de que nossa sociedade pode

¹⁸⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

¹⁸⁵ ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**. Goiânia: Caminhos Editora e Livraria, 2021.

elaborar uma outra perspectiva de si mesma. Entendemos que, através desse conhecimento, podemos interpretar experiências que impactaram a vida de pessoas daquela época e de gerações que a ela se seguiram. A busca pela compreensão desse período, de modo mais abrangente, lança-se como desafio ético. Quanto aos desafios de caráter epistemológico, trazidos à tona no embate entre o fato histórico e sua conseqüente interpretação, temos consciência de que os grandes obstáculos residem justamente no exame e julgamento dos eventos ocorridos durante a ditadura, particularmente em nosso caso, na observação e interpretação da intrincada trajetória de Jarbas Passarinho, o que coloca à prova nossa capacidade de análise e descrição.

Dessa forma, constatamos nesta seção, sua formação intelectual, o início de sua vida acadêmica, sua ligação com a doutrina social da Igreja¹⁸⁶, seu envolvimento com a problemática amazônica e seu contato com a literatura. A análise da conjuntura política no estado do Pará, durante a ditadura, ganhou relevo, tendo em vista o protagonismo de Jarbas Passarinho na legitimação do regime naquele estado. Ao mesmo tempo, verificamos os discursos ligados à questão do “revanchismo das esquerdas”, comumente observado em seus depoimentos e nos discursos pró-ditadura dos tempos atuais.¹⁸⁷

Do ponto de vista político, podemos inferir que sua pertinaz proteção aos princípios ditatoriais constituía sua própria sobrevivência dentro dos grupos que compunham o regime. Ideologicamente, Jarbas Passarinho congregou diferentes matizes de valores e concepções, mas sempre direcionado à defesa de sua classe, tendo em vista sua função de intelectual do regime. Dessa maneira, o quadro político-ideológico onde Jarbas Passarinho se inseriu, principalmente, no período que vai de 1964 a 1968, reforça nosso argumento de que sua concepção de mundo se originou dentro do pensamento militar brasileiro, remodelada por influências variadas, mas sempre enquadradas na orientação política-ideológica expressa pela ditadura.

¹⁸⁶ A fim de ilustrarmos melhor a filiação de Passarinho a essa doutrina, é importante destacarmos a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, que é a base da Doutrina Social da Igreja Católica, cuja preocupação era o combate a injustiça social trazida pelo fortalecimento do capitalismo monopolista no século XIX. No entanto, tal doutrina recusa terminantemente a práxis marxista e a dialética da luta de classes e incentiva a virtude cristã da solidariedade, através da partilha dos bens, tanto materiais quanto espirituais, do fiel. Sobre o documento na íntegra, ver: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 23 abr. 2023.

¹⁸⁷ A esse respeito, ver o trabalho de SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. **Extrema-Direita, Volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, 2009.

Capítulo 3

A atuação de Jarbas Passarinho na ditadura até 1968

Neste capítulo, nós abordamos o Jarbas Passarinho propriamente político, desde sua participação na queda de João Goulart, sua atuação como governador biônico do estado do Pará, nomeado por Castello Branco, à sua gestão como ministro do Trabalho de Costa e Silva. Tentamos compreender, aqui, como esse agente da ditadura atuava na dinâmica dos grupos colaborativos mais próximos à cúpula do poder ditatorial e, de modo mais amplo, o impacto que suas ações acarretaram na conjuntura política e social daquele momento. Nesse sentido, entendemos ser necessário conhecer suas convicções ideológicas e doutrinárias, suas incertezas e contradições, seu perfil característico dentro da evolução política na fase ditatorial. De posse desses elementos, buscamos entender Jarbas Passarinho na defesa de seu ideário, até mesmo quando o regime recrudescia com o quinto ato institucional. Tendo se constituído em uma engrenagem da política imposta pelo autoritarismo e sendo parte da intelectualidade militar, eivada de contradições, procuramos verificar como tais traços influenciaram Jarbas Passarinho na elaboração de sua peculiar visão de mundo, que adquire significado mais preciso na sua prática política durante o governo ditatorial.

3.1- A conspiração e suas contradições e incertezas

Compreender as incertezas e as contradições de uma figura do alto escalão do regime militar, como Jarbas Passarinho, exige um esforço maior sobre determinadas questões. Uma vez instaurada a ditadura, como se deu o embate político na sua fase incipiente e como Jarbas Passarinho se envolveu nessa dinâmica? Qual sua relação com as forças em conflito, visto que

a coesão dessas mesmas forças, empregadas para a tomada de poder, se dispersariam em múltiplos matizes? Qual a relevância de sua atuação na consolidação do regime autoritário? As respostas para tais questionamentos são extremamente importantes para subsidiar nossa hipótese. A inserção de Jarbas Passarinho no processo ditatorial, desde a consumação do golpe de estado até AI-5, foi sendo efetivada em meio a impasses originados por forças políticas em conflito. O exame de sua atuação, em meio às instabilidades do processo intramilitar, sugere traços importantes de que ele não era influenciado apenas pela doutrina militar tradicional, conforme afirmamos em nossa hipótese básica.

Há de se ressaltar que não temos o intuito de elaborar uma história narrativa da política ditatorial entre o período do golpe de 31 de março de 1964 e a decretação do Ato 5, em 13 de dezembro de 1968. Faremos sim o uso da narrativa histórica, durante esse interregno, quando julgarmos imprescindível ao entendimento da inserção de Jarbas Passarinho no processo político ditatorial. Tal processo culminou na conquista do poder minando a legitimidade condensada na Constituição de 1946, fazendo do estado ditatorial o alicerce político que reorganizaria o predomínio econômico, político e social da classe burguesa.¹⁸⁸ Passarinho era parte intrínseca desse processo de objeção à liberdade política conquistada pela sociedade e está ligado indubitavelmente aos fundamentos impostos pela doutrina de segurança nacional, levada a efeito pelo governo autoritário. Importante considerarmos também nesse exame as forças que compuseram o arranjo para a concretização do regime.

Dentro desse contexto é que a burguesia e vários outros grupos ligados ao capital internacional, por exemplo, constatam a existência de riscos nas reformas propostas pelo presidente João Goulart e passam a formular alternativas para o Brasil, dentro de uma modernização nos moldes conservadores. Tal opção obteve favorável receptividade pelos conspiradores das forças armadas. No entanto, diversamente do que propõem algumas análises, não houve um elevado grau de coordenação entre essas facções para a tomada de poder. Para Gorender, por exemplo, “a conspiração golpista partiu de vários focos desconexos, assim que Jango tomou posse”.¹⁸⁹ Conforme verificado anteriormente, agências que provinham tanto do meio militar quanto do meio civil fomentaram o golpe como, por exemplo, a ESG e o IPES, e estavam organicamente atreladas ao objetivo de nação defendido

¹⁸⁸ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 263-265.

¹⁸⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. op. cit., p. 59.

pelos grupos golpistas. Para Gorender, tais organismos vincularam-se ao empresariado e à alta oficialidade, que a partir daí, buscaram unificar ideias e sistematizar ações para que fosse montada a operação conspiratória que culminou no regime ditatorial.

Portanto, tais articulações acabaram por inverter os termos da equação, se o propósito era, de fato, o desenvolvimento do país. Suas ações evidenciaram o autoritarismo como um sistema político irresponsável, na medida em que limitou o pluralismo e não veiculou uma orientação de ideias minimamente elaborada, conforme perspectiva da ciência política.¹⁹⁰ O que acabamos de constatar em Gorender, como também no pensamento de Linz, é que tal mobilização golpista veio composta por muitos e distintos matizes, nos quais determinados grupos procuraram exercer seu poder de forma circunscrita a limites não muito bem definidos, mas que, em certo sentido, foram, na maior parte do tempo, previsíveis. No delineamento da dinâmica da atuação de Passarinho dentro desses grupos há a necessidade de discutirmos suas alegadas justificativas de inevitabilidade do golpe.

Nesse sentido, algumas questões são necessárias para melhor compreender a participação de Passarinho nesse processo. Em primeiro lugar, precisamos entender como se deu a cisão dentro das forças armadas durante o regime ditatorial e, da mesma forma, verificar em qual lugar se situou Jarbas Passarinho na ampla configuração resultante desses processos intramilitares. Para tanto, devemos levar em conta que não foi algo ocasional a divisão em grupos no meio militar, especialmente no exército, durante o período de exceção, como também nos anos que antecedem o pré-1964. Isto foi algo que se deu de forma progressiva, considerando fatores como, por exemplo, a adesão de quadros das forças armadas às ideias que vinham sendo propugnadas na ESG. Para esses grupos, era imprescindível o desenvolvimento e o fortalecimento da industrialização e do potencial nacional.¹⁹¹

Uma questão importante, apurada no desenvolvimento de nossas observações, fundamentava-se na maneira como isto deveria ser implementado. “O principal problema da vida política raramente se encontra entre os objetivos propostos: ele se encontra nos meios de

¹⁹⁰ LINZ, Juan. An Authoritarian Regime: Spain. In: ALLARDT, Erik e ROKKAN, Stein. **Mass Politics**. New York: Free Press, 1970, p. 251-283.

¹⁹¹ FERRAZ, Francisco César Alves. **À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955)**. op. cit.

ação que indicam normalmente quais serão os grupos sociais vitoriosos e os perdedores”.¹⁹² Em 1964, Jarbas Passarinho, assim como muitos outros próceres do meio militar, optaram, como meio de ação, pelo golpe de estado, expressão última da ação direta e fenômeno mais amplamente manifestado em sociedades que tencionam atingir – mas que ainda não alcançaram - relativo grau de desenvolvimento.¹⁹³ Naquele momento em que se deu o golpe de estado, o Brasil poderia ser plenamente enquadrado neste sintoma verificado por Huntington.

Consequentemente, é importante salientar duas questões que estão relacionadas diretamente ao envolvimento de Jarbas Passarinho na conspiração. De um lado o fato de se considerar um marxiano, um estudioso da obra de Karl Marx, e não um marxista. De outro, um conjunto de iniciativas de sua parte que configuraram uma explícita tomada de posição anticomunista aliada à sua adesão ao solidarismo cristão. Para Passarinho,

[...] a leitura do Manifesto de 1948 tinha uma força de denúncia considerável. Como a crítica à alienação religiosa me impedira de aceitar o comunismo, só bem mais tarde, já major, eu voltava a interessar-me pelo marxismo, já agora com a intenção de ter argumentos para a refutação da ideologia dominante em um terço do mundo.¹⁹⁴

Tal tomada de posição evidencia, a despeito da consciência social que parece irromper em Passarinho com a leitura do Manifesto Comunista, seu alinhamento ideológico com as forças golpistas que, já no pré-1964, dispunham de firme convicção anticomunista, na medida em que os altos escalões das forças armadas orientavam suas cadeias subordinadas a empreenderem cursos e estudos críticos sobre guerra revolucionária e, também, no que diz respeito ao conhecimento dos processos comunistas de tomada de poder.¹⁹⁵ Ao que nos parece, não se tratava de adesão pura e simples ao golpe por mero interesse político, mas algo que precisamente aparentava emergir de suas convicções ideológicas. Isso corrobora

¹⁹² PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 41.

¹⁹³ HUNTINGTON, Samuel. **Political Order in Changing Societies**. New York/London: Yale University Press, 1968, Apud MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit.

¹⁹⁴ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p.159.

¹⁹⁵ SANTOS, Francisco Ruas (org.). **Marechal Castello Branco: seu pensamento militar**. op. cit.

substancialmente nossa hipótese – que sustenta a visão política de Jarbas Passarinho como resultado de uma congruência de valores heterogêneos.

Se por um lado, sua recusa aos princípios marxistas salta aos olhos, por outro sua “alienação religiosa” era igualmente perceptível. Mas, é necessário que, antes de examinarmos as concepções morais e religiosas de Jarbas Passarinho, façamos uma breve observação do caminho trilhado, em nosso país, pela Igreja Católica, no contexto do pré-1964. Na década de 1950, houve um fortalecimento do pensamento social no interior da Igreja, acarretando o surgimento de algumas correntes como a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), como também a Juventude Universitária Católica (JUC), esta última que seria o berço, anos mais tarde, da organização de luta armada intitulada Ação Popular (AP).¹⁹⁶ No entanto, tais subdivisões não foram totalmente absorvidas pela Igreja, que embora compreendesse como necessária a ampliação da presença eclesiástica no meio social, apresentava ressalvas quanto ao modo em que se dariam as estratégias pastorais para a implementação dessas mudanças. É nesse contexto de reestruturação institucional que surge, por exemplo, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) destinada a convergir as ações voltadas na atuação das pastorais, como também na centralização do controle das lideranças eclesiásticas. Na esteira desses acontecimentos, ocorre o Concílio Vaticano II aprofundando e evidenciando a concepção de liberdade.¹⁹⁷ Tal preocupação com o campo social seria interpretado de várias formas, especialmente dentro do contexto ditado pela Guerra Fria.

Dessa maneira, nos dias que precederam o golpe, ocorreram muitas agitações no país oriundas de vários setores da sociedade como, por exemplo, os movimentos provenientes do operariado, dos trabalhadores rurais, da ala estudantil e de associações de graduados das forças armadas. Em rota contrária, setores conservadores – políticos, burguesia empresarial, classe média - organizavam passeatas como, por exemplo, as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, no propósito de defender os preceitos cristãos e o tradicionalismo católico contra a ameaça comunista.¹⁹⁸ Em nossas verificações, não pudemos identificar em que medida os conspiradores, como Jarbas Passarinho, poderiam afiançar sobre as concretas

¹⁹⁶ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem.** op. cit.

¹⁹⁷ **Especial 70 anos CNBB**, publicado por Redevidia Informação em 16/09/2022, acessado em 07/11/2022, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsAztMJ1hdw>

¹⁹⁸ MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64.** Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1989.

chances e probabilidades de uma ação golpista proveniente do lado contrário, como ele próprio afirmava de modo reiterado.

Se, para Passarinho a “revolução” foi necessária em nome da democracia e da civilização cristã ocidental ameaçada pelas esquerdas, em que propriamente se reduziam as catilinárias conservadoras contra seus oponentes? Sua ligação com o padre Fernando Bastos de Ávila talvez nos dê algumas indicações. Exponente do solidarismo cristão no Brasil, Bastos de Ávila foi amigo pessoal de Jarbas Passarinho e, em certa medida, o auxiliou a transpor sua posição de crítico das teses de Marx para apologeta do Solidarismo Cristão. A respeito dessa doutrina, recorremos mais uma vez às memórias de Passarinho que o apresenta irrequieto frente ao dualismo ideológico daquela quadra. Em sua perspectiva, o Solidarismo Cristão:

[...] pretendia chegar à democracia autêntica através de reformas, “sem compromisso com o reacionarismo, nem com o revolucionarismo”. Filiei-me a essa doutrina. Viria a pagar por mal-entendidos, a começar pela confusão com “socialismo cristão”, que, nesse livro¹⁹⁹, o padre Ávila condenava, então, com a maior clareza, ao escrever: “É importante que os católicos se dêem conta da sabedoria desta intransigência (incompatibilidade que a Igreja pregava entre socialismo e cristianismo). Socialismo cristão, ou seria socialismo e não cristão, ou cristão e não seria socialismo. Tenhamos, pois, a nobreza de repudiarmos uma fórmula que seria uma contradição e uma mentira.”²⁰⁰

Mesmo que tal doutrina não propugnasse investidas veementes, perpetradas naquele tempo pela direita conservadora contra seus opositores, Passarinho acabou por se situar na corrente natural dos acontecimentos o que, dentro de uma perspectiva dual entre direita e esquerda, parecia o identificar próximo aos setores direitistas e não ao centro, como tal doutrina nos faz supor. Tal forma de agir e de se posicionar foi acentuadamente constante em Jarbas Passarinho, mesmo quando o regime dava sinais de recrudescimento e procurava justificar-se por meio da autolegitimação.

Desse modo, uma vez instaurada a ditadura, o próximo passo foi dado no sentido de consolidar sua sustentação política. Os novos donos do poder buscaram, desde então, elaborar uma narrativa que pudesse justificar as medidas arbitrárias. Ocorre que o movimento conspiratório não possuía uma aspiração única que fosse alinhada a todas as facções das

¹⁹⁹ Neste ponto, Jarbas Passarinho faz alusão ao livro de Bastos de Ávila intitulado **Neocapitalismo, Socialismo, Solidarismo**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1962, p.59.

²⁰⁰ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p.160.

forças armadas, conforme verificado no trabalho organizado por Rouquié²⁰¹. Havia muita divisão entre os militares, de modo que uma linha de ação política linear era inconcebível. No entanto, as lideranças golpistas optaram por revestir a “revolução” com um espírito constituinte, legitimando-se por si própria. Para esse intento, havia a necessidade de preservar o relacionamento com o Congresso Nacional, muito embora, tal diálogo não fosse visto com bons olhos pelos mais radicais.

Contudo, a idéia de preservação e diálogo com o Legislativo continuava não sendo consensual. Isto reforça a constatação da heterogeneidade política da frente civil-militar que depôs João Goulart e indica que os jornais já não comungam de uma mesma visão quanto ao que seria a “vontade da nação”. Embora todos se propunham a serem os porta-vozes dessa vontade, as diferenças de pontos de vista demonstram que ela, posta como única, varia conforme os interesses que se pretende defender.²⁰²

O fato é que, independente das diferenças de opinião quanto ao que seria melhor para a nação, ocorreu a prostração do sistema instituído pela Constituição de 1946. Com a instauração do autoritarismo, respaldado por um pretense poder constituinte, a ditadura atuava como que atendendo ao interesse público, por meio da supressão sumária de direitos constitucionalmente garantidos até então. Sem limites para empreender cassações, demissões e prisões, a ditadura acomodava a Constituição como um mero instrumento de conveniência na imposição de seu domínio perante a sociedade brasileira.²⁰³ Foi dentro dessa linha de ação que se deu a escolha das lideranças políticas por todo o país, inclusive no estado do Pará, de onde provinha Jarbas Passarinho.

Assim sendo, desde o início do regime, os líderes civis e militares vinham se reunindo com a finalidade de resolver a questão da sucessão presidencial. Gradativamente ficou clara a escolha por alguém que fosse capaz de congregar as distintas posições dentro das forças armadas. Tal processo confirmou de modo decisivo - corroborando as previsões dos mais realistas - que não haveria a mais remota possibilidade para uma alternativa proveniente entre os políticos civis.²⁰⁴ Castello Branco, o escolhido, era naquele tempo o chefe do estado-maior

²⁰¹ ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992.

²⁰² VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **A Preservação do Legislativo pelo Regime Militar Brasileiro: Ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)**. Dissertação de Mestrado - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, p. 179.

²⁰³ COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar: Brasil, 1964-1985**. op. cit.

²⁰⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit.

do exército e notório oficial palestrante que vinha conferenciando diuturnamente sobre guerra revolucionária nos simpósios da ESG e da ECEME.²⁰⁵ Com a consolidação do regime, Jarbas Passarinho ao manter estreitas ligações com Castello, por ter sido seu aluno nos cursos de estado-maior, ficou encarregado pelo próprio de proceder à avaliação da situação militar e política no estado do Pará, com a finalidade de sugerir nomes que tivessem boa aceitação, entre os quadros golpistas paraenses, para o governo do estado. Conforme o próprio Passarinho expõe em suas memórias²⁰⁶, em nenhum momento ele postulou seu nome ao governo do Pará, mas ao término desse processo, fora ele o escolhido por Castello. “A minha carreira militar iria encerrar-se, involuntariamente, na qual eu experimentaria recompensadoras alegrias e graves decepções com a criatura humana, muitas vezes insincera, oportunista e ingrata”.²⁰⁷

Assim, as forças armadas, ao tomarem o poder, procuraram sufocar as resistências. No Pará, como em outros estados, uma onda de cassações e prisões fez com que muitos políticos locais, considerados “subversivos” pelos militares percebessem o chão escapar-lhes de modo rápido a seus pés. O agravamento desse estado de coisas não se deu apenas no Pará, de Jarbas Passarinho, mas algo que progressivamente foi se constituindo de modo endêmico. Segundo Skidmore:

A repressão foi especialmente severa no Nordeste. Nem era de surpreender, pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o superintendente da SUDENE Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire, o advogado Francisco Julião, das ligas camponesas, e o velho ativista do Partido Comunista, Gregório Bezerra. Aliás, o estado de Pernambuco servira de abrigo para um dos maiores centros de atividade do Partido Comunista no Brasil, embora modesto em números absolutos.²⁰⁸

Foram muitos os que de alguma forma tentaram resistir. Em vão. A repressão foi intensa por todo o país. Passarinho dava-se por satisfeito com a derrota de seus opositores. Nesse ponto, ele demonstrou, por suas atitudes no Pará, estar afinado com as lideranças golpistas, tendo em vista os ideais reciprocamente ajustados para a efetiva tomada de poder, algo completamente desvirtuado do papel em que devem atuar as forças armadas dentro de um contexto democrático.

²⁰⁵ SANTOS, Francisco Ruas (org.). **Marechal Castello Branco: seu pensamento militar**. op. cit.

²⁰⁶ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit.

²⁰⁷ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 190.

²⁰⁸ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castello a Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 56-57.

Assim, é conveniente abordarmos, ainda que de modo sucinto, a definição do papel das forças armadas dentro de um estado democrático de direito. Dir-se-á que as forças armadas são garantidoras da lei e da ordem. No entanto, tal visão introduziu em nossa história variadas justificativas para intervenções militares na política nacional. “Em regimes democráticos, lei e ordem são tarefas da polícia. A força armada só poderá intervir em casos excepcionais, dentro, agora sim, dos limites da lei e sob a supervisão do Legislativo.”²⁰⁹ Verificamos que tal pensamento postulava a supressão do debate político no seio das instituições militares, a fim de que pudessem operar com maior eficácia no cenário político nacional. Para isso, muitos militares divergentes foram expulsos e uma forte doutrinação fora levada a efeito no seio da caserna.

Foi assim no Estado Novo como também em 1964, com a diferença de que no último caso houve a substituição da doutrina de Goes Monteiro pela doutrina da ESG, menos nacionalista, mais aberta ao setor privado e ao capital estrangeiro. Nesse sentido, um observador político poderá verificar que, em determinados contextos, as forças armadas podem auxiliar na construção e no desenvolvimento de um país. Mas, para que isso ocorra, não poderão estar vinculadas a ideologias de que se servem a burguesia. Despojadas de tais doutrinações e, dentro de uma orientação democrática, sua atuação volta-se para o conjunto da sociedade. Em países democráticos e com plenas garantias de liberdade, as forças armadas atuam com maior profissionalismo, sujeitando-se aos ditames dos preceitos constitucionais, dentro de uma integração maior e menos provinciana na sociedade. Certamente não foi assim ao tempo de Jarbas Passarinho quando o país mergulhou em um regime de exceção.

Todavia, há vários elementos indicando que, dentro do percurso político de Jarbas Passarinho, dependendo do contexto, não eram apenas perspectivas ideológicas que o motivavam. Como qualquer outro político, há de se levar em consideração outros fatores de estímulo como, por exemplo, vantagens políticas, beneficiamentos com o governo do momento, condecorações, dentre tantos outros favorecimentos. Ninguém negará que seu alinhamento ideológico com as lideranças da “revolução”, sempre coerente com as decisões emanadas do poder ditatorial, o fez amealhar significativo capital político que, conseqüentemente, o recompensava com indicações para cargos prestigiosos. Mas, não havia apenas o alinhamento ao pensamento militar. Fato surpreendente é como alguém se manteve

²⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. op. cit., p. 134.

em constante equilíbrio, na “crista da onda”, dentro de um sistema de forças tão instável que perdurou por duas longas décadas, considerando que, desde o início, a composição golpista foi se seccionando em facções. Poucos políticos tiveram a oportunidade de assumir cargos tão relevantes, como Jarbas Passarinho assumiu, dentro de um quadro marcado pela incerteza.

3.2- Jarbas Passarinho: o homem e suas circunstâncias

Pudemos observar recorrentemente em nossa investigação a alegação de Jarbas Passarinho, para suas atitudes no período ditatorial, embasada na relação dele com as suas circunstâncias. Isso é ilustrativo da filosofia de Ortega y Gasset que postula a seguinte máxima: “eu sou eu e minha circunstância e se não salvo a ela, não salvo a mim.”²¹⁰ Passarinho quis relacionar tal conceito filosófico com sua ação política, fundamentando a defesa para sua ligação com o autoritarismo. Em outras palavras, era como se Passarinho se associasse ao poder ditatorial por meio de suas circunstâncias. Elas seriam o elo de ligação dele com todo o ambiente político que o rodeava. Cumpre lembrar que tal justificativa exclui possibilidades que um exame mais profundo não deixaria de perceber. Lembremos que Pedro Aleixo não endossou o quinto ato, em 13 de dezembro de 1968, como Passarinho o fez. Nem tampouco se utilizou de idealizações filosóficas para agir de modo contrário como agiu. Se a perspectiva de Passarinho carrega em si certa densidade filosófica, o desligamento de si mesmo e do mundo que o rodeava também não era algo inexecutável. Se a circunstância é um elemento a ser considerado na existência humana, justificar nossos atos somente nela, impede nossa construção de um ser mais autossuficiente e emancipado. Jarbas Passarinho fundamentou suas ações na política por meio das circunstâncias que o envolviam e, para isso, elaborou uma criação mental que buscava exemplificar e ilustrar a conceituação filosófica de Ortega y Gasset, ajustando-a aos seus objetivos. Se Jarbas Passarinho não queria entrar para a história como um liberticida, o fato é que acabou figurando como tal, pois não há como modificar suas ações, principalmente quando se deu o recrudescimento do regime.

Em nosso entendimento, após análise de documentação sobre o período ditatorial, verificamos que Jarbas Passarinho fazia parte de um grupo que dispunha de uma orientação política um tanto quanto perigosa. Tal orientação, a nosso juízo, se apresenta nas ideias que

²¹⁰ ORTEGA Y GASSET, José. **Meditações do Quixote**. São Paulo: Editora Ibero-americana, 1967, p. 52.

historicamente legitimaram o domínio burguês em nossa sociedade. Conceitos como “destino da nação”, por exemplo, pressupunham uma ideologia que apresentava os interesses de uma classe social como sendo uma aspiração de toda a sociedade. E isso, se acentuou sobremaneira nos anos de 1950 com o nacionalismo, atingindo o ápice no golpe de 1964, quando conceitos de “desenvolvimento e segurança” ganharam relevo.²¹¹ Tal perspectiva, abraçada por Jarbas Passarinho e por seus pares, consistia de algo virtualmente perigoso, na medida em que condicionava o distanciamento e a desigualdade social, a intensificação da exclusão e do preconceito de classe e a eclosão de uma consciência descaradamente injusta. Essa filosofia de ação, inspirada na intervenção militar, que utiliza a violência para apartar as massas populares da vida política nos é evocada por Darcy Ribeiro ao mencionar que:

Esse risco sempre presente é que explica a preocupação obsessiva que tiveram as classes dominantes pela manutenção da ordem. Sintoma peremptório de que elas sabem muito bem que isso pode suceder, caso se abram as válvulas de contenção. Daí suas “revoluções preventivas”, conducentes a ditaduras vistas como um mal menor que qualquer remendo na ordem vigente.²¹²

A metáfora utilizada pelo autor, de se abrir as válvulas de contenção, era um dos temores da ditadura. Daí a severidade, o controle e a retenção cada vez mais impetuosa a partir de 1968. Nesse sentido, é possível nos firmar na ideia de que Jarbas Passarinho, nesse estágio do regime, já pudesse perceber que a ditadura estava condenada, entre outros fatores, pela ausência de idealizações que a pudesse justificar, pelos impasses na disputa pelo poder, como também pelas suas fragmentações políticas internas, que inexoravelmente conduziam a um projeto estático e retrógrado de controle e arbítrio. O atraso era tamanho que Jarbas Passarinho reconheceu a falta de preparo entre os militares no que dizia respeito ao conhecimento de questões doutrinárias e ideológicas.

Nesse sentido, Passarinho, como intelectual orgânico da classe militar, compreendeu que grande parte de seus aliados de regime não possuíam o cabedal intelectual necessário para discernir conceitos e concepções oriundas das ciências sociais contemporâneas. Os equívocos produzidos pelos agentes da ditadura suscitaram toda sorte de injustiças e arbitrariedades na

²¹¹ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. op. cit.

²¹² RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 25.

sociedade. Para o regime militar, a maior ameaça provinha do comunismo e, por esse motivo, o alvo principal, desde os primeiros dias da conspiração golpista, foram os comunistas:

O despreparo em doutrinas sociais contemporâneas ainda acrescentou um fator equivocado, como o de considerar todo socialista como comunista, por exemplo. E inapelavelmente todo marxista como leninista. Assim como a União Soviética era um Estado antiteísta e não apenas ateu, e conseqüentemente [*sic*] todo crente em Deus e todo transcendentalista era suspeito de inimigo do regime, os Governos dos generais consideravam inimigos os comunistas e aqueles que, ainda por equívoco, eram tidos como tal.²¹³

Ao menos Jarbas Passarinho reconhecia o fato de a ditadura ser incapaz de distinguir as motivações ideológicas de seus adversários. Tal fato, a fez investir indiscriminadamente contra aqueles, dos quais as visões de mundo eram diametralmente opostas à do regime. Não é sem razão que “os tolos se perdem por não pensar.”²¹⁴ E, naquele contexto, a ausência de reflexão do regime deu ensejo a muitas práticas que violaram a dignidade humana de seus opositores.

A ditadura e a conseqüente utilização de instituições de Estado, deu abrigo à insensatez de agentes que deveriam bem representá-las. “Em São Paulo, foram ajuizadas denúncias em face de médicos-legistas que contribuíram, consciente, ativa e eficazmente, para que os crimes contra a humanidade fossem praticados, assegurando a impunidade de homicídios e ocultações de cadáveres e permitindo, com isso, que a ‘engrenagem’ criminosa continuasse a agir”.²¹⁵ Conseqüentemente, instituições como forças armadas e órgãos policiais, por exemplo, ao término do regime saíram com uma imagem extremamente desgastada junto à sociedade. Cumpre destacar que Jarbas Passarinho, como senador, defendeu o projeto de anistia, alegando que, dentre os agentes que seriam indultados constavam aqueles que deveriam “merecer da Nação brasileira a mais alta consideração.”²¹⁶ Assim, o modo pelo qual o direito internacional dos direitos humanos interpreta as leis de “autoanistia”, promulgadas no Brasil e em muitos outros Estados latino-americanos, por

²¹³ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., p. 299.

²¹⁴ GRACIÁN, Baltasar. **A arte da prudência**. Texto integral. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006, p. 37.

²¹⁵ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Crimes da ditadura militar**. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal. – Brasília: MPF, 2017, p. 117.

²¹⁶ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Último líder da Arena no Senado**. Brasília: Ed. Senado Federal, 1980, p. 171.

ocasião de suas transições democráticas, indica acobertamento de crimes por parte do Estado. Como o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos, tais leis, promulgadas durante o período autoritário, são consideradas inválidas junto ao sistema internacional competente.²¹⁷

Nesse sentido, é conveniente lembrar que, segundo Mazzuoli, “entendeu a Corte Interamericana que a Lei de Anistia brasileira (Lei n.º 6.683/1979) não tem validade jurídica, não podendo acobertar aqueles que praticaram crimes de tortura, sequestro, desaparecimento forçado e etc.”²¹⁸ A revisão desta lei contribui para que tornemos a encontrar uma via segura para a interpretação de nosso passado e, por razões evidentes, nos ajustemos à jurisprudência internacional dos direitos humanos, nos abdicando de qualquer fundamento que provenha do corporativismo. Assim, ao olharmos para as ações da ditadura, no tocante à anistia, o que se antagoniza a tal ética de absolvição é a própria recusa e negação aos fundamentos éticos.²¹⁹ Dar proteção a práticas tão desumanas configura o menosprezo pelos mínimos princípios morais e, nesse sentido, o Estado brasileiro tem o dever de investigar e punir as violações de direitos humanos.

Assim, uma das grandes contradições da ditadura de 1964 foi a tentativa de se autoinstitucionalizar. O cuidado na reconstrução de uma narrativa favorável da ditadura – democrática e embasada no cumprimento da Constituição - fez com que Passarinho buscasse remodelar a estrutura política e social da época. Mas, a curto prazo, a violação das garantias básicas demolia tal alegação. Segundo Quartim de Moraes:

No Brasil, a certidão de nascimento da ditadura militar está registrada no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, em cujo preâmbulo os chefes do golpe declaram que ‘a revolução vitoriosa se investe no exercício do poder constituinte’, o qual, esclarecem, ‘se manifesta pela eleição popular ou pela revolução’, sendo essa ‘a forma mais expressiva e mais radical do poder constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o poder constituinte, se legitima por si mesma’.²²⁰

²¹⁷ GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Organizadores). **Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, passim.

²¹⁸ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014, p. 271.

²¹⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Crimes da ditadura militar**. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, Criminal. – Brasília: MPF, 2017, p. 94-102.

²²⁰ QUARTIM DE MORAES, João. Configurações históricas da ditadura. **Revista Crítica Marxista** (IFCH/Unicamp) - Sumário 50, Dossiês, 2020, p. 88.

Além disso, a crise econômica, social, política e moral da qual o regime se revestiu mostrou o caráter onipresente de uma classe privilegiada que, de modo categórico, só levou a uma só transformação: a sua própria. A harmonia do desenvolvimento nacional, defendida por Passarinho, deu ensejo a uma “revolução” que só favoreceu as classes dominantes. Verdadeiramente, “[...] a superioridade do privilegiado é a última justificação do sistema que o favorece [...]”.²²¹

Mas há outra contradição, no que diz respeito à ditadura civil-militar. É a que se refere ao movimento golpista como se tratando de uma “revolução”. Revoluções são levadas a efeito motivadas por concepções, doutrinas e ideias. O golpe civil-militar de 1964 foi uma ação política com vista à derrubada de um governo legitimamente constituído.²²² Na visão de Passarinho, era um acontecimento que visava sanear e reformar nosso quadro político e social. Além do que, revoluções representam “um confronto entre uma ordem anterior e um novo projeto político-social. Ex.: a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Russa de 1917”.²²³ Mas o golpe de 1964, de maneira alguma, foi uma revolução, na medida em que não trouxe renovação e nem ensejou transformações significativas na sociedade. Em síntese, houve a manutenção do *status quo*.

Jarbas Passarinho, em sua perspectiva, compreendia o período ditatorial essencialmente por meio de duas hipóteses: uma, que advogava o regime de exceção como “democrático” até a edição do AI-5, tendo em vista que a Constituição de 1967, restabelecia direitos democráticos constantes da Carta de 1946. E outra, em que o longo período ditatorial deveria ter sido abreviado, especificamente no início da década de 1970 efetuando a transição do poder aos governantes civis.²²⁴ No entanto, para nós existe um erro fundamental na análise de Passarinho. Sua fidelidade ao regime não lhe fez perceber que até a edição do AI-5, do ponto de vista jurídico, ocorreram muitas excepcionalidades. Os atos institucionais de cassação e a própria Carta de 1967, aprovada em tempo recorde por um Congresso decepado, são mostras de que o regime não era nem um pouco democrático e que nem suas lideranças tencionavam passar o governo aos civis. O que as forças golpistas pretendiam era dar um ar

²²¹ BEAUVOIR, Simone de. **O pensamento de direita, hoje**. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 4). Tradução de Manuel Sarmiento Barata. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p. 87.

²²² GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. op. cit., parte II – A violência.

²²³ JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. – 4. ed. atual. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 241.

²²⁴ FERREIRA JR, Amarildo e BITTAR, Marisa. “O Coronel Passarinho e o Regime Militar: O último intelectual orgânico?” In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: Novas perspectivas**. São Carlos: Edufscar, 2003.

de legalidade às suas medidas arbitrárias. Além disso, no período em que conjecturava a transferência do poder aos civis, a ditadura mostrava sua face mais sombria, configurando a fase dos anos de chumbo. Na lógica discursiva de Passarinho esses fatores não são levados em consideração.

3.3- O AI-5 e os escrúpulos de consciência

Conforme perspectiva de João Roberto Martins Filho, ao término do governo de Castello Branco, tornou-se possível identificar ao menos quatro grupos distintos disputando o poder nas forças armadas: os “castelistas”, a “linha dura”, a corrente “albuquerqueista” e o grupo “palaciano” - deste último fez parte Jarbas Passarinho, quando de sua nomeação para o Ministério do Trabalho de Costa e Silva.²²⁵ De modo sinóptico, a tendência castelista possuía, como polo vital de articulação política, a figura de Castello Branco, como também o alinhamento às ideias propugnadas na ESG.

A “linha dura” em grande parte estava agrupada por coronéis que se sentiam marginalizados frente às decisões da cúpula militar. Entretanto, de acordo com Maud Chirio, “a expressão “linha dura” não tem inicialmente o sentido de um grupo ou de uma facção para os oficiais que a reivindicam, mas de uma linha política de contornos incertos, de um “estado de espírito” e de uma determinada interpretação da “Revolução” de 31 de março de 1964”.²²⁶ Os “duros” se aglutinavam fundamentalmente em torno das ideias de Carlos Lacerda que, em suas idas e vindas no trato com o regime, os deixavam desorientados.²²⁷ Essencialmente, buscavam soluções nacionalistas para o país que impedissem o retorno de uma situação política semelhante à que se tinha antes do golpe, ainda que fosse necessário o recurso à violência.

O grupo “albuquerqueista”, nome alusivo ao ministro do Interior, general Affonso de Albuquerque Lima, também era nacionalista, embora mais articulado que o grupo dos “duros”. Trabalhou ativamente no processo sucessório para a eleição de Albuquerque Lima. É importante destacar que embora os “albuquerqueistas” não se confundissem com a “linha

²²⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit.

²²⁶ CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. **Militares e Política**, n. 6 (jan.-jun. 2010), p. 35.

²²⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit., p. 139-176.

dura”, em alguns momentos essas tendências se inclinavam para um alinhamento. E o grupo dos colaboradores mais próximos do presidente, os palacianos, tinha como seu núcleo base o Gabinete Militar da Presidência da República. Com tal quadro em mente, podemos passar à análise do grupo a que pertencia Passarinho.

Regularmente, Jarbas Passarinho mantinha contato com seus companheiros de “revolução”. Era muito próximo a Mário Andreazza, “camarada de farda, a quem eu [Passarinho] substituíra na presidência do diretório acadêmico da Escola Militar [...]”²²⁸, e que levava a ele o convite de Costa e Silva para que integrasse o seu ministério na pasta do Trabalho:

Esperado no aeroporto pelo Coronel Andreazza, fui levado à presença do general [Costa e Silva]. Com ele se encontravam: o Deputado Rondon Pacheco e os Generais Emílio Médici, que viria a ser o chefe do SNI, e Jayme Portella, que estava convidado para chefiar o Gabinete Militar.

Durante o trajeto, o Coronel Andreazza preparara meu espírito, avisando-me que o Presidente Costa e Silva iria me convidar para integrar seu Ministério [...]. Com efeito, ao fazer-me o convite, o Presidente o fez para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Negativamente surpreendido, disse ao Presidente que me sentia lisonjeado pela confiança, mas que era meu intento ficar no Senado Federal, como vice-líder do Senador Daniel Krieger, que já me convidara. O Presidente, sereno como eu o veria por todo o nosso convívio posterior insistiu:

“ – Não estou lhe convidando para repartir o poder comigo, mas para ajudar-me na tarefa difícil de consolidar a Revolução e conduzir o Brasil rumo ao desenvolvimento e à paz social”.

Não resisti. Voltei ao Pará cheio de apreensões, por medir as grandes responsabilidades que me aguardavam. Iria começar uma experiência nova e fascinante na vida.²²⁹

Jarbas Passarinho, juntamente com Mário Andreazza, Jayme Portella e Emílio Médici compunham o grupo dos mais diligentes defensores de Costa e Silva. Eram os próceres do Palácio do Planalto, embora esse círculo, dependendo da situação, pudesse ser caracterizado como um grupo de ação essencialmente furtiva, sobretudo o Gabinete Militar e o SNI, chefiados por Portella e Médici, respectivamente.

Jarbas Passarinho, como ministro do governo de Costa e Silva, fazia parte de uma elite orgânica que entendia como necessária a modernização do país, por meio da qual se pudesse consolidar a liderança política dos quadros “revolucionários”. Tais quadros estavam ligados

²²⁸ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Na Planície**. op. cit., p. 174.

²²⁹ PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Na Planície**. op. cit., p. 174-175.

profundamente às classes dominantes brasileiras. A nação governada pelas armas poderia se defender do atraso econômico e social, ao abrigo do grande capital nacional e também estrangeiro. Tal concepção política era muito conveniente ao espírito do governo ao qual servia, na medida em que pretendia “unir o emergente bloco de poder em torno de um programa específico de modernização econômica e conservadorismo sócio-político.”²³⁰

A partir do governo de Costa e Silva, a situação foi se agravando e a tortura e o extermínio foram ganhando cada vez mais impulso. Os militares se fechavam gradualmente na sua indiferença e conformismo ante as arbitrariedades sofridas pela população.²³¹ É dentro desse cenário que Jarbas Passarinho e seus companheiros atravessaram 1968, ano em que iriam fixar suas estratégias de ação futura, enrijecendo seus atos com vistas a prolongar o estado de exceção no país. A ditadura, a essa altura, mostrava explicitamente uma inconsistência nos mais variados domínios e patenteava cruamente a enfermidade na qual se encontrava o Estado brasileiro. Tais inconsistências se tornaram explícitas nos movimentos de massa, especificamente nas greves operárias de 1968.

Ao atuar na área social, como ministro do Trabalho de Costa e Silva, Jarbas Passarinho se encontrava na difícil incumbência de fazer prevalecer a política ditatorial sobre os movimentos sociais, as organizações operárias e as entidades sindicais. A escalada dos militares na política não havia reavivado apenas as aspirações dos movimentos estudantis. De acordo com Gabriel Guerra Câmara, “assim como o movimento estudantil, o movimento sindical havia sofrido um duro revés com o golpe. De participação política crescente desde a Revolução de 1930, com expressivas entidades atuando no governo de João Goulart, a classe trabalhadora sofre uma dura derrota, em um contexto internacional de ofensiva das lutas sociais em todo o mundo”.²³² Por outro lado, o golpe militar havia despertado a consciência social e política dos trabalhadores e operários.²³³ Era inconcebível a essas organizações que suas demandas sociais relativas a melhores condições de trabalho e reajustes salariais, fossem conjuntamente subtraídas de seus mais caros anseios políticos, pois ficavam excluídos da

²³⁰ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. op. cit., p. 232.

²³¹ DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a Ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes**. São Paulo: Editora Garamond, 1998.

²³² CÂMARA, Gabriel Guerra. **Ação Política, Subjetivação e Rememoração: Um estudo com agentes sociais brasileiros que iniciaram sua ação política no contexto da ditadura militar de 1964**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022, p. 120.

²³³ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit.

participação política. É dentro desse quadro repressivo que irão emergir as greves operárias de Contagem e Osasco, em abril e julho de 1968, respectivamente, as quais exigirão a presença direta do ministro Jarbas Passarinho. No que diz respeito ao movimento de Contagem, relativo aos metalúrgicos da siderúrgica Belgo Mineira, Gorender declara:

A envergadura do movimento impôs o deslocamento do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho para Belo Horizonte, onde se declarou disposto a negociações – algo insólito no comportamento governamental. Por fim, o governo Costa e Silva concedeu 10% de abono, o que abria ligeira fissura na rigidez do arrocho. Com esta vitória parcial, a greve se encerrou a 2 de maio.²³⁴

O êxito desse movimento inspirou a articulação de outras organizações operárias, como as que desencadearam a greve de julho, em Osasco, dos trabalhadores da Cobrasma, fábrica de vagões e materiais para ferrovias. Dessa vez, mesmo com a presença de Jarbas Passarinho, as demandas não foram atendidas e muitas prisões foram realizadas. Apesar de sua atuação mais liberal e de sua inclinação para negociar, Passarinho não pode superar sua fidelidade ao regime, permanecendo oscilante junto às exigências dos trabalhadores, o que acarretou, ao cabo da situação, a mão pesada do Estado ditatorial sobre o operariado. Marx foi imperioso ao instar para que não nos firmássemos na ideia de que um movimento social exclui um movimento político. De fato, o filósofo revolucionário dizia que “não existe nunca um movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social”.²³⁵ Dentre os acontecimentos que se deram nesse período, o evento de Osasco, principalmente, ilustra bem como a ditadura e seus agentes atuavam. Mas, a essa altura, o regime militar já se encaminhava para uma radicalização ainda maior.

O envolvimento de Jarbas Passarinho nas greves operárias de 1968 demonstra muito de sua habilidade política enquanto agente da ditadura. Tal movimento marca uma espécie de ressurgimento da presença dos trabalhadores na luta contra o autoritarismo. Para compreendermos melhor a relação de Jarbas Passarinho com esses movimentos, precisamos acentuar que, no ano de 1968, ele era uma peça-chave da ditadura, pois ocupava o cargo de ministro do Trabalho, pasta extremamente complexa do governo Costa e Silva, e mencionar

²³⁴ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. op. cit., p. 157.

²³⁵ MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. (Texto integral); tradução: Torrieri Guimarães. – 2. ed. – São Paulo: Editora Martin Claret, 2007, p. 192.

que, com o advento do golpe, houve um total desbaratamento das organizações operárias e das associações de trabalhadores metalúrgicos, como também de trabalhadores portuários e ferroviários, por meio de intimidações e prisões.²³⁶ Na perspectiva ditatorial era fundamental eliminar qualquer espécie de “impulso subversivo” que pudesse irromper da classe trabalhadora.²³⁷ A mínima suspeita provocava a reação do regime.

Nesse sentido, quando havia desconfiança de que diretorias sindicais estivessem envolvidas com movimentos de luta, por meio da infiltração de agentes da repressão, pela verificação do histórico de paralisações e também por divergências pessoais, o que ocorria era a cassação de seus dirigentes.²³⁸ Além do mais, a burguesia industrial necessitava expandir seus lucros, devido às sucessivas crises econômicas pelas quais o país vinha passando e, para isso, o cerceamento das liberdades da classe trabalhadora vinha muito a calhar.²³⁹ Assim, devido ao aumento das perseguições, no período compreendido entre o golpe e o ano de 1968, os movimentos grevistas e as organizações de trabalhadores reduziram-se substancialmente. Mas, em 1968, influenciados pelo clima de protesto que se disseminou por várias partes de globo²⁴⁰, os movimentos operários brasileiros, especialmente de Contagem e de Osasco, irromperam com grande força.

A negociação de Passarinho com os operários se deu de modo extremamente intrincado, pois estes vinham sendo prejudicados pelo arrocho salarial imposto pelo ministério do Planejamento, de Roberto Campos, e pelo ministério da Fazenda, de Octávio Gouvêa de Bulhões, desde 1965.²⁴¹ A presença intimidatória do ministro do Trabalho em uma assembleia dos grevistas patenteou sua postura de agente da ditadura, pois havia tom de ameaça, devido à presença maciça de policiais militares em toda a região industrial de Contagem. No entanto, com receio de que o movimento operário da região se disseminasse para outras partes do país, Passarinho fez a proposta do abono de 10% no salário dos trabalhadores, aceito pela categoria e que configurou um rasgo na política salarial do arrocho.²⁴² Apesar da vitória dos trabalhadores, o custo foi alto, dando início a uma repressão mais intensa à classe operária,

²³⁶ WERNER, Helena Pignatari. **Raízes do Movimento Operário em Osasco**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

²³⁷ DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a Ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes**. op. cit.

²³⁸ MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. op. cit.

²³⁹ FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. Coleção Ensaio e Memória. São Paulo: Editora Símbolo, 1979.

²⁴⁰ VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

²⁴¹ <<http://memorialdademocracia.com.br/card/bulhoes-e-campos-a-dupla-do-arrocho>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

²⁴² GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. op. cit.

por meio de demissões e prisões que procuravam desarticular o movimento naquela região e em diversos outros locais do país. Assim, o governo foi obrigado a estender o abono a todas as categorias de trabalhadores.²⁴³ Para Jarbas Passarinho, nesses episódios, foi necessário se equilibrar na corda bamba para atender as demandas da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, manter sua lealdade a Costa e Silva.

Mas, há uma diferença entre a greve ocorrida em Contagem e a que ocorreu em Osasco:

Na verdade, esta greve foi muito mais política do que a de Contagem. O presidente do sindicato de Osasco, José Ibraim, [*sic*] não era somente um metalúrgico mas também um universitário das fileiras dos ativistas católicos. Os militantes antigoverno desse sindicato foram encorajados pela mobilização dos estudantes do Rio, conseguida a despeito (e no fim por causa) da repressão do Exército e da polícia.

Para o ministro do Trabalho Passarinho, a greve foi especialmente ameaçadora. Primeiro, porque o sindicato assumiu a responsabilidade pelo movimento, o que não acontecera em Contagem. Segundo, suas exigências e sua liderança eram explicitamente contrárias ao governo. Terceiro, o local era São Paulo, o coração industrial do Brasil.²⁴⁴

Apesar de Jarbas Passarinho ter negociado com os operários em Contagem, os compromissos assumidos pela ditadura deram indícios de rápido enfraquecimento. Passarinho sabia que Costa e Silva não iria modificar radicalmente sua política de salários.²⁴⁵ Não havendo outra saída, teve de intervir diretamente no sindicato. Assim, a repressão, por meio de seu ministro do Trabalho, solapou duramente o movimento operário paulista.

Tal ação provocou muitos feridos e desencadeou prisões. De acordo com Jarbas Passarinho, uma dessas prisões foi a de um jovem, que posteriormente ele veio a conhecer no exterior. Para Passarinho, esse jovem, José Ibrahim, demonstrou uma grande capacidade de

²⁴³ GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007. Obs.: O autor aborda detalhadamente a questão das lutas operárias no capítulo 7, p. 197-203.

²⁴⁴ SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castello a Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 158.

²⁴⁵ Para uma abordagem mais aprofundada sobre esses eventos, ver relato de José Ibrahim em CASO, Antonio. **A esquerda armada no Brasil 1967/1971**. Prefácio de José Ibrahim e tradução de Thiago de Mello. Lisboa: Moraes Editores, 1976, p. 50-81.

condução do movimento grevista,²⁴⁶ mas, por ser integrante da organização de luta armada Vanguarda Popular Revolucionária – VPR seria, tempos depois, preso e trocado pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick, partindo para o exílio e retornando apenas com a anistia, em 1979. A característica que permeou esse movimento, na visão de Jarbas Passarinho, foi a de um extremismo maior, comparado ao de Contagem. O próprio Ibrahim diria, anos mais tarde, que aquele movimento ocorrido em Osasco foi excessivamente radical.²⁴⁷ Nesse sentido, podemos observar que a radicalização das medidas ditatoriais impactava duramente o concurso das ações dos atores situados no lado oposto do governo autoritário, governo esse que cada vez mais se fragmentava em múltiplas divisões.

Portanto, na medida em que o regime ia se dividindo em diferentes grupos, a luta interna pelo poder se acirrava cada vez mais. Para os menos exaltados, a intervenção militar deveria ser cirúrgica e breve. Para a ala mais radical era imperiosa a instauração definitiva do militarismo. Jarbas Passarinho, que parecia identificar-se inicialmente com o grupo castelista, fato decorrente de sua proximidade com Castello Branco, como também sua consequente nomeação como interventor no Pará, mais a frente acabaria por ligar-se a Costa e Silva e ao grupo dos palacianos. Foi como ministro do Trabalho que Jarbas Passarinho assinou o AI-5, marco da radicalização ditatorial. É incontestável que, naquele momento, Passarinho tenha ficado ao lado da ala mais radical, pois diferentemente de Pedro Aleixo, que não aprovava o ato, ele não só o endossaria como o justificaria até o fim da vida.

A justificativa de Passarinho, com relação ao AI-5, era de que havia se tornando impossível aos chefes militares manter a ordem interna sem uma ação mais efetiva. Argumentava que desde 1966, com a explosão da bomba no aeroporto de Guararapes, no Recife – PE,²⁴⁸ ações pontuais de luta armada vinham sendo praticadas por grupos radicais da esquerda. Nessa altura dos acontecimentos, adquire significação mais precisa as táticas de luta dos que se opuseram ao regime, pois à medida em que o radicalismo dos agentes do Estado se acentuava, os grupos de luta armada não concebiam outra forma para a derrubada do Estado ditatorial. Dessa maneira, o que se pretendia era inverter os termos

²⁴⁶ A respeito da perspectiva de Passarinho sobre as greves operárias de Contagem e Osasco, ocorridas em 1968, ver PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., Cap. XXVI, p. 277-296.

²⁴⁷ Especificamente sobre a característica do movimento operário de Osasco, na visão de José Ibrahim, consultar CASO, Antonio. **A esquerda armada no Brasil 1967/1971**. Prefácio de José Ibrahim e tradução de Thiago de Mello. Lisboa: Moraes Editores, 1976, p. 79.

²⁴⁸ Para mais elementos a respeito desse evento, planejado e executado pela AP – Ação Popular, verificar a análise de Jacob Gorender em **Combate nas trevas**. – [5. Ed.], ver. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014, p. 125-126.

da equação, ainda que fosse necessário o enfrentamento direto e desigual contra as forças mobilizadas do governo.

Para esses, diferentemente de Jarbas Passarinho, os dispositivos constitucionais poderiam muito bem ter sido utilizados, colocando em renovados termos o já abalado estado de espírito da nação, sem a necessidade de se recorrer a uma medida como o AI-5. Sobre esse assunto, declarou o general Octávio Costa ao jornalista Hélio Contreiras, ao ser interpelado sobre o radicalismo que dominou a situação em 1968 e a consequente imposição das regras do jogo:

– O movimento de 1964 estava fadado a ser mais uma forma de pretorianismo militar, ou seja, uma intervenção rápida. A sociedade parecia interessada nisso, como a própria imprensa refletia na época. Em 1964 houve uma agressão à hierarquia militar, com o discurso dos sargentos, no Automóvel Clube. Na cabeça do general Castello Branco estava um projeto de intervenção rápida. Mas o que ocorre? Uma corrente de radicais, muito agressiva e envolvida pelo sentimento anticomunista, considerava que era preciso uma intervenção mais longa. Esta corrente era formada por oficiais como Costa e Silva, Portella, Sylvio Frota e gente mais jovem e mais intransigente ainda.²⁴⁹

Após o AI-5, a ditadura tornou-se mais implacável, levando ao paroxismo muitos de seus integrantes que tentavam sobreviver em meio às tensões e pressões que lhes eram impingidas. Cumpre destacar que Octávio Costa fizera parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB), fora assessor no Palácio do Planalto, durante o período Médici, e também secretário-geral do exército durante o governo de João Figueiredo. De 1969 a 1974, o próprio Octávio Costa foi alvo da intolerância de alguns radicais, que, em tom pejorativo o rotulavam de “intelectual”²⁵⁰, no intuito de desdenhar sua não vinculação ao sistema instituído. A inflexibilidade do AI-5 recaiu sobre todos, inclusive os militares.

Mas, apesar de seu compromisso com o poder ditatorial, é provável que nos instantes que antecederam sua concordância expressa com o ato nº 5, Jarbas Passarinho tenha pressentido que sua aprovação a tal medida lhe traria, no futuro, implicações extremamente controversas. De qualquer maneira, Passarinho endossou o ato institucional, fazendo coro à retórica costista e mantendo sua fidelidade ao governo e aos seus companheiros de farda. O efeito dessa medida só pode ser calculado dentro de seu longo termo, com o aprofundamento

²⁴⁹ CONTREIRAS, Hélio. **AI-5 a opressão no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 62.

²⁵⁰ CONTREIRAS, Hélio. **AI-5 a opressão no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 59.

do Estado militarizado.²⁵¹ Foram dez anos de vigência, tempo no qual a sociedade brasileira, em raros momentos, vivenciaria espasmos de abertura e emancipação.

Para a corrente militar da qual Passarinho fazia parte, o AI-5 foi um avanço que se inseriu dentro de um planejamento tático engendrado pelo governo. Em outras palavras, a curto prazo importava ao regime silenciar a oposição.²⁵² Assim, o exame desses acontecimentos nos permite inferir que, nos momentos que antecederam a assinatura do quinto ato institucional, uma incerteza se fez pesar sobre país. Após a decretação desse dispositivo, preponderou uma atmosfera incomum, dada a circunstância do autoritarismo que estava sendo escancarado e, nesse sentido, Jarbas Passarinho nada fez para se opor. A aprovação do documento golpista por alguns não representava garantia nenhuma e poderia, em algum momento, se tornar uma arma contra eles mesmos.

Olhando para esse quadro, podemos afirmar que o ano de 1968 não concretizou as aspirações políticas, sociais, administrativas e militares de Jarbas Passarinho e de seus pares palacianos.²⁵³ Em todo o mundo, uma onda de contestação se fez sentir. Não apenas na Europa e nos Estados Unidos os jovens clamavam por mais liberdade. Os gritos de protesto também se fizeram ouvir em nosso país.²⁵⁴ O panorama que se afigurava apenas reforçaria os prognósticos mais realistas: o acirramento da militarização. Em quatro anos de regime, o que se apresentava era a supressão de direitos, punições eleitorais, dissidências tanto de um lado quanto do outro²⁵⁵, enfim uma conjuntura política completamente desfigurada, na qual Jarbas Passarinho procurava fazer seus malabarismos retóricos em prol do poder ditatorial. Ao assinar o AI-5, Jarbas Passarinho não desejava ser visto como um liberticida²⁵⁶, mas nenhum governo, em toda a nossa história republicana, jamais aniquilou, com tamanha intensidade, a liberdade de seus cidadãos, como em 1968. Estava claro que um sério revés como o AI-5 precipitaria o país numa repressão muito mais pesada, longe do que vislumbrou Passarinho ao justificar seu endosso ao ato. O regime não asseguraria a ordem interna. Ao contrário,

²⁵¹ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. op. cit.

²⁵² OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. op. cit.

²⁵³ O relato pessoal do general Jayme Portella é indicativo do pensamento dominante entre os próceres do governo de Costa e Silva. Compatibiliza-se, em muitos aspectos, com o ponto de vista de Jarbas Passarinho, naquele dado contexto, conforme pode ser verificado em MELLO, Jayme Portella de. **A revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979, p. 521.

²⁵⁴ VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. op. cit., passim.

²⁵⁵ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. op. cit., parte II – A violência.

²⁵⁶ Verificar em PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Um híbrido fértil**. op. cit., Capítulo XXX – AI-5: O Detonador, p. 311-337.

mergulharia o país numa vaga de medo, intimidação e violência por dez longos anos. Isso teve um impacto político e social muito desmedido. Uma das principais justificativas da ditadura civil-militar brasileira, referentes aos atos discricionários e arbitrários cometidos durante sua vigência, era a necessidade da manutenção da ordem interna. O AI-5 é a materialização dessa alegação.

Ao olharmos para a história do Brasil, percebemos que, em vários momentos, houve a predominância da ideologia liberal. Porém, mesmo em ocasiões em que a direita não logrou o poder estatal, não foi possível sobrepor, nem ao menos, a influência do neoliberalismo no Estado brasileiro²⁵⁷. A ditadura serviu aos interesses do capital e não se esquivou de utilizar a violência para atingir seus objetivos. O AI-5 se insere nessa dimensão. Como justificar a censura, a tortura e o assassinato? Tais arbitrariedades não podem ser justificadas. Por mais que intelectuais do regime, como Jarbas Passarinho, procurassem fundamentar as ações cometidas, o que se torna nítido em nossa análise é a afirmação de um poder que salvaguardava os interesses da classe burguesa. Para a manutenção do poder, utilizava-se o recurso da violência, naquilo que Clastres comparava a um mergulho do ser humano na brutalidade e em uma condição que beira a animalidade²⁵⁸.

Para aprofundar nossa análise, propomos o exame do debate político nacional que abre espaço para uma abordagem que considera o negacionismo histórico. Segundo consta, alguns setores conservadores, ligados a políticos de direita, procuraram transmitir a falsa noção de que a ditadura brasileira foi branda, negando seu caráter autoritário. Chegou-se a argumentar que não houve ditadura, o que evidentemente se trata de um falseamento dos fatos históricos. Tal colocação nega o próprio trabalho da historiografia que se baseia em fontes, documentos, depoimentos e vestígios.²⁵⁹

Evidentemente, isso é algo que se insere dentro de um esforço para criar uma memória positiva do regime, tal qual Passarinho diligentemente se esmerou por produzir em seus escritos. À imagem negativa do período ditatorial tenta-se sobrepor a imagem de uma ditadura firmada sobre aspectos favoráveis e convenientemente escolhidos, que ressignificam discursos com o objetivo de elaborar uma memória favorável ao período. Mas, “imagens

²⁵⁷ FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. op. cit.

²⁵⁸ CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, passim.

²⁵⁹ **O que a falácia da ditabranda revela**, publicado por Fundação Perseu Abramo em 01/04/2011, acessado em 27/01/2022, disponível em: <https://fpabramo.org.br/2011/04/01/o-que-a-falacia-da-ditabranda-revela/>

diferentes, memórias concorrentes.”²⁶⁰ Os fatos falam por si mesmos e o aparecimento de disputas políticas pela memória da ditadura parecem almejar essencialmente dois objetivos: “esconder e mascarar a responsabilidade pelas escolhas feitas, e lembrar que a lógica que embalou o golpe segue viva na sociedade, com um discurso remodelado, mas pronto a entrar em ação, caso a democracia torne-se demasiadamente democrática.”²⁶¹

Enfim, no terceiro e último capítulo, buscamos verificar como Jarbas Passarinho atuou na instauração da ditadura e seu envolvimento na dinâmica das divergências políticas inerentes à consolidação do regime autoritário. Passarinho participou do esforço de um grupo de intelectuais orgânicos que desestabilizou o governo João Goulart. Era uma figura que agregava em torno de si os interesses da classe militar abertamente, traduzindo a cultura e os interesses desse grupo. Suas ações, combinadas com as de seus aliados, podem ser expressas como um importante fator de emprego na institucionalização da “revolução” de 1964, pois correspondem ao mesmo projeto de Brasil. Sua atuação no governo do Pará e, posteriormente, no exercício do cargo de ministro do Trabalho, lhe deu condições de ser uma espécie de porta-voz do grupo político a que pertencia, tanto nas forças armadas quanto no aparelho de Estado. Dentre os fatores que foram pavimentando sua carreira política na ditadura, um traço marcante pareceu se destacar: a plasticidade com que transitou por composições tão heterogêneas, munidas de concepções distintas, representadas nos grupos de apoio aos generais-presidentes.

²⁶⁰ SOUZA, Adriana Barreto de. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história. **MÉTIS: história & cultura** – v. 2, n. 3, p. 95-108, jan/jun 2003, p. 102.

²⁶¹ **O que a falácia da ditabranda revela**, publicado por Fundação Perseu Abramo em 01/04/2011, acessado em 27/01/2022, disponível em: <https://fpabramo.org.br/2011/04/01/o-que-a-falacia-da-ditabranda-revela/>

Conclusão

“Às favas os escrúpulos de consciência”

Tal expressão, mais do que um título, revela as palavras comprometedoras de Jarbas Passarinho no auge da ditadura. Foram elas que orientaram a decisão por essa temática e a conseqüente elaboração da pesquisa. Quanto mais progredimos na arte de compreender as motivações humanas, mais próximos estamos do esclarecimento de fatos, muitas vezes relativizados no decorrer dos anos. Ao ignorar os princípios morais de suas convicções, Passarinho, naquele momento, aderiu, de modo irrestrito, ao pensamento da classe militar, que extrapolou os muros dos quartéis, procurou cooptar adeptos e reformulou conceitos. Classificado, dentro da categoria gramsciana, como intelectual orgânico da ditadura civil-militar, Jarbas Passarinho não escapou de todo às raias que limitavam o pensamento das forças armadas, assimilado durante seu período de formação. Tal influência intelectual, embora não sendo a única, foi decisiva na sua trajetória política.

No decorrer de nossa pesquisa houve a intenção de apresentar Jarbas Passarinho como portador de vários elementos do predicado de Gramsci, a respeito do conceito de intelectual orgânico, na medida em que foi um formulador ativo de ideias da classe militar, durante o período analisado. Sua atuação como governador do Pará, logo após a concretização do golpe, e como ministro do Trabalho, no governo Costa e Silva, conferiram direção, representação e homogeneidade da classe militar nessas funções políticas, atuando como um polo de convergência para determinados grupos de militares. O exame de sua trajetória política nos auxiliou na compreensão de como os militares se estruturaram coletivamente e de forma organizada ao redor de algumas lideranças, durante a ditadura.

Cumprido considerar que, antes mesmo que Gramsci elaborasse tal conceito, Marx e Engels, refletindo sobre a divisão do trabalho, como uma das principais forças da história,

trataram da divisão dentro da classe dominante ora como um elemento material ora espiritual, em que uma determinada parte surge com “os pensadores desta classe (seus ideólogos ativos, conceptivos, que fazem da formação de ilusões desta classe a respeito de si mesma seu modo principal de subsistência), enquanto que os outros relacionam-se com estas idéias [*sic*] e ilusões de maneira mais passiva e receptiva [...]”²⁶² Em outras palavras, eles estavam indicando uma separação no interior da classe dominante, entre aqueles que formariam ativamente as ideias e os que, de modo passivo, apoiariam suas concepções. Gramsci desenvolveu sua conceituação, a partir dessas formulações. Para ele, o intelectual orgânico surge como um elemento que estrutura as ideias de uma fração ou classe social, não se tratando de um grupo separado da sociedade, mas sim de uma função efetiva dentro das classes, lhe dando consciência e homogeneidade do seu próprio papel.²⁶³

Dessa maneira, buscamos analisar Jarbas Passarinho dentro dessa categoria, pois também a classe militar formou seus próprios intelectuais orgânicos, que representavam seus valores e elaboravam concepções e paradigmas próprios dessa classe social. Passarinho, entre 1964 e 1968 foi de fato um representante dos interesses dessa classe junto ao aparelho de Estado, buscando a convergência de certos grupos ao redor de projetos elaborados pela cúpula ditatorial. Ele externava as formulações dos defensores do regime autoritário e assim foi por toda a sua vida. Antes, durante e após o regime de exceção. Dessa forma, adotamos como questão central, a indagação se ele era unicamente fruto dessa corrente de pensamento que vigorava nas forças armadas ou resultado de variadas influências doutrinárias.

Vimos no primeiro capítulo que o desenvolvimento do pensamento militar brasileiro passou por diversas etapas e que muitos de seus intelectuais eram formadores dentro do próprio exército, de modo que estavam encarregados de realizar funções estratégicas, como também de comando. Um aspecto significativo apresentado em nossa investigação era a coesão desse grupo de intelectuais orgânicos em prol da formulação “desenvolvimento e segurança”. A análise do itinerário político de Passarinho permitiu perceber mais nitidamente como a ditadura civil-militar se apresentava como um campo propício para a atuação de intelectuais como ele, na medida em que desempenhavam a tarefa de sistematizar concepções políticas e doutrinárias em defesa de sua classe. Assim, foi possível aos ideólogos da classe

²⁶² MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. – 5. ed. – São Paulo: Hucitec, 1986, p. 20.

²⁶³ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, caderno 12, p. 16-52.

militar, no contexto pré-1964, elaborar formulações que justificassem um princípio autoritário que pudesse ser colocado em prática e não apenas suspensões de direitos e garantias, historicamente recorrentes na ingerência política das forças armadas. Conforme indica Martins Filho, “inteligência, observação e conhecimentos tinham levado os militares a buscar em suas próprias doutrinas a justificativa para a intervenção na política”.²⁶⁴

No capítulo segundo, analisamos a influência do pensamento militar na formação intelectual de Passarinho. Desde o seu ingresso no exército, foi possível constatar uma característica extremamente importante em Jarbas Passarinho: a de militar-político. Anos mais tarde, durante a ditadura civil-militar, Passarinho alcançaria expressão política no exercício de cargos tipicamente estratégicos para o regime, difundindo a “revolução” no Pará e atuando na área social, como ministro do Trabalho. Como organizador da cultura militar e agente efetivo do regime, percebe-se que seu autoritarismo, então, não pode ser caracterizado como algo fortuito, que simplesmente se manifestou como uma opção política para aquele momento específico da história brasileira, mas sim como um fundamento ideológico que vinha sendo enraizado e estruturado na mentalidade militar durante um bom tempo.²⁶⁵

Mais adiante, como ministro da Educação do governo Médici, traria elementos do campo militar para a área educacional, mas tal análise escapa do recorte temporal estipulado para o nosso trabalho. Tais constatações são exemplos de que Passarinho exerceu a função de intelectual da classe militar durante a ditadura, na medida em que organizava as ideias e propostas defendidas nos governos ditatoriais, fundamentalmente aquelas que correspondiam às orientações políticas de Castello Branco e Costa e Silva. Essa influência decisiva, no que diz respeito às elaborações ideológicas do regime, se acentuavam quando a classe dominante via-se em vias de fragmentação, com vários desentendimentos nas forças armadas.

No terceiro capítulo, foi possível evidenciar um pouco das contradições existentes no pensamento militar, logo após a consumação do golpe e na transição do governo de Castello para o de Costa e Silva. Foi dentro desse contexto, que tentamos examinar a atuação política e ideológica de Passarinho, em circunstâncias marcadas por disputas, oposições e cisões políticas que passaram a pautar a dinâmica das relações de poder na ditadura. Segundo

²⁶⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 23 n.o 67 junho/2008, p. 47.

²⁶⁵ PUGLIA, Douglas Biagio. Pensamento militar brasileiro e ação política. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

Gaspari, o regime minimizava a questão da tortura, por exemplo, e Passarinho, como formulador de ideias e ilusões acerca de sua classe, reduzia sua relevância:

Dizer que não existe tortura seria faltar à verdade. Agora, dizer que existe tortura como sistemática de governo, não é só faltar à verdade. É uma ignomínia. Dizer que não existem torturas inclusive nos países que nos atacam também é mentira, porque dentro de determinadas prisões existem torturas e violências. É a violência policial que nós conhecemos desde que lemos *Os miseráveis*, de Victor Hugo.²⁶⁶

Da mesma forma, verificamos as iniciativas no campo das massas, reconhecendo uma conjugação de fatores relevantes nas greves operárias de 1968, pois a atuação política de Passarinho nesses eventos nos permitiu defini-lo melhor. E, finalmente, na análise realizada sobre o seu envolvimento no AI-5, ficou patente a relevância de sua figura política, tanto pela sua atuação como intelectual orgânico, como pela definição de sua continuidade no regime. Foi dessa forma que identificamos em Jarbas Passarinho uma capacidade de articulação que o ajustava ao espírito de sua classe, blindando-o dentro da evolução dos acontecimentos. Imbuído de uma característica própria que o permitiu transitar por vários cargos na ditadura e também, no regime democrático, manteve conexões com militares, parlamentares e outros grupos, desenvolvendo intensa presença e atuação na política brasileira até seus últimos dias.

Assim, ao examinarmos a influência do pensamento militar na ocupação do espaço político brasileiro, com ênfase, no âmbito intelectual, para Jarbas Passarinho, pôde-se constatar nessa individualização um amálgama de formulações e conceitos muito difusos, embora Passarinho, como um formulador ativo de ideias da classe militar, tentasse recolher tais conceituações e estruturá-las, aplicando-as na sua *práxis* política. Sua atuação como intelectual orgânico, entre 1964 e 1968, foi um exemplo marcante do papel e da função do pensamento militar na sociedade brasileira, com reflexos profundos nas duas décadas seguintes da história política brasileira.

Na análise da figura de Jarbas Passarinho, constatou-se a inexistência de lugares-comuns, algo típico da classe militar, e um forte componente transcendentalista, impulsionado na Doutrina Social da Igreja e no Solidarismo Cristão, de Bastos D'Ávila. Inclusive, pôde ser verificada, em alguns momentos, uma visão mais realista e crítica do movimento conspiratório do qual pertenceu. Tais fatores corroboraram nossa hipótese básica que sustenta

²⁶⁶ PASSARINHO, Jarbas apud GASPARI, Elio, In: **A ditadura escancarada**. op. cit., p. 313.

o ideário de Jarbas Passarinho como uma convergência de valores multifacetados, não limitados ao pensamento militar tradicional que obrigava toda nação a formar uma mentalidade em que os interesses da pátria estivessem acima de tudo.

Em suma, tivemos o intuito nesse trabalho de olhar criticamente o papel da intelectualidade militar, centrada na figura de Jarbas Passarinho, dentro do processo de consolidação da ditadura e procurando desconstruir a representação de Passarinho como produto acabado do pensamento militar, que preconizava o Estado forte como um meio para a aplicação sistematizada da sua política de “desenvolvimento” para o país. Acreditamos que nossas conclusões possam propiciar a absorção de novos encadeamentos, pois “conhecer é necessário”, conforme recomendação de Primo Levi na epígrafe de abertura desta dissertação. Ditaduras, como a que Jarbas Passarinho serviu, detêm a capacidade de enganar e obscurecer consciências, mesmo as mais improváveis. Assim, como podemos ter a certeza de que o que aconteceu não poderá retornar?

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Artigos, dossiês, ensaios e revistas

BRETAS, Marcos Luiz. O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o exército. **Militares e Política**, n. 2 (jan.-jun. 2008), pp. 31-61.

CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. **Militares e Política**, n. 6 (jan.-jun. 2010), pp. 34-49.

FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. O coronel Passarinho e o regime militar: o último intelectual orgânico? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.23, p. 3 –25, set. 2006.

FONTES, Edilza Joana. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e Memórias. **OP SIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 340-360 - jan./jun. 2014, p. 347.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 23 n.o 67 junho/2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. “O contra-golpe de 1964”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 de março de 2004.

_____. A batalha perdida. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 abr. 1999. Caderno A, p. 2.

_____. Reescrevendo a História. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 1997. Caderno A, p. 2.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, 3-15, 1989.

PUGLIA, Douglas Biagio. Pensamento militar brasileiro e ação política. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

QUARTIM DE MORAES, João. Configurações históricas da ditadura. **Revista Crítica Marxista** (IFCH/Unicamp) - Sumário 50, Dossiês, pp. 87-94, 2020.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Renovação e revoltas: a Escola Militar do Realengo entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930. **Revista Territórios e Fronteiras** v. 2 n. 2 – Jul./Dez. 2009.

SOUZA, Adriana Barreto de. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história. **MÉTIS: história & cultura** – v. 2, n. 3, p. 95-108, jan/jun 2003.

Endereços eletrônicos

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>>. Acesso em: 02 abr. 2022.

<<http://memorialdademocracia.com.br/card/bulhoes-e-campos-a-dupla-do-arrocho>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

<https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 23 abr. 2023

“**A ditadura militar no Pará | Edilza Fontes**”, publicado por História da Ditadura em 03/05/2020, acessado em 04/12/2022, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-re_zuI_DU

Coleção digital de jornais e revistas da Biblioteca Nacional. O Correio da Manhã, 02/08/1968 - Albuquerque Lima: revolução é desenvolvimento e participação. Acessado em: 02/01/2023, disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1968_23102.pdf

Especial 70 anos CNBB, publicado por Redevida Informação em 16/09/2022, acessado em 07/11/2022, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsAztMJ1hdw>

FRANÇA, Victor. **UFRJ revoga título de doutor honoris causa de Jarbas Passarinho**, publicado por Conexão UFRJ em 20/04/2021, acessado em 06/04/2023, disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2021/04/ufrj-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa-de-jarbas-passarinho/>

LAMARÃO, Sérgio. **Liga da Defesa Nacional**. Verbetes temáticos. CPDOC/FGV, s/p. Acesso em: 30 mar. 2022, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>

“**Memória Política - Jarbas Passarinho**”, publicado por TV Câmara em 29/07/2002, acessado em 20/12/2022, disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/212728-jarbas-passarinho/?pagina=>

“**Militares na Política_ Perspectiva Histórica e Crise Atual [RODA DE CONVERSA]**”, publicado por Guilherme Brenner Lucchesi em 15/04/2021, acessado em 29/10/2022, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z6HV3joHTZI&t=431s>

OLIVEIRA, Celso. **Conselho Universitário revoga título de Doutor Honoris Causa concedido a Jarbas Passarinho**. Publicado por Manchete Unicamp, em 28/09/2021, acessado em: 04/04/2023, disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/09/28/conselho-universitario-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa-concedido-jarbas>

O que a falácia da ditabranda revela, publicado por Fundação Perseu Abramo em 01/04/2011, acessado em 27/01/2022, disponível em: <https://fpabramo.org.br/2011/04/01/o-que-a-falacia-da-ditabranda-revela/>

VEZZALI, Fabiana. **Especial Latifúndio – Concentração de terra na mão de poucos custa caro ao Brasil**, publicado por Repórter Brasil em 11/07/2006, acessado em 04/12/2022, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-carao-brasil/>

Teses e dissertações

CÂMARA, Gabriel Guerra. **Ação Política, Subjetivação e Rememoração: Um estudo com agentes sociais brasileiros que iniciaram sua ação política no contexto da ditadura militar de 1964**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

MOREIRA, Fernanda Teixeira. **“Só os Vitoriosos Esqueceram”: Intelectuais de Direita e as Disputas pela Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. **Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2007.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. **Extrema-Direita, Volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, 2009.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **A Preservação do Legislativo pelo Regime Militar Brasileiro: Ficção /legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)**. Dissertação de Mestrado - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

Livros

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. – Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O pensamento de direita, hoje**. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 4). Tradução de Manuel Sarmiento Barata. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOFF, Leonardo. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e debates**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 9-15.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer, Roberto Ferreira Leal. - 2.ed.ampl. - São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**. Niterói: Eduff, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Cartas a um jovem político**. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. As duas cabeças de Oliveira Vianna. In: AXT, Gunter; SCHULER, Fernando Luis (org.). **Intérpretes do Brasil: Cultura e identidade**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2004.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASO, Antonio. **A esquerda armada no Brasil 1967/1971**. Prefácio de José Ibrahim e tradução de Thiago de Mello. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **Os militares no poder**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

CASTRO, Celso. **Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar: Brasil, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a Ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes**. São Paulo: Editora Garamond, 1998.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURANT, Will. **Os grandes filósofos - A filosofia de Schopenhauer**. Rio de Janeiro: Editora Technoprint, 1994.

ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e debates**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. - 16ª ed. - São Paulo: Globo, 2004.

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955)**. Londrina: Eduel, 1994.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- FRANCO, Maria Sylvania Carvalho; CHAUI, Marilena. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Cedec - Paz e Terra, 1978.
- FREDERICO, Celso. **A vanguarda operária**. Coleção Ensaio e Memória. São Paulo: Editora Símbolo, 1979.
- FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GAIO, André Moysés. **Em busca da remissão: a mobilização militar pela democracia**. Londrina: Eduel, 1997.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **A ditadura encurralada**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. **A ditadura envergonhada**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura escancarada**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro. Relume-Damará, 1994.
- GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (Organizadores). **Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. – [5. Ed.], ver. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- GRACIÁN, Baltasar. **A arte da prudência**. Texto integral. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, caderno 12.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUNTINGTON, Samuel. **Political Order in Changing Societies**. New York/London: Yale University Press, 1968.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. – 4. ed. atual. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

KRÄUTLER, Dom Erwin. **Servo de Cristo Jesus: memórias de luta e esperança**. Paulo Suess (organizador), Coleção Memória. – São Paulo: Paulinas, 2009.

LEMOS, Renato (org.). **Justiça fardada: o general Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)**. Colaboração de Fátima Bevilaqua Contursi. – Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LINZ, Juan. An Authoritarian Regime: Spain. In: ALLARDT, Erik e ROKKAN, Stein. **Mass Politics**. New York: Free Press, 1970, p. 251-283.

MANSAN, Jaime Valim. **A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988)**. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 70, jul.-set. 2017.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. 2. Ed. – São Paulo: Alameda, 2019.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. – 5. ed. – São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. (Texto integral); tradução: Torrieri Guimarães. – 2. ed. – São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

MCDONOUGH, Peter. **Power and ideology in Brazil**. New Jersey: Princeton University Press, 1981.

MELLO, Jayme Portella de. **A revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NETO, Manuel Domingos. Influência estrangeira e luta interna no exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 43-70.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. In: MORAES, Reginaldo, et. al. **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 272-274.

_____. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 114-153.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. Texto integral. Coleção A obra-prima de cada autor. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. **Amazônia: o desafio dos trópicos**. Rio de Janeiro: Primor, 1971.

_____. **Contradições e incertezas do nosso tempo**. Rio de Janeiro: EdNews, 2005.

- _____. **Liderança militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.
- _____. **Na Planície**. Belém: Cejup - 2ª ed., 1991.
- _____. **Terra encharcada**. São Paulo: Clube do Livro, 1968.
- _____. **Último líder da Arena no Senado**. Brasília: Ed. Senado Federal, 1980.
- _____. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 27-42.
- _____. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 71-113.
- PEREIRA, Potiguara. Tecnologia Militar. In: VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Unesp/Ceeteps, 1994, p. 283-298.
- PESSANHA, José Américo. In: ELOYSA, Branca (org.). **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e debates**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 64-73.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**. Goiânia: Caminhos Editora e Livraria, 2021.
- ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992.
- _____. Os processos políticos nos partidos militares do Brasil. In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992, p. 9-26.
- SANTOS, Francisco Ruas (org.). **Marechal Castello Branco: seu pensamento militar**. Rio de Janeiro: Bibliex Ed., 2004.
- SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa e tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. São Paulo: Editora Artenova, 1975.
- TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano**. 3. ed. 1. v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. Cadernos de educação política: Série o pensamento político; 6ª. – São Paulo: Editora Global, 1985.
- WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- WERNER, Helena Pignatari. **Raízes do Movimento Operário em Osasco**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.
- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.